



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Humanas  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Cíntia de Lourdes Martins Araújo

**Quem precisa de paz? A UPP leva!**  
**Como o jornal O Globo e seus leitores in-formam e dão o tom da**  
**branquitude na cobertura das implantações de Unidades de Polícia**  
**Pacificadora no Rio de Janeiro**

Duque de Caxias  
2020

Cíntia de Lourdes Martins Araújo

**Quem precisa de paz? A UPP leva! Como o jornal O Globo e seus leitores in-formam e dão o tom da branquitude na cobertura das implantações de Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação.



Orientador: Prof. Dr. Mauro Amoroso

Duque de Caxias

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

A663  
Tese

Araújo, Cíntia de Lourdes Martins

Quem precisa de paz? A UPP leva! Como o jornal O Globo e seus leitores informam e dão o tom da branquitude na cobertura das implantações de Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro / Cíntia de Lourdes Martins Araújo - 2020.

125 f.

Orientador: Mauro Amoroso.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Unidade de Polícia Pacificadora – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Jornais – Aspectos sociais - Teses. I. Amoroso, Mauro. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 351.75

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Cíntia de Lourdes Martins Araújo

**Quem precisa de paz? A UPP leva! Como o jornal O Globo e seus leitores in-formam e dão o tom da branquitude na cobertura das implantações de Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação.

Aprovado em 04 de junho de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Mauro Amoroso (Orientador)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Janaína Damaceno Gomes  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Duque de Caxias

2020

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho as minhas filhas Beatriz Martins Galusha e Isabela Martins de Araujo, duas mulheres brancas feministas, antirracistas, conscientes de seus privilégios e de suas responsabilidades na luta contra essa estrutura que as beneficiam. Mulheres que entendem que ao chegar no topo precisam abrir caminho e puxar as outras. Mulheres que entendem que fazem parte do problema, porém estão dispostas a fazer parte da solução.

## AGRADECIMENTOS

Quero iniciar esses agradecimentos honrando minhas ancestrais, as mulheres que vieram antes de mim e deixaram, melhor do que herança em dinheiro, uma herança de força, determinação, luta, persistência por continuarem acreditando na vida ainda que tenham vivido histórias tão difíceis em contextos sociais que as oprimiam, reprimiam e tentavam desumanizá-las. Em especial, à minha mãe, meu maior exemplo de força, persistência e resistência, porque teve que encarar uma série de opressões sociais; algumas vezes caía, mas logo se erguia para continuar driblando o sistema e seguir. Minha mãe, uma mulher semianalfabeta, trabalhou incansavelmente para ser livre da opressão machista, ter seu próprio sustento financeiro, e criar a mim e meus três irmãos. Ela estudava todas as noites para concluir o primeiro grau e passar na prova do município do Rio de Janeiro, onde conseguiu uma oportunidade de trabalho no Brizolão e hoje é aposentada como merendeira. Obrigada, mãe, por esse forte exemplo de resistência.

Quero agradecer também às duas mulheres que eu coloquei no mundo, minhas duas filhas Beatriz e Isabela, que foram as maiores incentivadoras para que eu não desistisse do meu sonho, pois nos momentos mais difíceis dessa caminhada ousada as palavras de apoio vieram principalmente delas. Beatriz (Bia) minha filha mais velha, é um exemplo de resistência, fé, gentileza e coragem. Tantas vezes me fez companhia através de ligações de vídeo na volta para casa das aulas noturnas, sempre com palavras de encorajamento. Isabela (Bela), essa menina forte, corajosa, justa, que sempre se destacou por sua sagacidade, solidariedade e liderança. Nunca me esqueço do dia em que eu estava muito triste, deprimida, chateada e decidida a desistir da pesquisa, quando encontrei um bilhetinho seu colado na janela de frente para o meu laptop: “Você sempre consegue!”. Quero que saibam que poder contar com vocês nesse trajeto foi decisivo para a conclusão.

Agradeço, na pessoa das minhas irmãs, a todas as mulheres da minha família, Patrícia minha irmã mais velha e Vivian minha irmã caçula, por terem me ensinado que, mesmo diante do caos, é possível encontrar serenidade e força para mudar nosso destino e reescrever a história da nossa vida. Também à minha irmã do meio, Nelma, que sempre esteve presente, seja com um conselho, uma palavra de incentivo ou com uma ajuda na organização do tempo. Sou grata ao universo, ao cosmos, e às amigas que seguraram minhas mãos em diversos momentos dessa longa caminhada: Alessandra, Rafaela, Adriana Yokoyama, Alexsandra, a minha diretora Viviane (que tanto demonstrou humanidade e empatia nos momentos que

precisei), Caroline, Zoraia, Elaine, Eliana, Glorinha, Zoraia. Obrigada por todas as conversas, abraços, carinhos, debates, cervejas, críticas que me fortaleceram. Muito obrigada à minha sogra, Tuninha pelo exemplo de resiliência, humanidade, força, independência e equilíbrio.

Agradeço aos meus espíritos de luz, anjos da guarda, a Santa Maria e a Jesus que me protegem e sempre mandam um sinal de que estou no caminho certo, colocando pessoas no meu caminho (na maioria das vezes, mulheres), que seguram minhas mãos, me dão uma palavra, ou apenas me abraçam. Pode parecer simples, mas tenho certeza que são meus guias espirituais orientados por Jesus, esse grande espírito de paz e luz, que as colocam na minha vida. Sou extremamente grata à natureza que tantas vezes renovou minhas energias com um belo nascer ou pôr do sol, e ao meu lugar sagrado onde medito e contemplo uma linda área verde, a lua e as estrelas.

Agradeço a uma amizade em especial, uma mulher que surgiu na minha vida, e que só pode ter sido obra do universo conspirando ao meu favor, a qual eu sou muito grata. Ela é uma criatura muito especial, minha amiga Rafaela Goltara. Quantas vezes eu quis desistir, não só da dissertação, mas também de coisas pessoais, e ela sempre chegava com uma palavra, um gesto, um abraço, um olhar, com uma meditação, uma reza, um amuleto, um quadrinho com palavras motivacionais. Sinceramente, acredito que fiz coisas que agradaram muito ao universo para merecer sua amizade. Rafaela me falta palavras pra falar como você é importante na minha vida e da minha família, pois hoje você faz parte dela de uma forma muito especial. Agora, você está carregando no ventre uma nova vida, fruto do amor com o João que é uma criatura muito especial e eu também agradeço por Deus tê-lo colocado na sua vida porque sei o quanto esse encontro te fez mais feliz. Sua felicidade é a minha felicidade. Acredito que ainda temos um longo caminho pra trilhar juntas, quem sabe para sempre nessa existência, muito obrigada amiga.

Agradeço ao meu marido Pablo, por seu apoio, incentivo, debates e contestações que contribuíram para o aprofundamento de minha pesquisa. Sua parceria no cotidiano foi fundamental para realização das etapas solitárias da pesquisa, pois por vezes precisei ficar ausente e nestes momentos fiquei tranquila, porque você estava lá para nossa filha e para a rotina doméstica. Nossa história é muito anterior a minha conquista pessoal na carreira acadêmica, você acompanhou de perto meu trajeto até aqui e é muito mais do que uma testemunha, é um companheiro de projetos, planos, sonhos e aventuras. Aquele que me puxa de volta ao chão quando voou muito alto, que posso contar para apoiar-me nos tropeços e que cuida dos assuntos burocráticos que eu tanto detesto hahaha.

Agradeço ao grupo de professores que passaram na minha vida, mestres, orientadores, incentivadores, amigos e parceiros que colaboraram para meu amadurecimento intelectual. A professora Janaína Damaceno, que talvez não lembre de quando me deu aula na graduação de história na disciplina “Realidades políticas e sociais brasileiras”, mas foi ali, na Faculdade Cândido Mendes em Santa Cruz que ela se tornou a primeira grande responsável por regar as dúvidas que eu já tinha, mas não sabia nomeá-las e sequer se eram válidas sobre a minha existência. Foi ela que, de uma maneira extremamente generosa, com uma linguagem simples, delicada e amorosa, trouxe em todas as aulas textos e diálogos que me encantavam. Uma mulher linda, negra, falando com tanta propriedade e ao mesmo tempo com tanta generosidade, num universo de professores homens e brancos foi muito motivador. Professora Janaína, muito obrigada! Vou levar sua forma de habitar uma sala de aula para sempre nas minhas próprias aulas como professora, pois aprendi o que de fato é levar informações e construir o conhecimento junto com os estudantes, com tanta didática, generosidade e entrega.

Um agradecimento mais do que especial ao meu professor, orientador, mestre, guru, amigo, aquele que sempre chega com uma palavra determinante e sem rodeios para levantar e encorajar: Mauro Amoroso. Suas palavras certeiras sempre chegaram no momento exato para não deixar dúvidas que o caminho era continuar. Agradeço muito a você pela paciência, generosidade, pela orientação não apenas acadêmica, mas também na minha vida pessoal. Obrigada por me incentivar a ir em busca de conhecimentos para, enfim, encontrar um rumo no mundo acadêmico, mundo este que está completamente imbricado com minha existência. E a todos os outros professores que também marcaram minha trajetória: Eduardo Afonso, Rodrigo Amaral, Vinícius Rodrigues, Ana Paula Alves, Letícia Luna, Sônia, muito obrigada.

Gratidão a todas vocês que me fizeram ser a mulher que eu sou hoje, que contribuem para minha constante formação e meu novo ser.

## RESUMO

ARAÚJO, C. L. M. *Quem precisa de paz? A UPP leva!* Como o jornal O Globo e seus leitores in-formam e dão o tom da branquitude na cobertura das implantações de Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

Os jornais têm em seu cerne a função de informar, levar à população as informações mais importantes sobre a vida em sociedade. Porém, existem muitos aspectos que atravessam uma redação de jornal e a construção do que é notícia. Por muito tempo, os jornais foram as fontes oficiais de informação (o que vem mudando com o advento das redes sociais e a democratização da comunicação) e ainda exercem influência na formação de opinião de seus leitores sobre os assuntos que escolhem abordar. Assim, na mesma medida em que informam e agendam o assunto do dia, os jornais também contribuem para a formação do pensamento das pessoas, e essa é uma ação educativa. Então, para quê e como os jornais “in-formam” seus leitores? Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar como o Jornal O Globo, através das reportagens sobre as UPPs e os comentários de seus leitores, *in-formam* e contribuem para a educação sobre a população moradora de favelas no Rio de Janeiro, e se essa narrativa justifica políticas de segurança pública para essas áreas baseadas na pacificação e no sistema de dominação da branquitude. Para isso, utiliza a metodologia de análise de conteúdo proposta por Raquel Recuero (2018) para avaliar conjuntos de dados textuais, método que reúne técnicas de estudo das imagens, textos e outros conteúdos informativos para extrair algum tipo de sentido, de forma sistemática. O quadro teórico reúne estudos sobre comunicação, poder e opinião pública de Habermas (1990), Bourdieu (1997), Castells (2017) e Hohlfeldt, Martino e França (2015); estudos sobre racismo e branquitude de Munanga (2004), Jaccoud (2008) e Sovik (2009); a implantação de políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro, de autores tais como Caldeira (2011), Leite (2012) e Burgos, Pereira, Cavalcanti, Brum e Amoroso (2011).

Palavras-chave: UPP; Branquitude; Racismo; Opinião pública; Pacificação.

## ABSTRACT

ARAÚJO, C. L. M. *Who needs peace? UPP takes!* How the newspaper O Globo and its readers in-form and set the tone of whiteness in the coverage of the deployment of Pacifying Police Units in Rio de Janeiro. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

At the heart of newspapers is the function of informing, providing the population with the most important information about life in society. However, there are many aspects that go through a newsroom and the construction of what is news. For a long time, newspapers were the official sources of information (which has been changing with the advent of social networks and the democratization of communication) and still have an influence on forming the opinion of their readers on the subjects they choose to address. Thus, to the same extent that they inform and schedule the subject of the day, newspapers also contribute to the formation of people's thoughts, and this is an educational action. So, for what and how do newspapers “in-train” their readers? This research has as main objective to analyze how the Jornal O Globo, through the reports about the UPPs and the comments of its readers, inform and contribute to the education of the population living in favelas in Rio de Janeiro, and if this narrative justifies public security policies for these areas based on pacification and the whiteness domination system. For this, it uses the content analysis methodology proposed by Raquel Recuero (2018) to evaluate sets of textual data, a method that gathers techniques for studying images, texts and other informational content to systematically extract some kind of meaning. The theoretical framework gathers studies on communication, power and public opinion from Habermas (1990), Bourdieu (1997), Castells (2017) and Hohlfeldt, Martino and França (2015); studies on racism and whiteness by Munanga (2004), Jaccoud (2008) and Sovik (2009); the implementation of public security policies in Rio de Janeiro, by authors such as Caldeira (2011), Leite (2012) and Burgos, Pereira, Cavalcanti, Brum and Amoroso (2011).

Keywords: UPP; Whiteness; Racism; Public opinion; Pacification.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Protesto na Maré.....	12
Figura 2 - Primeira notícia sobre a ocupação das favelas pela polícia em 20/12/2008.....	18
Figura 3 - Matéria em destaque na página sobre UPP em 20/12/2008 .....	19
Figura 4 - Perfil dos leitores do jornal O Globo (parte I).....	53
Figura 5 - Perfil dos leitores do jornal O Globo (parte II).....	54
Figura 6 - Quantidade de UPPs instaladas no Estado do Rio de Janeiro .....	66
Figura 7 - Mapa das UPPs no Estado do Rio de Janeiro.....	67
Figura 8 - Lista de favelas com UPP .....	68
Figura 9 -Avaliação da UPP por moradores - Proximidade.....	72
Figura 10 - Avaliação da UPP por moradores - Solução de problemas .....	72
Figura 11 - Avaliação da UPP por moradores - Fracassou?.....	73
Figura 12 - Avaliação da UPP por moradores - Sim ou não? .....	73
Figura 13-Mapa cognitivo-Título ou bigode.....	81
Figura 14 - Capa 4/02/2014.....	82
Figura 15 - Capa 05/02/2014.....	84
Figura 16 - Capa 08/03/2014.....	85
Figura 17 - Capa 09/03/2014.....	86
Figura 18 - Capa 11/03/2014.....	86
Figura 19 - Capa 12/03/2014.....	87
Figura 20 - Capa 15/03/2014.....	88
Figura 21 - Mapa cognitivo - Texto .....	93
Figura 22 - Capa 24/03/2014.....	93
Figura 23 - Capa 22/03/2014.....	94
Figura 24 - Capa 23/04/2014.....	95
Figura 25 - Capa 25/03/2014.....	96
Figura 26 - Capa 29/03/2014.....	97
Figura 27 - Mapa cognitivo Comentários dos leitores .....	102
Figura 28 - Comentário em 01/02/2014 .....	103
Figura 29 - Comentário em 04/02/2014 .....	103
Figura 30 - Comentário em 05/03/2014 .....	104
Figura 31 - Comentário em 10/03/2014 .....	104
Figura 32 - Comentário em 12/03/2014.....	105
Figura 33 - Comentário em 26/03/2014 .....	106

Figura 34 - Comentário em 8/06/2014 .....	107
Figura 35 – Comentário em 9/10/2014 .....	107
Figura 36 - Comentário em 21/08/2014 .....	108
Figura 37 - Comentário em 4/12/2014 .....	108
Figura 38 - Comentário em 7/05/2014 .....	109
Figura 39 - Comentário em 10/02/2014 .....	109
Figura 40 - Comentário em 11/04/2014 .....	110
Figura 41 - Comentário em 12/05/2014 .....	110
Figura 42 - Comentário em 13/03/2014 .....	111
Figura 43 – Comentário em 14/03/2014 .....	111
Figura 44 - Comentário em 29/04/2014 .....	112
Figura 45 - Comentário em 27/03/2014 .....	113
Figura 46 - Comentário em 10/02/2014 .....	114

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Manchetes jornal O Globo .....	75
Tabela 2 - PRIMEIRA PÁGINA: TÍTULO E BIGODE .....	79
Tabela 3 - Conceitos.....	81
Tabela 4 - PRIMEIRA PÁGINA: TEXTO .....	90
Tabela 5 - Conceitos II.....	92
Tabela 6 - COMENTÁRIOS DOS LEITORES .....	98
Tabela 7 - Conceitos III.....	101

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 JORNALISMO, OPINIÃO PÚBLICA E A BRANQUITUDE</b> .....	23
1.1 Os jornais e a opinião pública .....	24
1.2 Os jornais e a in-formação de opinião .....	33
1.3 A branquitude como sistema de aprendizagem e formação de opinião pública .....	38
<b>2 O JORNAL O GLOBO E A NARRATIVA DAS UPPS</b> .....	50
2.1 O jornal O Globo .....	50
2.2 A pacificação das favelas .....	56
2.3 Histórico das instalações das UPPs .....	66
2.4 A cobertura do jornal O Globo sobre as UPPs .....	74
<b>3 OPINIÃO OU LEITORES QUE CONCORDAM COM O JORNAL?</b> .....	78
3.1 Análise de Frequência, Classificação dos Termos e Análise de Coocorrências .....	79
3.2 Bandidos, polícia, crime e pacificação .....	79
3.3 “Os moradores do morro devem ser investigados para sua própria segurança” .....	98
3.4 Com a palavra no Jornal O Globo, a senhora Branquitude .....	114
<b>CONCLUSÃO</b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121

## INTRODUÇÃO

Figura 1- Protesto na Maré



Fonte: POST, 2015.

Em março de 2015, minhas redes sociais foram invadidas por imagens compartilhadas por amigos mostrando um protesto contra a ação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) no conjunto de favelas da Maré, zona norte do Rio de Janeiro, mesmo ano em que eu finalizava a minha monografia em que pesquisava sobre as políticas públicas de segurança do Estado, em especial as UPPs. A fotografia acima, em especial, me chamou a atenção por causa da frase impressa na faixa carregada pelos moradores que lideravam a marcha pelas ruas “Paz sem voz não é paz é medo.” A frase também conhecida por ser parte da letra composta por Marcelo Yuka para a banda O Rappa – Minha alma (A paz que eu não quero) – já se encontrava na minha monografia e me trouxe à memória imediatamente a continuação dos versos: “às vezes eu falo com a vida, às vezes é ela quem diz. Qual a paz que eu não quero conservar pra tentar ser feliz?”. A música lançada em 1999 já é velha conhecida, mas o que sobressai é sua atualização paradoxal para o sentido simbólico da palavra paz nessa imagem. Um protesto contra as ações violentas da polícia pacificadora, criada para ocupar as favelas, recuperar o controle do território para o Estado e expulsar os traficantes. Um protesto pela paz em repúdio ao regime de paz instaurado pela polícia pacificadora.

Uma contradição que continua me incomodando e me trouxe até o mestrado, numa busca por respostas a estas inquietações que trazem reflexos na minha vida, na vida das crianças da escola pública para as quais eu leciono e na vida das pessoas ao meu redor. A Polícia Pacificadora leva paz para quem? A que pedido de paz as políticas públicas de

segurança do Estado do Rio de Janeiro atendem? O medo que eu sinto quando vejo notícias sobre confrontos entre policiais e traficantes na favela é o mesmo que os moradores da favela sentem?

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar como o Jornal O Globo, através das reportagens sobre as UPPs e os comentários de seus leitores, *in-formam* e contribuem para a educação sobre a população moradora de favelas no Rio de Janeiro, e se essa narrativa justifica políticas de segurança pública para essas áreas baseadas na pacificação e no sistema de dominação da branquitude.

Para isso, a investigação tem como base o desenvolvimento dos três objetivos específicos: 1) analisar a relação entre jornalismo, opinião pública e o sistema de dominação da branquitude; 2) realizar um levantamento das reportagens e comentários dos leitores do Jornal O Globo, no ano de 2014, e analisar as produções de sentido possíveis ao conteúdo publicado. O ano de 2014 foi escolhido por ser o ano com mais publicações sobre UPP na Primeira Página; e 3) discutir e analisar os resultados encontrados nesse levantamento buscando compreender a relação tecida entre jornalismo, formação da opinião pública e os conceitos de branquitude, racismo e segurança pública.

Apesar de ser moradora de um pequeno bairro periférico da zona oeste do Rio de Janeiro, Sepetiba (próximo ao bairro de Santa Cruz), e conviver desde criança com a desigualdade e injustiças sociais, somente na graduação foi que me dei conta de que o território que eu habitava era marcado por questões mais complexas que atravessavam o tempo e as gerações. Por exemplo, eu sou a única da minha família que primeiro terminou o Ensino Médio e que tem uma graduação, cursada após os 30 anos de idade com incentivo de políticas afirmativas do governo (FIES), e sempre achei que era normal não ter o ensino superior porque aquela realidade não era para mim e nem para minha família. Foi só quando entrei na faculdade que percebi que acreditei numa história que me contaram, de que esse lugar não era para mim, que estudar era coisa de pessoas que tinham dinheiro, e de como já estava muito bom terminar o segundo grau e poder começar a trabalhar. E foi o que eu fiz.

Foi no ambiente acadêmico que pude retornar à memória de acontecimentos da minha vida e verdadeiramente entende-los para então poder ressignificá-los. Como por exemplo, quando eu ainda criança e minha melhor amiga era alvo de chacotas e piadas de muito mal gosto por conta dos seus cabelos crespos e a cor negra de sua pele. Ela chorava e eu jogava pedras nas outras crianças, principalmente meninos e alguns também negros. Muitas vezes perguntei a minha mãe (mulher branca) por que aquilo acontecia, as respostas eram variadas, mas sempre ressaltando as características físicas da minha amiga, como: é porque ela tem o

cabelo ruim e meninos são assim mesmo. Lembro-me de várias vezes antes de dormir pedir a papai do céu que minha amiga acordasse com o cabelo liso e comprido.

Quando finalmente, depois de alguns anos consegui entrar na faculdade para cursar História, com bolsa de 100% financiada pelo FIES, que me dei conta do real motivo da minha melhor amiga passar por aquelas situações e que meu sentimento de pena por ela era alimentado por uma lógica social que definem padrões de beleza e que por mais que eu sentisse ódio daquilo eu também pertencia ao grupo que mantinha esses padrões. Foi quando eu entendi que as coisas que eu ouvia no meu antigo trabalho refletiam esse padrão físico que eles viam: eu era branca, de cabelos loiros e lisos e não tinha as características físicas para os padrões que definiam quem deveria morar numa região periférica como Sepetiba. Com essas definições físicas, era inconcebível que eu não fosse uma profissional com mais formação ou que me resignasse a morar num lugar como aquele.

Estudando, comecei a compreender que essas falas eram partes de um sistema complexo, extremamente racista e preconceituoso que cria estigmas para as pessoas e definem quem elas são ou quem podem ser. Como eu não percebi isso antes? Como as pessoas não percebem isso? Nem as pessoas que fazem esse tipo de comentário e nem algumas pessoas que estão sendo vítimas dessas falas; elas tendem a demorar a perceber que esse discurso é parte de uma lógica dominante que pretende manter o *status quo* das pessoas brancas e subalternizar as negras e pobres. Pelo menos, era isso que eu pensava.

Minhas reflexões foram indo além, me lembrei de algumas situações que vivi na época que trabalhei na CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), localizada no centro da cidade do RJ, e lá comecei a perceber que as pessoas que sempre me tratavam muito bem até descobrirem que eu morava em Sepetiba. Se assustavam e diziam coisas como “Nossa, você não parece morar nesse lugar.”, “Você não merece morar nesse lugar.”, “Você merece coisa melhor”. E começaram a me incentivar a fazer uma faculdade, dizendo que eu não precisava me contentar só com o ensino médio e podia escolher outra coisa, porque eu merecia mais. Porém, aquilo me causou muito sofrimento porque comecei a desejar e sonhar com aquele lugar que eles diziam que eu merecia estar, contudo, minhas condições financeiras e sociais não me permitiriam, afinal eu já tinha uma filha para criar e nenhuma grana sobrando.

Eu tinha 23 anos e lá também trabalhava uma menina negra mais jovem, com uns 18 anos, que era ascensorista do prédio. Nunca vi ninguém se incomodar ou falar que ela não merecia estar naquele lugar e que deveria estudar. Ou para os meninos que trabalhavam no setor como jovens aprendizes, vindos do programa do Governo do Estado, também negros e

muitos moradores de favelas. A senhora da limpeza e a moça do cafezinho também. Eu não me lembro de ver ninguém aconselhando eles. Porque eu incomodei as pessoas brancas daquele escritório pelo fato de morar em Sepetiba? Porque eu tinha que estudar mais? Porque eu tinha que ter ambição profissional? O que eu tinha de diferente dessas outras pessoas?

É cruel perceber isso. Mas parece que a ideia é “vamos pegar os nossos, brancos como a gente, porque esses não podem estar em serviços de subalternidade. Os outros podem, nasceram pra isso”. Uma pessoa branca com essas características não pode se contentar em ser uma assistente, uma secretária, etc. As pessoas negras podem, elas não incomodavam os brancos por estarem ocupando aquelas posições. Aliás, elas sequer eram vistas. Trabalhavam ali quase que invisíveis e em silêncio para não chamar atenção demais.

Essas questões passaram a me incomodar ainda mais quando comecei a trabalhar como professora e queria ajudar a desconstruir esses pensamentos racistas com os meus alunos do ensino fundamental. Mas como fazer isso sendo uma mulher branca que sabe que a sociedade ainda está estruturada sobre critérios que desqualificam e desmerecem pessoas apenas por sua cor da pele?

Por isso, me dediquei nos estudos para tentar entender melhor essa realidade e as possibilidades de superação dessa lógica de desigualdade. E o que percebi é que existia uma narrativa dominante sobre os territórios ditando a quem eles pertenciam. Mas, de onde vem essa narrativa? A maioria das histórias que cresci ouvindo veio dos programas de televisão, das rádios, filmes, fotografias e dos jornais que, apesar de estarem em contextos distintos, contavam sempre a mesma história.

Vocês podem estar se perguntando o que minha história tem a ver com a foto que abre essa introdução. Tem a ver com histórias contadas repeditas vezes ao longo da nossa vida que moldam nosso olhar, forma de pensar e agir; tem a ver com um descobrimento tardio de pertencer ao lado da sociedade que eu jamais pensei estar; Tem a ver com uma busca incessante de entender por que motivos eu reproduzia falas e comportamentos racistas em relação as favelas e seus moradores. Então decidi começar minha busca por respostas através dessas imagens e as formas como elas nos são apresentadas. No projeto inicial pensei em falar da dor que a violência do racismo estrutural que alicerça nossa sociedade causa nas pessoas, mas logo percebi na pele que eu nunca poderia descrever essa dor. Após esta constatação, levando em consideração o meu lugar de fala – mulher branca – entendi que precisava falar da posição de quem, inconsciente, mantém a máquina da opressão a pleno vapor. Mas porque não me dei conta dessa posição antes de entrar na graduação?

Sendo assim, o estímulo do estudo aqui proposto baseia-se na hipótese de que a mídia influencia direta ou indiretamente a sociedade em seus mais variados campos (político, cultural, jurídico, científico artístico) por meio da chamada “formação da opinião pública”. Os jornais são considerados veículos formadores de opinião, enfocando no poder que o campo jornalístico possui de construir uma realidade social, podendo ocasionar grandes mobilizações criando ideias e representações sobre grupos ou fatos que podem levar a representações negativas destes, já que este campo detém os mecanismos de produção e difusão da informação (BOURDIEU, 1997). Pois, quando alguém não tem sua voz ouvida, ou seja, sua versão da história não tem valor, ela é esmagada pela história única que contaram sobre ela. Uma história contada por aqueles que têm o poder da narrativa, repetidas muitas vezes, com roupagens diferentes, gerando a consolidação de uma imagem e de uma forma única de pensar. Os “perigos da história única” são inúmeros, como nos demonstra Chimamanda Adichie (2015), porém os principais são a fixação de estereótipos, manutenção de preconceito e posicionamentos radicais sobre pessoas, grupos sociais, sociedades, bairros, cidades, países, continentes, ou qualquer coisa. Enfatizando as diferenças no lugar das semelhanças.

Os jornais têm em seu cerne a função de informar, levar à população as informações mais importantes sobre a vida em sociedade. Porém, existem muitos aspectos que atravessam uma redação de jornal e a construção do que é notícia. Por muito tempo, os jornais foram as fontes oficiais de informação (o que vem mudando com o advento das redes sociais e a democratização da comunicação) e ainda exercem influência na formação de opinião de seus leitores sobre os assuntos que escolhem abordar. Assim, na mesma medida em que informam e agendam o assunto do dia, os jornais também contribuem para a formação do pensamento das pessoas, e essa é uma ação educativa. Então, para quê e como os jornais “in-formam” seus leitores?

A imagem que abre essa pesquisa é muito simbólica porque reflete a contradição entre a narrativa oficial criada em torno das Unidades de Polícia Pacificadora, contada pelo Estado e pelas mídias de comunicação tradicionais, e a narrativa extraoficial que os moradores de favelas do RJ tentam ecoar em suas diversas manifestações. Os jornais e outras formas de comunicação oficial são os primeiros meios para apresentar publicamente a proposta de trabalho das instituições governamentais, colocar o assunto em pauta para discussão e, assim, captar o retorno e posicionamento do público.

No caso das Unidades de Polícia Pacificadora, o projeto começou a ser divulgado nos jornais de forma tímida e ainda sem um nome específico. Analisando as publicações do jornal

“O Globo”<sup>1</sup>, percebe-se que a narrativa da pacificação foi construída gradativamente. A primeira unidade de polícia inaugurada oficialmente pelo governador do Estado na favela Santa Marta, em 19 de dezembro de 2008, foi noticiada no jornal no dia seguinte, na seção Rio, não foi capa e nem a matéria principal da página. Estava publicada entre outras notícias sobre violência e imagens de corpos de jovens mortos em uma ação da polícia durante a madrugada no Parque União, favela da Maré. No texto intitulado “Dona Marta ganha posto da PM”, o jornal chama a unidade de Posto de Policiamento Comunitário (PPC) e explica que atuarão apenas policiais treinados para o policiamento comunitário, além de ressaltar que essa é uma experiência que deve ser implantada em outras favelas do Estado a fim de expulsar os traficantes e milicianos e promover a entrada de serviços públicos no espaço.

No entanto, o que mais chama a atenção na página é a matéria sobre o tiroteio na Maré. Na legenda da fotografia que ocupa a maior parte do espaço, a frase: “LADO A LADO, em frente a um CIEP da favela, os corpos dos mortos no confronto: as famílias negam que eles tivessem envolvimento com o tráfico”. Nos dois últimos parágrafos do texto, a reportagem de Rafael Galdo e Sérgio Duran, destaca a revolta dos moradores com a ação da polícia na frase do presidente da Associação de Moradores, Deraldo Batista dos Santos: “Querida saber o motivo dessa operação, de madrugada. Foi uma noite de pânico”, seguida pelos comentários dos familiares dos jovens mortos que negavam o envolvimento com o tráfico. Na mesma matéria, com um lugar de destaque, o jornal selecionou um comentário de leitor publicado no site com a frase: “O Exército deveria entrar e manter a favela protegida, garantindo a chegada de serviços públicos essenciais para a comunidade”.

---

<sup>1</sup> “O jornal foi fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho cuja equipe era integrada por jornalistas renomados da época como Antônio Leal, Eloy Pontes, Euryclides de Mattos, Hebert Moses, entre outros. (...) Na primeira metade dos anos 1950, os brasileiros estavam divididos politicamente entre getulistas e anti-getulistas e O Globo posicionou-se ao lado da camada mais conservadora da sociedade, conseqüentemente, contra o governo de Getúlio Vargas” (MAGNOLO e PEREIRA, 2016, p.6) Ver mais no texto completo.

Figura 2 - Primeira notícia sobre a ocupação das favelas pela polícia em 20/12/2008

Segunda, 20 de dezembro de 2008 9 46:00 R\$ 0,21

# Tiroteio em favela da Maré mata quatro e fere 7

Polícia e traficantes do Parque Urzão se enfrentam de madrugada. Confronto fecha a Linha Vermelha por 15 minutos



**Robel Bahia e Sérgio Cezar**

Um tiroteio entre favelas em a polícia da Companhia de Recuperação Urbana e de Segurança Pública e uma batalha de horas, no madrugada de ontem, na favela Parque Urzão, no Complexo da Maré. Por causa do tiroteio, a Linha Vermelha ficou fechada por cerca de 15 minutos.

Segundo fontes, o confronto aconteceu às 10h30 em um endereço que não foi revelado por causa de 15 minutos.

Segundo fontes, o confronto aconteceu às 10h30 em um endereço que não foi revelado por causa de 15 minutos.

**Atacaram à favela**  
**uma outra e morreu**  
Lutaram de longe entre as 14 horas, moradores da favela Urzão e que estava com o fim da madrugada, quando a polícia chegou. O tiroteio aconteceu na favela Urzão, no Complexo da Maré, em uma rua que não foi revelada por causa de 15 minutos.

Um tiroteio entre favelas em a polícia da Companhia de Recuperação Urbana e de Segurança Pública e uma batalha de horas, no madrugada de ontem, na favela Parque Urzão, no Complexo da Maré. Por causa do tiroteio, a Linha Vermelha ficou fechada por cerca de 15 minutos.

Segundo fontes, o confronto aconteceu às 10h30 em um endereço que não foi revelado por causa de 15 minutos.

**Tráfico de drogas fatura até R\$ 633 milhões/ano**

Estudo da Secretaria estadual de Fazenda aponta que quadrilhas têm pagamos margem de lucro

**Robel Bahia e Sérgio Cezar**

Um tiroteio entre favelas em a polícia da Companhia de Recuperação Urbana e de Segurança Pública e uma batalha de horas, no madrugada de ontem, na favela Parque Urzão, no Complexo da Maré. Por causa do tiroteio, a Linha Vermelha ficou fechada por cerca de 15 minutos.

Segundo fontes, o confronto aconteceu às 10h30 em um endereço que não foi revelado por causa de 15 minutos.

**TJ só apreciará denúncia contra Babi em 2009**

Discreta acusado, podem ser sócios, devido a adiantamento

**Robel Bahia e Sérgio Cezar**

Um tiroteio entre favelas em a polícia da Companhia de Recuperação Urbana e de Segurança Pública e uma batalha de horas, no madrugada de ontem, na favela Parque Urzão, no Complexo da Maré. Por causa do tiroteio, a Linha Vermelha ficou fechada por cerca de 15 minutos.

Segundo fontes, o confronto aconteceu às 10h30 em um endereço que não foi revelado por causa de 15 minutos.

**A CARA DA MORTE**

**Robel Bahia e Sérgio Cezar**

Um tiroteio entre favelas em a polícia da Companhia de Recuperação Urbana e de Segurança Pública e uma batalha de horas, no madrugada de ontem, na favela Parque Urzão, no Complexo da Maré. Por causa do tiroteio, a Linha Vermelha ficou fechada por cerca de 15 minutos.

Segundo fontes, o confronto aconteceu às 10h30 em um endereço que não foi revelado por causa de 15 minutos.

**ELIE TANIOS OFEICHE**

Seu nome é Elie, seu nome é Elie, seu nome é Elie

**CACILDA MARTINS DOS SANTOS MOTA**

A favela ganhou um novo nome, o nome é Cacilda

Fonte: O GLOBO, 20 dez. 2008.

Figura 3 - Matéria em destaque na página sobre UPP em 20/12/2008

Sábado, 20 de dezembro de 2008

O GLOBO

RIO • 21

# Tiroteio em favela da Maré mata quatro e fere 7

Polícia e traficantes do Parque União se enfrentam de madrugada. Confronto fecha a Linha Vermelha por 15 minutos

Rafael Galdo e Sérgio Duran

Um confronto entre traficantes e policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) deixou quatro mortos e sete feridos, dois deles policiais, na madrugada de ontem, na favela Parque União, no Complexo da Maré. Por causa do tiroteio, a Linha Vermelha ficou fechada por cerca de 15 minutos.

Segundo a polícia, agentes da Core que faziam o patrulhamento da Avenida Brasil foram avisados por um taxista sobre uma troca de tiros na favela. Ao entrar na comunidade, teriam sido recebidos a tiros por traficantes, pedindo reforço de blindados. Um dos feridos, no entanto, afirma que os primeiros disparos partiram de um Peugeot preto na Linha Vermelha. Essa versão foi apresentada por X., de 16 anos, baleado na perna.

## Adolescente é ferida nas costas e morre

Larissa de Lima Félix — de 14 anos, moradora da Nova Holanda e que estava com X. — foi atingida nas costas e morreu. Outra amiga dos dois, Priscilane Santiago de Lima, de 19 anos, ficou ferida.

Além de Larissa, três jovens foram mortos: Jackson Martins Campos, de 20 anos; João Rodrigo da Silva de Paulo, de 25; e Jhony Isaías Barbosa, de 18. Os corpos dos quatro foram colo-



LADO A LADO, em frente a um Ciep da favela, os corpos dos mortos no confronto: as famílias negam que eles tivessem envolvimento com o tráfico

cados em frente a um dos portões do Ciep Cesar Pernetta, que ficou sem aulas ontem.

Já a maioria dos feridos foi levada para o Hospital Geral de Bonsucesso, quatro deles moradores: X.; Priscilane; Vinícius Chagas Carvalho, de 21 anos; e Raul Barbosa Filho, de

26, todos baleados nas pernas. Na mesma unidade foram atendidos os dois policiais da Core. Marcelo Ventura Gorini sofreu ferimentos leves no pé e na barriga. Guilherme Brazão Cabral Júnior foi atingido com um tiro no rosto e transferido para o Hospital Barra

D'Or, mas não corre perigo. Um outro morador ferido, Leandro Santos da Silva, de 30 anos, foi levado para o Hospital Getúlio Vargas, com um tiro nas costas e outro na perna.

Um fuzil, uma pistola e duas metralhadoras apreendidas na favela, além das armas usa-

das pela Core, serão periclitadas. No início da manhã, 70 policiais do batalhão da Maré, do Batalhão de Polícia em Vias Especiais (BPVE) e do Batalhão de Choque reforçavam o policiamento nas imediações da Avenida Brasil, temendo protestos na via.

O LEITOR OPINA

**"O Exército deveria entrar e manter a favela protegida, garantindo a chegada de serviços públicos essenciais para a comunidade"**

— Nelson Furtado Besko Cordeiro, em comentário no site do Globo

A morte dos quatro jovens revoltou os moradores do Complexo da Maré. Presidente da Associação de Moradores do Parque União, Deraldo Batista dos Santos questionou a ação da Core:

— Quería saber o motivo dessa operação, de madrugada. Foi uma noite de pânico. Já as famílias das vítimas negaram que elas tivessem ligação com o tráfico. Deyse Cristina Pereira, prima de Jhony, disse que o jovem trabalhava no Detran e estudava no Ciep. Já a mãe de João Rodrigo, Elaine do Nascimento Silva, afirmou que o filho era entregador. A mãe de Jackson, Jovina Martins, disse que o filho era mototaxista. ■

O GLOBO NA INTERNET  
Globo.com.br  
Veja fotos da operação  
globo.com.br

Fonte: O GLOBO, 20 dez. 2008.

Essa matéria chama a atenção porque a imagem em destaque, com corpos dos mortos no confronto como indica a legenda, aparentemente indica que são traficantes executados pela polícia, que também aparece na imagem com destaque para o policial armado. No entanto, ao ler o trecho “Adolescente é ferida nas costas e morre”, descobrimos que os corpos, na verdade, são de três jovens com idade entre 14 e 25 anos que nada tinham a ver com o confronto. Mas uma leitura dinâmica pelos elementos visuais em destaque na página do jornal, coloca as palavras tiroteio, traficantes, mortos e feridos num contexto de medo e violência que parecem justificar o comentário do leitor pedindo intervenção do Exército para proteger a favela e a notícia seguinte sobre o posto de polícia que o Morro Dona Marta ganhou do governador. O presente é noticiado ao lado de uma imagem de Eduardo Paes brincando com uma criança no colo da mãe.

O comentário do leitor em destaque revela um pedido para o poder público de intervenção militar na favela a fim de proteger e levar serviços básicos para a comunidade. Ele aparece ali como apontamento da opinião pública, a opinião dos leitores do jornal. Esse é um detalhe muito importante, pois medidas governamentais precisam da aprovação da população para ser implementadas. Sabemos que alguns anos após a instalação das UPPs, de

fato, o Rio de Janeiro vivenciou uma intervenção militar federal a fim de conter a violência. Mas, são muitas as polêmicas em torno das políticas de segurança do Estado, uma vez que a opinião desse leitor difere, por exemplo, da opinião dos moradores de favela que protestavam na imagem de abertura desta introdução. Assim, importa saber que opinião pública o jornal O Globo está ajudando a construir com suas reportagens? O quê e como o jornal O Globo informa aos seus leitores?

De 2009 a 2014 foram instaladas 38 Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro, e o Jornal “O Globo” produziu 5.991 matérias sobre o assunto, em sua maioria destacando a ação pacificadora da PMRJ. A partir de 2015, não houve mais instalações e o número de matérias diminuiu, sendo que em quatro anos, até 2018, foram produzidas 1.648 e com destaque para os cortes de verbas do estado e a incapacidade das UPPs de manter seu projeto de fim da violência nas favelas. Para comparar, somente em 2010 o jornal publicou 1.373 notícias, em contrapartida foram 568 publicações em 2015, 379 em 2016, 451 em 2017 e 250 até meados de 2018. Como essa quantidade de reportagens sobre as Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas do Rio de Janeiro contribuem para formação da opinião pública sobre segurança? Existe alguma relação entre a cobertura do jornal sobre esse fato nas favelas e o sistema de dominação da branquitude que perpetua o racismo no Brasil?

Essa análise é importante porque é necessário entender quais os meios utilizados pela classe dominante para fazer circular essas ideias racistas de forma tão naturalizada no discurso da população. Por que os processos educativos que me formaram não contribuíram para que eu compreendesse de forma crítica o pensamento racista que regia toda a sociedade a minha volta, que me faziam ter privilégios unicamente devido à cor da minha pele ou ser questionada por morar em uma região a qual essa mesma cor não pertencia? Será que as narrativas repetidas incontáveis vezes pelos jornais, sob o véu da imparcialidade e da verdade, não ajudam a manter vivo esse sistema de exclusão racial e violência? Não fosse a educação sensível que me ajudou a refletir sobre meus privilégios de cor na idade adulta, as narrativas jornalísticas me fariam perceber que eu também era parte e ajudava a perpetuar o racismo na sociedade? Como educadora, não é importante que eu reconheça a força das histórias que regem nossas vidas a fim de ajudar aos estudantes com os quais trabalho a refletirem sobre suas próprias histórias e como se posicionam no mundo?

Em busca dessas respostas, esta pesquisa utiliza a **metodologia** de análise de conteúdo proposta por Raquel Recuero (2018) para avaliar conjuntos de dados textuais. Segundo a autora, esse método reúne técnicas de estudo das imagens, textos e outros conteúdos informativos para extrair algum tipo de sentido, de forma sistemática. Nesse método de

pesquisa, são utilizados processos de classificação e categorização por similaridades e dissimilaridades, a fim de perceber e entender os elementos desses dados e a produção de sentido. Serão analisados os conceitos observando a presença e ausência dos elementos determinados nos conteúdos e, principalmente, as relações de sentido que esses conceitos criam quando estão associados em conjunto. Recuero (2018, p. 15) explica os métodos de análise relacional:

- Análise de sentimentos (ou emoções) – busca compreender a emoção dos conceitos presentes no texto, geralmente através de análises temáticas e de elementos relacionados a essas emoções;
- Análise de proximidade – busca compreender a coocorrência de conceitos. Esta abordagem, que é onde queremos basear esta proposta, busca a criação de ‘janelas’ ou linhas de texto dentro do conjunto de dados, as quais serão objeto de análise para as coocorrências de conceitos. A partir destas coocorrências, há a criação de uma matriz conceitual de onde se pode extrair os sentidos;
- Mapas cognitivos – são recursos onde as relações de proximidade são representadas em mapas gráficos para auxiliar a compreensão das relações através da semântica de suas conexões. A questão chave aqui é analisar, do modo mais profundo o possível, a relação entre os conceitos.

O quadro teórico reúne estudos sobre comunicação, poder e opinião pública de Habermas (1990), Bourdieu (1997), Castells (2017) e Hohlfeldt, Martino e França (2015); estudos sobre racismo e branquitude de Munanga (2004), Jaccoud (2008) e Sovik (2009); a implantação de políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro, de autores tais como Caldeira (2011), Leite (2012) e Burgos, Pereira, Cavalcanti, Brum e Amoroso (2011); estudos sobre análise de conteúdo de Raquel Recuero (2018).

A pesquisa **justifica-se** por se tratar de um assunto ainda pouco explorado no Brasil nas pesquisas científicas, como é o caso da branquitude como sistema de dominação e suas várias formas de manutenção do racismo estrutural. Estudar educação, cultura e comunicação em periferias urbanas exige um olhar atento também para os processos educativos que ocorrem na sociedade, processos de comunicação que produzem sentido e direcionam olhares e pensamentos para a socialização dos indivíduos. Os veículos de comunicação de massa são fundamentais nesse processo.

A UPP não surge do mero acaso, mas sim do desgaste das políticas públicas de segurança baseadas na “metáfora da guerra” (LEITE, 2012) amplamente difundida pelos meios de comunicação de massa. Deste modo, é notável não apenas a importância que a mídia recebe de diferentes setores da sociedade, como a força que exerce na construção de realidades sociais, podendo apresentar visões positivas ou negativas em suas representações e repercussões. Este é um debate que atualmente atinge a sociedade, com uma recente pressão por parte dos movimentos sociais e influenciadores digitais sobre o racismo e o privilégio

branco, inclusive causando polarização em torno do assunto. Portanto, entender essa questão é um importante meio para se compreender alguns dos principais receios da sociedade na atualidade, bem como a sua relevância para pesquisas posteriores.

No primeiro capítulo, apresentamos alguns conceitos básicos do jornalismo e sua relação histórica com a idéia de opinião pública. Depois, trato do conceito chave dessa dissertação, a noção de que os jornais não apenas informam seus leitores, mas promovem uma formação de opinião sobre os temas a partir da maneira em que são abordados nas publicações, de forma que in-formam a opinião. E partimos para uma análise sobre o conceito de branquitude e como esse é um sistema de aprendizagem e formação de opinião pública que permeia a linha editorial dos jornais.

Em seguida, no segundo capítulo, trazemos uma contextualização sobre a história do jornal O Globo e a origem da noção de pacificação das favelas que deu condições para a criação da política pública de segurança chamada de UPP. Analisamos como foi elaborada a narrativa das Unidades de Polícia Pacificadora pela cobertura do jornal O Globo.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos os dados levantados nessa pesquisa por meio da análise de conteúdo das manchetes publicadas na primeira página do jornal O Globo ao longo do ano de 2014, bem como dos comentários dos leitores publicados na sessão de opinião “Dos Leitores”, a fim de compreender qual a relação tecida entre jornalismo, opinião pública e os conceitos de branquitude, racismo e segurança pública.

## 1 JORNALISMO, OPINIÃO PÚBLICA E A BRANQUITUDE

O jornal é uma das principais fontes documentais para pesquisar e analisar fatos e acontecimentos da história política, social, cultural, comportamental e educacional de uma sociedade. No Brasil não é diferente, e de acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012), ainda temos uma peculiaridade: a história da Imprensa se funde com a história da construção do nosso país. De acordo com as pesquisadoras, desde os anos 1778, jornais publicados na Europa eram trazidos para o continente brasileiro a fim de serem lidos pelos portugueses que residiam aqui, incluindo o mensário português que é considerado o primeiro jornal brasileiro: O Correio Braziliense.

Martins e de Luca (2012, p.1) afirmam que no cenário da fusão entre imprensa e história no Brasil, do período colonial até os dias atuais, basta um exame aprofundado para perceber que os personagens das narrativas jornalísticas são sempre os mesmos, tanto na política quanto nas instituições. Além disso, elas destacam que intervenções políticas muito relevantes saíram das redações dos jornais, “estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional”.

As autoras ressaltam a importância dos jornais e revistas como fontes primárias na pesquisa científica, por seu caráter periódico de registro dos principais acontecimentos no país. Porém, elas também explicam que foi só após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, que a imprensa passou a dar espaço em suas publicações para debates e opiniões políticas divergentes, destacando as ações dos governos e instaurando a noção de “opinião pública”. Neste capítulo, analisaremos o jornal não apenas como um informativo, mas como um instrumento pedagógico que vem ao longo dos séculos apresentando suas visões sobre cada época e, também, atuando e intervindo no curso dos acontecimentos, contribuindo diariamente para a formação de opiniões com seus editoriais e matérias, especialmente, na manutenção da branquitude como sistema de dominação social e manutenção do racismo.

Já no primeiro exemplar do jornal Correio Braziliense Hipólito da Costa deixa claro o que acredita ser a função do jornal, sobretudo no Brasil, lugar que o jornalista acredita precisar dos “socorros” dos “jornais políticos” que ainda segundo Hipólito seriam capazes de “comprar liberdade e independência de uma nação”. Com esta crença o Correio Braziliense afirma que “Longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião publica dos factos, que excitam a curiosidade dos povos, quero, além disso, traçar as melhorias das Sciencias, das artes, e d’uma palavra de tudo aquilo, que pode ser útil a sociedade em geral. Feliz eu se posso transmitir a uma Nação longínqua, e sossegada, na língua que lhe he mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos...”(Correio Braziliense, v. I, p. 3-4, jun. 1808).

## 1.1 Os jornais e a opinião pública

Ao pesquisar sobre o Jornal O Globo, propus-me a buscar entender melhor a história do jornalismo no Brasil e como as notícias são produzidas pelos jornalistas. Isto se fez necessário para que a análise desta pesquisa fosse mais qualificada, e para ir além do senso comum de que a imprensa manipula a opinião do público simplesmente por publicar notícias sob este ou aquele ponto de vista.

Martins e De Luca (2012) realizaram uma ampla investigação sobre a história da imprensa no país e encontraram diversas publicações de escritores que nasceram no território brasileiro antes mesmo da família real portuguesa desembarcar aqui, em 1808. Eram publicações das mais variadas naturezas, como relatos de viagens, poesias, sermões, textos sobre medicina ou botânica e literatura. Para elas, isso reflete um cenário mais complexo para se entender o surgimento da imprensa, diferente do imaginário geral de que os jornais começaram enfrentando um campo de censura, atraso e oficialismo.

De acordo com as pesquisadoras, ainda que muitos estudos indiquem esses traços na origem da imprensa brasileira, também é possível perceber que o periodismo (que é também uma palavra usada para se referir ao jornalismo, por ser uma atividade periódica, marcada pelo registro de fatos cotidianos) emergiu abarcando várias camadas da sociedade, ainda que apenas um pequeno grupo de letrados detivessem o poder para produzir essas publicações, porque a cena pública estava passando por mudanças nas relações de poder. Elas esclarecem que no início do século XIX já existia no Brasil cerca de 1/3 da população considerada como “pardos livres”, e que existiam muitos espaços para transmitir mensagens, fossem em impressões ou em conversas, por exemplo, casas de administração civil, postos militares, igrejas, etc.

Além disso, elas destacam as transformações na estrutura da sociedade, com as fronteiras territoriais sendo redefinidas internamente; a mudança na economia para práticas agrícolas, mineradoras ou pecuaristas; a emergência de novas rotas para comércio terrestres e marítimas; o estabelecimento de novas instâncias eleitorais em níveis provinciais e nacionais; associações secretas e grupos políticos identificados por seus interesses financeiros ou intelectuais, entre outros.

Além da já citada cena pública complexa onde ela se inseria, havia uma tradição de atividades impressas da nação portuguesa, à qual o Brasil pertencia, sem esquecer a possibilidade de os primeiros redatores propriamente brasileiros terem aprendido e convivido, ainda que informalmente, com a imprensa de outros países. Foi o caso dos estudantes brasileiros em Coimbra que circulavam pela Europa ou de emissários enviados pela Coroa portuguesa aos quatro cantos do mundo, sem esquecer

comerciantes, traficantes de escravos e navegadores. Questiona-se, assim, a noção, às vezes apresentada de forma simplista, que procura contrapor o florescimento da imprensa às repressões do absolutismo. A imprensa, periódica ou não, surgiu e se consolidou sob determinadas condições e características, que não eram, evidentemente, as de uma democracia moderna, de sociedades industriais ou de uma cultura de massas (MARTINS; DE LUCA, 2012, p. 15).

Martins e De Luca (2012) explicam como esses jornais passaram a adotar em suas publicações posicionamentos que revelavam suas escolhas políticas, a fim de disseminar essas ideias e conquistar o apoio da população. Com o passar do tempo, a participação e intervenção dos jornais nas questões políticas que envolvem as cidades foi se tornando mais evidente. As autoras destacam que é possível encontrar edições em que jornais de posicionamentos distintos apresentam em suas introduções opinião sobre determinados acontecimentos e até mesmo questionamentos às publicações de outros veículos de comunicação. Com o passar dos anos, os jornais foram adotando posturas, aparentemente, mais neutras, assumindo um discurso de objetividade e imparcialidade para conquistar posições de credibilidade e confiança de seus leitores, como apontam Martins e De Luca (2012).

Esta mudança ocorreu porque políticos e empresários foram percebendo a grande importância dos jornais para a formação da opinião pública. O alcance de público e audiência que os jornais possuíam, e o reconhecimento da população sobre o que este ou aquele veículo noticiava como verdade dos fatos era estratégico e importante para obter retorno sobre as ações que impactavam a todos. Assim, aumenta cada vez mais a preocupação com a forma como os assuntos são tratados e como os jornais transmitem informações ao público.

Mas, afinal, o que significa esse termo? Martins e De Luca (2012) acreditam que a expressão “opinião pública” tenha surgido no Brasil junto com o advento dos papéis impressos, para indicar um público leitor com certo nível de instrução formal que analisava de forma crítica as ações do governo.

Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado (MARTINS; DE LUCA, 2012, p.18).

Jurgen Habermas (1990), filósofo e sociólogo alemão da Escola de Frankfurt, propôs uma teoria da ação comunicativa em que explora a noção de esfera pública. Para o autor, o conceito “esfera pública” surgiu na transição do século XVIII para o XIX num momento em que a burguesia e os cidadãos começam a ter acesso à leitura e às artes, com o surgimento da impressão em papéis. Ele considera que essa primeira esfera pública era como um espaço

formado por leitores universais que não ficavam satisfeitos apenas em ler repetidamente os mesmos poucos livros tradicionais, mas que demandavam novas publicações e novos conhecimentos. Esses leitores se tornaram críticos dessa produção literária da época e debatiam suas ideias, compondo, a partir de uma esfera privada, uma espécie de rede de comunicação pública.

As sociedades para o Esclarecimento, os cenáculos destinados à formação cultural, as lojas maçônicas secretas e as ordens dos iluminati, eram associações que se constituíam pelas decisões livres, isto é, privadas, de seus membros fundadores, compunham-se de voluntários e adotavam internamente formas igualitárias de tratamento, liberdade de discussão, decisões majoritárias, etc. Nessas sociedades, por certo constituídas ainda exclusivamente por burgueses, começavam a ser ensaiadas as normas da igualdade política da sociedade vindoura (HABERMAS, 1990, p. 39).

Harbermas (1990) acredita que essa esfera pública começou a ser ampliada e politizada com a Revolução Francesa, voltando essa atenção que antes era destinada para a literatura e para as artes à politização da vida social.

As pesquisas de Raymond Williams são particularmente esclarecedoras para entender a transformação de uma esfera pública que discute a cultura mediante razões, determinada a princípio pelo debate literário e pela formação burguesa, em uma esfera dominada pelos meios de comunicação de massa e por uma cultura de massa (HABERMAS, 1990, p. 40).

Ele também acredita que, com o passar dos anos, comprovou-se que não há apenas uma esfera pública. Harbermas (1990, p. 41) explica que para além dessa esfera pública burguesa, que é hegemônica e dominante, existem outros processos comunicativos que acontecem entre os públicos que são excluídos dessa esfera dominante, é o que ele chama de “esferas públicas subculturais ou específicas de uma classe, com premissas próprias e não negociáveis”.

A estrutura da esfera pública continuou mudando com as mudanças que aconteceram na sociedade. O pesquisador ressalta os avanços tecnológicos que resultaram em novos meios eletrônicos de comunicação de massa, a importância adquirida pela propaganda, a fusão entre informações e entretenimento, a diminuição dos grupos e associações liberalistas, entre outros. Esse cenário que colocou a comunicação em formatos mais comerciais e com grande dependência financeira das instituições diminuíram o acesso a essa comunicação pública. Nas palavras de Habermas (1990, p.58):

Surgiu uma nova categoria de influência, a saber, o poder da mídia, que, usado de modo manipulador, privou o princípio da publicidade de sua inocência. A esfera pública, ao mesmo tempo pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação de massa, tornou-se uma arena permeada de relações de poder, na qual, por meio de temas e contribuições, ocorre uma disputa não apenas em torno da influência, mas também sobre o controle que incide sobre os fluxos comunicativos

comportamentalmente eficazes e que oculta o máximo possível suas intenções estratégicas.

Habermas está indicando aqui que a mídia passa a ser percebida como uma entidade permeada por disputas de poder por ter uma capacidade de manipular a opinião pública, essa que é resultado do debate público entre os atores sociais sobre as decisões políticas, econômicas e culturais que regem a vida em sociedade.

Manuel Castells (2017) também refletiu sobre esse poder da comunicação em suas pesquisas científicas por se tratar de um tema relevante para o exercício da democracia. Para ele, existe um ideal de democracia que seria resultado de um processo de debate público em que pessoas livres e bem informadas colocariam suas ideias em confronto, sem impedimentos, a fim de tomarem uma decisão de forma compartilhada. Nesse ideal democrático de debate público, o sistema político seria aberto; grupos de pressão não teriam controle sobre a votação; e partidos e governos não poderiam manipular o sistema em benefício próprio.

No entanto, o pesquisador ressalta que esse debate não é racional, ainda que respeite todos esses processos citados. Para Castells (2017), as emoções e sentimentos influenciam a maneira com que as pessoas refletem e tomam decisões. E essas emoções são produto do meio cultural e comunicacional em que estamos inseridos, pois o ambiente de comunicação produz estímulos que desencadeiam uma série de reações complexas, sentimentos conscientes e inconscientes.

Ao ativar as redes de associação entre eventos e imagens mentais via processos de comunicação, a produção de poder opera em uma dinâmica de várias camadas na qual os nossos sentimentos estruturam a maneira como pensamos e, em última instância, a maneira como agimos. Evidências empíricas e teorias de comunicação política convergem no sentido de enfatizar o poder do enquadramento no processo de produção de poder (CASTELLS, 2017, p. 246).

Castells (2017) acredita que o ambiente de comunicação produz significados por meio de uma construção simbólica. As redes de comunicação multimídia criam mensagens, formatam e divulgam amplamente esse conteúdo que, por sua vez, será compreendido por cada pessoa que o receber criando sentidos em sua mente. “Embora cada mente humana construa seu significado ao interpretar os materiais que foram comunicados em seus próprios termos, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação” (CASTELLS, 2017, p. 472).

Por sua vez, ainda que Habermas (1990) considere esse poder da mídia, ele também destaca que os discursos não dominam ninguém. Os discursos midiáticos estabelecem um poder de comunicação que está na influência, ou seja, “limita-se a dar e retirar legitimação”.

Para o autor, na esfera pública acontece o encontro entre o poder legítimo criado pela comunicação pública e o poder dos meios de comunicação utilizado para manipular e promover a lealdade das massas, a fim de manter os sistemas dominantes de organização das sociedades. “Uma esfera pública politicamente ativa precisa de mais do que as garantias das instituições do Estado de direito. Precisa também da confiabilidade de tradições culturais e padrões de socialização voltados para a cultura política de uma população acostumada com a liberdade” (HABERMAS, 1990, p.81).

Analisando esse estudo de Habermas (1990) e os estudos de Castells (2017), compreende-se que a opinião pública é fruto desse processo de comunicação que acontece na esfera pública, em que os cidadãos livres se encontram para debater e decidir de forma conjunta sobre questões de interesse em comum. É isso que legitima as decisões tomadas nesse processo de comunicação pública a favor do bem-estar de todos. No entanto, esse processo sofre interferência dos veículos de comunicação de massa porque os grupos dominantes se tornaram cientes do poder de influenciar a formação dessa “opinião pública”: por meio da seleção e divulgação de informações; da quantidade de pessoas que conseguem alcançar nessa divulgação; da linguagem persuasiva da propaganda; etc.

Geoff Mulgan (2007, p.27 apud CASTELLS, 2017, p. 62) explica que o Estado, por exemplo, exerce poder sobre o povo por meio da articulação de três elementos: a violência, o dinheiro e a confiança:

As três fontes de poder juntas servem de base para o poder político, o poder soberano de impor leis, emitir ordens e manter um povo e um território unidos... Ele concentra força por meio de seus exércitos, concentra recursos por meio do fisco e concentra o poder de moldar das mentes, mais recentemente por meio dos grandes sistemas de educação e comunicação, que são a dupla liga do Estado-Nação moderno... Das três fontes de poder, a mais importante para a soberania é o poder sobre os pensamentos que dão origem à confiança. A violência só pode ser usada negativamente; o dinheiro só pode ser usado em duas dimensões: dando ou tirando. Mas o conhecimento e os pensamentos podem transformar as coisas, mover montanhas e fazer com que o poder efêmero pareça permanente.

Mas fica a questão: os meios de comunicação de massa, como os jornais, têm mesmo o poder de manipular a decisão e a opinião das pessoas sobre determinados assuntos? Manuel Castells (2017, p.57) define como poder “a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outros(s) ator(es) social(is) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder”. Essa capacidade relacional, na visão do autor, é o que explica que o poder não é um atributo, mas sim uma relação que é assimétrica, ou seja, que em uma relação de poder entre sujeitos sempre existe um nível de influência maior de um sobre outro. Mas isso não significa que esse poder é

absoluto e que quem está submetido ao poder do outro não exerce nenhum tipo de influência na relação. Nas palavras de Castells (2017, p. 57):

Há sempre a possibilidade de resistência que questiona esse tipo de relação. Além disso, em qualquer relação de poder, há certo grau de consentimento e aceitação do poder por parte daqueles sujeitos. Quando a resistência e a rejeição se tornam significativamente mais fortes que o consentimento e a aceitação, as relações de poder são transformadas: os termos mudam, o poderoso perde poder, e finalmente há um processo de mudança institucional ou estrutural, dependendo da extensão da transformação dos relacionamentos.

Quando se trata da relação de poder entre os produtores de notícias e a população, como se dá essa disputa de forças? Como vimos, o jornalismo buscou, ao longo dos anos, estabelecer uma noção de neutralidade e imparcialidade na transmissão de informações a fim de construir uma relação de confiança com seu público. Isso para que pudessem informar sobre os acontecimentos no país e no mundo, apresentando os fatos de forma “real”, e para que as pessoas entendessem que não havia intenção de doutrinar e nem de defender este ou aquele partido político.

A Federação Nacional dos Jornalistas apresenta no 1º Artigo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) o direito fundamental dos cidadãos à informação, “que abrange seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”. O Art 2º descreve:

Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as “não governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Além disso, todo jornalista assume um compromisso com “a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS, 2007, Art. 4º). Essa busca pela isenção e pela verdade dos fatos é antiga. Com a ascensão da publicidade e entretenimento no Brasil, começaram a aparecer jornais e revistas que se diziam exclusivamente dedicadas à informação, buscando transmitir um posicionamento “neutro” e “imparcial”. Segundo Martins e De Luca (2012, p.59), “informar e formar a opinião pública, oferecendo uma variedade de

abordagens e temas foi a pretensão dessas revistas, o que implicava assumir posições diante dos problemas da época, ainda que se pretendesse isenção e neutralidade”. As autoras destacam que, a partir dos anos 1920, esse segmento foi se consolidando na medida em que acompanhava as mudanças e instabilidade na economia e na política, e o extremismo dos partidos de esquerda e direita, pois tentavam oferecer aos leitores informações mais detalhadas e análises aprofundadas sobre as questões que provocavam abalos em escala mundial na organização da sociedade.

Martins e De Luca (2012) argumentam que essa postura dos jornais em desfazer-se da responsabilidade ao assumirem-se imparciais e antipartidários só faz sentido se compreendermos o contexto político no qual o país se encontrava, pois diante do caos do novo estilo de vida moderna, esses veículos de comunicação buscavam levar objetividade, organizando as múltiplas experiências da realidade para dar sentido às informações que compartilhavam. Ou seja, naquele contexto, era necessário manter a postura de neutralidade e imparcialidade para garantir a continuidade do poder de influência sobre a opinião pública.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997) criou o conceito de “campo jornalístico” para explicar como os mecanismos que atuam nesse espaço, por exemplo, as exigências mercadológicas (leitores, anunciantes), influenciam outras áreas da sociedade, como na cultura, justiça, literatura, nas artes e nas ciências.

Trata-se então de examinar como a restrição estrutural exercida por esse campo, ele próprio dominado pelas pressões do mercado, modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos, afetando o que aí se faz e o que aí se produz e exercendo efeitos muito semelhantes nesses universos fenomenicamente muito diferentes (BOURDIEU, 1997, p. 101).

Bourdieu (1997) explica que sobre o campo jornalístico incidem diversas forças internas e externas. Dentre as forças externas estão as do mercado e dos anunciantes, que são responsáveis pelos lucros das empresas jornalísticas e que exercem influência no grau de autonomia do veículo. Por exemplo, se a maior parte das receitas de um jornal vem da propaganda de seus anunciantes e publicidade paga pelo Estado, sua autonomia está intrinsecamente ligada aos interesses desses patrocinadores, pois se eles param de anunciar no jornal comprometem a receita financeira do veículo.

O pesquisador também discute a autonomia do próprio jornalista ao escrever suas reportagens. Ele indica que o profissional também tem seu trabalho dependente do resultado da incidência de várias forças, tais como o número de veículos de imprensa potenciais empregadores em sua região (o que pode aumentar ou diminuir a insegurança do emprego); o posicionamento do jornal em que trabalha (se é mais voltado para temas intelectuais, se é

mais comercial, etc); se é contratado como profissional efetivo ou freelancer; se possui notoriedade e reconhecimento público, o valor de seu salário, entre outras.

Além disso, os jornais também estão sujeitos às pressões ligadas às “fontes oficiais”. Nas palavras do autor:

Esse monopólio proporciona às autoridades governamentais e à administração, à polícia, por exemplo, mas também às autoridades jurídicas, científicas, etc., armas na luta que as opõe aos jornalistas e na qual tentam manipular as informações ou os agentes encarregados de transmiti-las, ao passo que a imprensa tenta, por seu lado, manipular os detentores da informação para tentar obtê-la e assegurar para si sua exclusividade. (BOURDIEU, 1997, p. 104).

Além de todas essas questões, o campo jornalístico também possui outros aspectos importantes, como explica Bourdieu (1997, p. 105), ligados à oposição de suas lógicas e a legitimação: “o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, etc; na cifra de venda e no lucro em dinheiro”. O autor também argumenta que o campo jornalístico está sempre sob vigilância e suscetível ao mercado, por meio do controle de índice de audiência.

O principal efeito desse campo jornalístico, na visão de Bourdieu (1997), pode ser percebido no campo político, na medida em que influencia os atores políticos a submeterem-se às demandas e expectativas da maioria, que muitas vezes é irracional e tomada de paixão, guiada por reivindicações que ganham força e mobilização pública devido ao espaço e visibilidade que recebe da imprensa. O autor explica a chamada pesquisa de opinião, que orienta o fazer dos jornais, sobretudo, os jornais televisivos (audiência), e passa a legitimar uma “opinião pública” que deslegitima os líderes e porta-vozes do passado, como partidos e sindicatos, e o que seria uma elaboração crítica resultado de assembleias legislativas e debates públicos nos tradicionais lugares políticos. Por isso, para Bourdieu (1997), compreender o campo jornalístico é fundamental para entender a disputa de poder que permeia a produção de notícias e a divulgação de informações em busca do favorecimento da opinião pública.

Cervi (2006) realizou um estudo sobre opinião pública no Brasil por meio de uma ampla pesquisa sobre o conceito de opinião pública desde os primórdios da sociedade grega até o entendimento mais contemporâneo. Cervi (2006, p. 128) define a opinião pública como resultado da interação entre indivíduos num processo de comunicação individual e coletiva que pressupõe “a existência de um estímulo, mensagem ou conteúdo de significados, produzido ou emitido por alguém, e captado pelo todo ou por parte da sociedade”. Para ele,

também é necessário que haja centros de formação de opinião não individual sem ligação direta com o poder público oficial, por exemplo, os jornais.

O pesquisador argumenta que a opinião pública passou a ser um conceito polêmico, objeto de estudo e com relevância crescente ao longo do tempo porque deixou de ser vista como apenas uma opinião geral em que as pessoas expressam o que pensam e sentem para ser vista como responsável por decisivas mudanças históricas, conforme a democracia ganhava destaque como sistema político de organização das sociedades.

Para Cervi (2006), um exemplo dessa força da opinião pública está na sua transformação em força política de ação concreta, como o voto universal que decide quem vai governar o país, por exemplo. E essa mesma opinião pública transformadora também recebe muitas críticas, especialmente por parte da elite conservadora, que se mantém desconfiando da capacidade do povo de tomar decisões políticas. “Principalmente nas sociedades que surgem com o período industrial, quando o pensamento do cidadão comum é, também, fortemente marcado pela participação dos meios de comunicação de massa” (CERVI, 2006, p. 286).

Ele também realizou um levantamento da opinião pública brasileira sobre diversos temas ao longo dos últimos 25 anos, como avaliação dos governantes, temas sociais, pena de morte, desemprego, reforma agrária, etc. E percebeu que, de modo geral, a opinião coletiva dos brasileiros é coerente e tende a seguir padrões ao longo das décadas; ou, quando instáveis, apresentam tendências previsíveis com pouco impacto geral.

Cervi (2006) concluiu em sua pesquisa que a opinião pública é resultado de dois processos que podem acontecer ao mesmo tempo com o público: primeiro, a tentativa de manipulação e convencimento dos atores políticos elitistas por meio dos veículos de comunicação de massa (com destaque para os jornais que, em tese, divulgam informações objetivas, mas que sempre possuem a subjetividade de quem escreve ou dos atores que influenciam os produtores da notícia); e em segundo, a reformulação de crenças e idéias que o próprio público realiza, mesmo em conflito com os interesses da elite.

(...) em um sistema representativo ela se faz representar por uma elite política que na maioria das vezes tem mais informações relevantes para a formação da opinião individual que o cidadão comum e como a opinião pública também é (re)formada pelo debate entre elite e público, os diferentes níveis informacionais do primeiro lhe dão uma vantagem em relação ao público em geral, permitindo que a manipulação de preferências políticas constituídas possa, em determinadas condições, gerar uma corrente de opinião que modifica as tendências históricas, ainda que temporariamente (CERVI, 2006, p.300).

A pesquisa de Cervi (2006) aponta a importância dos meios de comunicação de massa, em especial, do jornalismo para a formação da opinião pública. Uma vez que esses meios de comunicação são usados pelas elites para manter seu status e poder econômico e político, compreender o processo por trás da criação das notícias é essencial para analisar de forma crítica como se dá essa tentativa de manipulação da opinião pública no Brasil.

## 1.2 Os jornais e a in-formação de opinião

Afinal, como são produzidas as notícias? Hohlfeldt, Martino e França (2015) destacam que, entre os estudos contemporâneos em comunicação, existe a “Hipótese do Newsmaking”. Essa hipótese é uma teoria do jornalismo que analisa o potencial de transformação do que acontece cotidianamente em notícia, ou seja, sua noticiabilidade.

A noticiabilidade está regada por valores-notícia, conjunto de elementos e princípios através dos quais os acontecimentos são avaliados pelos meios de comunicação de massa e seus profissionais em sua potencialidade de produção de resultados e novos eventos, se transformados em notícia (...) A noticiabilidade é um conjunto de regras práticas que abrangem um corpus de conhecimento profissional que, implícita e explicitamente, justifica os procedimentos operacionais e editoriais dos órgãos de comunicação em sua transformação dos acontecimentos em narrativas jornalísticas. Reúne o conjunto de qualidades dos acontecimentos que permitem uma construção narrativa jornalística e que os recomendam enquanto informação jornalística (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2015, p.208-209).

Essas categorias de análise de noticiabilidade são comuns à prática jornalística, porém, apresentam algumas especificidades de acordo com cada veículo, seu público receptor e a linha editorial definida pelos seus dirigentes. De maneira geral, essas categorias de noticiabilidade englobam critérios como grau de importância, interesse do público, atualidade, qualidade do material, exclusividade da informação, entre outros. A forma como os jornalistas escolhem suas fontes, quem escolhem ouvir como fontes e o que os veículos decidem que é notícia faz parte do dia a dia das redações. Essa escolha, da mesma forma que seleciona e inclui assuntos na pauta de apuração dos jornalistas, exclui e invisibiliza diversos outros assuntos e fontes. E é sobre essa exclusão de temas e fontes que deixam de virar notícia que recai a maioria das críticas.

Hohlfeldt, Martino e França (2015) ressaltam que o jornalista exerce uma função de mediador da informação, ligando o acontecimento e as fontes primárias aos receptores. O Código de Ética dos Jornalistas estabelece como obrigação do profissional sempre buscar uma apuração rigorosa dos fatos, ouvindo o maior número de pessoas e instituições envolvidas nos assuntos que irá noticiar; buscar provas que fundamentem as informações interessantes ao

público; informar ao público sempre que as matérias forem de cunho publicitário, entre várias outras normas que orientam o fazer profissional. O jornalista que ferir a ética da profissão pode ser denunciado à Comissão Nacional de Ética nos sindicatos regionais e também na FENAJ, com risco de ser excluído do quadro do sindicato publicamente e responder criminalmente por suas ações, por meio de encaminhamento da denúncia ao Ministério Público, quando for o caso.

Toda essa regulamentação sobre o fazer jornalístico tem como objetivo proteger o interesse público e o direito à informação. Mas ainda não responde aos questionamentos sobre o poder de manipulação dos jornais. Existem outras duas linhas de pesquisa da comunicação, propostas por estudiosos da área, que investigam esses impactos do fazer jornalístico na recepção, ou seja, no público: a hipótese do agenda setting e a hipótese da espiral do silêncio.

A hipótese do Agenda Setting foi proposta nos anos 1960, pelos estudiosos Maxwell McCombs e Donald Shaw. De acordo com Hohlfeldt, Martino e França (2015), a influência que os meios de comunicação exercem sobre a opinião pública não pode ser medida a curto prazo, mas carece de observação a médio e longo prazos. Isto porque os veículos de comunicação tendem a provocar um efeito de “enciclopédia” propositadamente, quando realizam uma cobertura jornalística sobre determinado tema por um longo período de tempo, oferecendo um fluxo contínuo de informações. Além disso, os assuntos agendados pela mídia acabam se tornando os assuntos que serão discutidos pelo público no dia a dia.

Os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de a médio e longos prazos, influenciar sobre o que pensar e falar, o que motiva o batismo desta hipótese de trabalho (...) o público, termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2015, p. 191).

Os pesquisadores explicam que essa hipótese é baseada em outros estudos antigos, como o de Walter Lippmann, que indica que a relação que temos com a realidade não se dá de forma direta, mas é “mediada por imagens que formamos em nossa mente. Desta forma, percebemos a realidade não enquanto tal, mas sim enquanto a imaginamos” (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2015, p. 192). Para os autores, essa situação acontece porque é impossível que todos sejam testemunhas oculares de tudo que acontece no Congresso Nacional, por exemplo, e por isso precisamos de mediadores, os meios de comunicação de massa:

Portanto, dependendo da mídia, sofremos sua influência, não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso

conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda (...) as pessoas aumentam, no conjunto de suas relações sociais, as mais variadas, do círculo familiar aos amigos do clube ou aos companheiros de trabalho ou escola, a troca de opiniões e informações, dinamizando o processo informacional-comunicacional (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2015, p. 193-200).

Para que esses assuntos agendados pela mídia exerçam, efetivamente, influência na opinião dos receptores a tal ponto de que estes tomem decisões ou mudem de atitude, é preciso que outros fatores também sejam analisados, tais como o grau de exposição à cobertura jornalística; o nível de importância e interesse que o assunto tenha para o receptor; o grau de necessidade de receber orientação ou o nível de falta de informação sobre o tema; os diferentes níveis de comunicação com outras pessoas que venha a desenvolver; entre outros.

Outra hipótese estudada sobre a influência do jornalismo para a formação de opinião pública é a da Espiral do Silêncio, formulada pela alemã Elisabeth Noelle-Neumann em 1972. De acordo com Hohlfeldt; Martino e França (2015, p.231), a pesquisadora desenvolveu o conceito de “demoscopia” – demos (povo) + copia (translado literal) - para pesquisar cientificamente a opinião pública: “a opinião pública é um processo de interação entre as atitudes individuais e as crenças individuais sobre a opinião da maioria. Pela influência provocada na audiência pelos *mass media* chega-se à confluência do que seja a opinião majoritária”.

Segundo Neumann, a espiral do silêncio acontece quando, diante de um debate público, um indivíduo pensa que sua opinião é minoritária e decide não expressá-la para evitar entrar em conflito com o que imagina ser a opinião da maioria. Esse silêncio acontece num movimento constante, gerando um movimento circular e crescente.

O ponto central de toda sua hipótese é a capacidade que ela reconhece nas pessoas de perceberem o que por ela é denominado de clima de opinião, independentemente do que essas pessoas sintam. Assim, ao perceberem – ou imaginarem – que a maioria das pessoas pensa diferente delas, essas pessoas acabam, num primeiro momento, por se calarem e, posteriormente, a adaptarem, ainda que muitas vezes apenas verbalmente, suas opiniões às dos que elas imaginam ser a maioria. Em consequência, aquela opinião que, talvez de início não fosse efetivamente a maioria, acaba tornando-se a opinião majoritária, na medida em que se expressa num crescente movimento de verbalização, angariando prestígio e alcançando a adesão dos indecisos (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2015, p. 230-231).

A partir desses conhecimentos teóricos sobre a opinião pública e a influência que os meios de comunicação são capazes de produzir no pensamento e na ação da população, pretendemos analisar a cobertura do jornal O Globo sobre o assunto UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro. Vimos que as narrativas que os jornais criam sobre determinados assuntos colaboram para o que as pessoas vão imaginar sobre os

acontecimentos e, a partir daí, criar suas próprias opiniões, compartilhar em seus meios sociais e influenciar em decisões coletivas.

Para compreender essa produção de sentido estimulada pelas narrativas dos jornais, também é preciso compreender bem o próprio conceito de “processo”. David K. Berlo (2003, p.23) define como processo “qualquer fenômeno que apresente contínua mudança no tempo”, ou “qualquer operação ou tratamento contínuo”. A comunicação se dá por meio de processos, ou seja, são relações que precisam de tratamento contínuo e que apresentam mudanças no tempo.

Berlo (2003) explica que o grande interesse pelos impactos da comunicação estimulou pesquisas que tentaram definir modelos de processos, contendo descrições, elementos que pudessem explicar como a comunicação acontece. “Nenhum pode ser tido como correto ou verdadeiro. Uns podem ser mais úteis que outros, alguns podem corresponder mais que outros ao presente estado de conhecimento sobre comunicação” (BERLO, 2003, p. 29). Apesar disso, os modelos criados até o presente momento conservam alguns “ingredientes” comuns notáveis em todo processo comunicativo. O modelo de comunicação mais completo e que facilita o entendimento para o propósito da nossa pesquisa é o proposto por Berlo (2003, p. 32):

**Fonte ---- □ codificador ---- □ mensagem ---- □ canal ---- □ decodificador ---- □ Receptor**  
 □ **Feedback ---- □**

O autor também propõe um modelo de aprendizagem:

**Organismo □ Estímulo □ Percepção do estímulo □ Interpretação do estímulo □**  
**Resposta descoberta ao estímulo □ Consequência da resposta**

O processo de comunicação interpessoal é equivalente ao processo de aprendizagem humana. Nós percebemos (decodificamos). Interpretamos (servimos como receptor e como fonte). Produzimos uma resposta (codificamos). Os estímulos que percebemos e as respostas que damos fazem parte do significado que atribuímos ao termo “mensagem”. Colocando os dois modelos lado a lado, veremos que para cada passo em um deles há um passo análogo no outro (BERLO, 2003, p. 104).

Analisando esse modelo proposto por Berlo (2003), também é possível perceber o quanto o processo de comunicação não é simplesmente espontâneo, mas orientado pela intenção do Emissor em transmitir uma mensagem ao Receptor esperando obter também uma

resposta, um feedback que comprove que a mensagem foi entendida e promova uma reação. Segundo Berlo (2003), Aristóteles já havia definido em seu estudo sobre retórica que o principal objetivo da comunicação é persuadir, tentar levar outros a adotar o ponto de vista de quem envia a mensagem.

Nas palavras de Berlo (2003, p.76-77):

Estímulo é qualquer evento que o indivíduo é capaz de perceber, em outras palavras, estímulo é qualquer coisa que uma pessoa pode perceber através de um dos sentidos, qualquer coisa que produz sensação no organismo humano. Se x existe, e se o organismo humano pode senti-lo (vê-lo, ouvi-lo, tocá-lo, etc.), então x é um estímulo. Podemos definir a palavra resposta em termos de estímulo. Tendo o indivíduo percebido o estímulo, a resposta é qualquer coisa que o indivíduo faça como resultado da percepção do estímulo. A resposta é a reação do organismo individual ao estímulo, é o comportamento motivado pelo estímulo.

Dessa forma, todos nós vamos aprendendo sobre a vida, o mundo, as pessoas e tudo a nossa volta por meio dos processos comunicativos / formativos de estímulo e resposta, interpretando os estímulos, respondendo, observando o que acontece depois, mudando as respostas para os mesmos estímulos, recebendo novos e diferentes estímulos que orientam novas respostas, e assim por diante. Assim, como explica Berlo (2003, p. 84), criamos uma relação estímulo-resposta estável: criamos o hábito.

Uma vez criado o hábito, deixamos completamente de interpretar o estímulo. Começamos a responder automaticamente, sem pensar, sem análise. Embora essas relações Estímulo-Resposta tenham sido aprendidas, tornam-se similares às relações reflexivas originais que controlaram nossa conduta na infância

Trazendo essa reflexão para o contexto da nossa pesquisa, é importante perceber que o jornalismo, na medida em que possui uma narrativa própria para informar às pessoas sobre os acontecimentos, cria códigos de linguagem que serão decodificados (interpretados) toda vez que os leitores acessarem esse conteúdo. Noticiar é um processo de comunicação, e as notícias são criadas por meio de estratégias planejadas para que as informações sejam tratadas de maneira a se transformarem em uma mensagem que seja bem entendida pelos receptores (público leitor) com a intenção de alcançar certos objetivos: as metas de vendas e propósitos do jornal, que justificam sua razão de existir.

Ao preparar matéria para o jornal, o jornalista trata a sua mensagem de várias formas. Escolhe o conteúdo capaz de interessar ao leitor. Seleciona palavras para um código que o leitor possa compreender, estrutura suas afirmações, suas informações na forma que, no seu julgamento, o leitor preferirá recebê-las (BERLO, 2003, p.62).

Com isso quero dizer que nada é por acaso, ainda que os acontecimentos sejam imprevisíveis, um jornal de notícias possui objetivos claros e tem intenção de influenciar seu público (consumidor) (por meio de um complexo sistema simbólico de estímulo-resposta),

pelo menos, para que continue comprando seu produto (jornal). O jornal influencia a opinião de seu público com o conteúdo que publica, mas também é influenciado pelos objetivos desse leitor a todo o momento. “O que acreditam que seja o desejo do leitor influencia o que eles noticiam, o que interpretam e codificam. A comunicação de notícias é um processo. Todos os ingredientes do processo influenciam uns aos outros (...) a galinha é o que o ovo faz a fim de reproduzir-se” (BERLO, 2003, p. 39).

O desenvolvimento do monopólio no setor das comunicações no Brasil, após a ditadura militar, criou características do que a pesquisadora Cecília Coimbra (2001) chamou de “sociedade do controle”, que produz subjetividades na medida em que foca valores e virtudes como o instantâneo, descartável, a diversidade, planejamento e lucros a curto prazo e a velocidade de se movimentar. Ela acredita que esses valores vendidos pela nova mídia brasileira reforçaram um estilo de vida do “descarte” nos brasileiros, em que tudo se torna obsoleto com facilidade e que importa mais os signos que conferem status social como roupas de marca, carros importados, discursos avançados, etc.

Além de produzir massivas subjetividades de estar nas mãos de uns poucos, a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos; pela via do espetáculo, das formas dramáticas e sensacionalistas produz as ‘identidades’, as simpatias, os prós e os contras. À medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia hierarquiza os temas, selecionando os que deverão ser do conhecimento público e, dentre estes, os que deverão necessariamente ser discutidos, debatidos, pensados (COIMBRA, 2001, p.36)

Portanto, observando esses estudos e as hipóteses do *agenda setting*, espiral do silêncio; compreendendo também as similaridades do processo de aprendizagem e de comunicação, fica claro que existe um poder de influência mútua entre veículos de comunicação e opinião pública. No próximo tópico, vamos investigar o que significa branquitude e se esse conceito pode ser percebido como um sistema de aprendizagem que influencia a produção de notícias e a opinião pública.

### **1.3 A branquitude como sistema de aprendizagem e formação de opinião pública**

Como contei na introdução deste trabalho, o meu interesse em pesquisar se há influência do jornalismo na construção de pensamentos e atitudes racistas na nossa sociedade surgiu durante minha graduação em História, quando comecei a refletir sobre minha trajetória pessoal e os problemas históricos do nosso país. Especialmente quando me lembrei que, no meu primeiro emprego como secretária na CEDAE-RJ, as pessoas se incomodavam com a minha pouca instrução e me incentivavam a buscar o Ensino Superior dizendo que alguém

como eu merecia mais. Por trás desse merecimento, estava a minha imagem de mulher branca, heterossexual, e os atributos que me colocavam e que encaixavam nos padrões de beleza feminina da época.

Em contrapartida, não conseguia me lembrar de nenhuma demonstração de incômodo ou incentivos a melhoria de cargos e salários às pessoas pretas que trabalhavam no mesmo prédio comigo. Como a jovem ascensorista, os aprendizes menores de idade ou a moça que servia o cafezinho. Também não me lembro de nenhum elogio a eles por sua beleza, seus atributos físicos ou algum comentário sobre merecerem coisa melhor. Na verdade, até a convivência que tive com eles foi pouca e restrita a esses momentos em que o trabalho exigia, pois não era comum almoçarmos ou frequentarmos os mesmos lugares e rodas sociais naquele ambiente de trabalho.

Ao começar a estudar um pouco mais sobre o racismo e ao me perceber racista, me senti profundamente envergonhada e quis descobrir como aprendi esses pensamentos e hábitos. Chamo de hábitos porque, como vimos anteriormente, minhas ações e comportamentos racistas eram irrefletidas e automatizadas. Apenas reagia aos acontecimentos e pessoas de forma preconceituosa sem parar para pensar, em nenhum momento, sobre o que estava motivando minha ação (estímulo-resposta).

O fato que mais chamou minha atenção para essa reflexão foi a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, tema da minha monografia. Percebi que sempre que lia alguma notícia no jornal, meus pensamentos passeavam pelo medo que eu sentia de entrar em alguma favela e sofrer violência; pela imagem suspeita de homens pretos como bandidos; pela sensação de segurança que a ideia de uma polícia que levasse a paz para dentro desses territórios favelados me transmitia. E foi aí que comecei a me perguntar: por que? Quem me ensinou a pensar e a sentir dessa maneira? As notícias dos jornais, que eu lia diariamente, estavam me tornando uma pessoa racista? Será que eu, como professora das séries iniciais em uma escola pública de periferia, estava sendo ou ensinando atitudes racistas para meus pequenos estudantes sem me dar conta disso?

Quando decidi investigar, de maneira científica, se o jornal O Globo construiu representações embasadoras de um posicionamento político conservador que ajuda a consolidar uma situação de extermínio de pessoas negras que habitam favelas e periferias, percebi que eu sabia bem pouco sobre o complexo significado de racismo. Me senti insegura em abordar esse tema na dissertação porque, como mulher branca, eu não saberia falar sobre a dor de sentir o racismo na pele. Como falar da experiência do racismo contra pessoas pretas se eu nunca sofri desse mal e não sei como isso afeta, verdadeiramente, a experiência de vida no

Brasil? E, então, me dei conta que se existe um sofrimento de morte para as pessoas pretas é porque existe alguém causando essa dor: nós, os brancos. Como eu faço parte disso se não quero fazer? Como as notícias dos jornais têm me influenciado a concordar com algo tão vil quanto o racismo?

E, com esses questionamentos em mente, busquei estudos que me ajudassem a explicar esse sistema simbólico de significações contidas nas páginas dos jornais e em todos os aspectos das nossas vidas e encontrei o termo “branquitude”. Por isso, neste subcapítulo busco explicar melhor esses conceitos e como se aplicam na discussão sobre a influência do jornal O Globo na formação de opinião sobre a necessidade de termos, no Rio de Janeiro, uma polícia pacificadora.

O professor Kabengele Munanga realizou um estudo sobre as noções de raça e aponta que a primeira vez que se falou sobre o assunto foi no século XX com pesquisadores da Genética Humana. Investigando-se grupos de sangue, doenças hereditárias e outros elementos da hemoglobina, os geneticistas perceberam que certos fatores eram mais frequentes em algumas raças do que em outras, estabelecendo marcadores genéticos.

O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à uma mesma raça pode ser mais distante que os pertencentes à raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça. Assim, um senegalês pode, geneticamente, ser mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês, da mesma maneira que raros casos de anemia falciforme podem ser encontrados na Europa, etc. Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. (MUNANGA, 2004, p. 4).

Munanga (2004) explica que geneticamente, portanto, não existem diferenças suficientes que permitam classificar os seres humanos em raças. Mas, ainda assim, naturalistas daquele século criaram não só o conceito de raça para dividir os povos em grupos, como o fizeram de forma a estabelecer uma hierarquia entre as raças, relacionando critérios biológicos (cor da pele, traços morfológicos) com qualidades psicológicas, de fundo moral, intelectual e cultural. Relação que, perante a ciência e os avançados estudos genéticos, não encontra nenhum respaldo.

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais

bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2004, p. 5).

A pretensa superioridade branca foi meticulosamente construída e muito se apoiou na ciência biológica. Se este conceito não encontra mais bases científicas, ou melhor, não encontra mais pessoas que consigam apoio em pesquisas biológicas para sustentar a superioridade branca, porque ainda utilizamos o termo raça para determinar a população negra?

Para Munanga (2004, p. 6), isso acontece porque o conceito de raça como utilizamos hoje é repleto de ideologias que escondem uma relação de poder e dominação. “Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etnosemântico, político-ideológico e não biológico”. Quer dizer que a noção de raça que perdura no imaginário coletivo das sociedades contemporâneas é aplicada por meio da marcação de diferenças fenotípicas e morfológicas para reproduzir e manter o racismo popular.

O conceito de raça foi construído e defendido por pessoas brancas e, como o autor demonstra, a diferenciação biológica nunca foi o real propósito. A racialização da humanidade serviu e serve, ainda hoje, ao único propósito de oprimir para dominar / diminuir; para dominar / menosprezar; para dominar / enfeiar; para dominar / animalizar. Todas as justificativas utilizadas pelos brancos para distinguir os seres humanos em raças tinham um único e específico propósito: Dominar.

Luciana Jaccoud (2008) argumenta em seus estudos que racismo surgiu no Brasil devido à escravidão, mas somente depois da abolição (1888) é que foi estruturado como um discurso, baseado nas teses dos naturalistas de inferiorização biológica da população negra e difundido como eixo de análise do desenvolvimento do país.

A aceitação da perspectiva de existência de uma hierarquia racial e o reconhecimento dos problemas iminentes a uma sociedade multirracial somaram-se à ideia de que a miscigenação permitiria alcançar a predominância da raça branca. A tese do branqueamento como projeto nacional surgiu, assim, no Brasil, como uma forma de conciliar a crença na superioridade branca com a busca do progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal para o país (JACCOUD, 2008, p. 49).

De acordo com a autora, o período da Primeira República ficou marcado por uma noção de progresso que não considerava só o desenvolvimento econômico e a criação de instituições modernas, mas que tinha um claro projeto de “uma nação progressivamente mais

branca”. Jaccoud (2008) indica que, nos anos 1920 e até na Assembleia Constituinte de 1934, era comum acontecerem debates entre parlamentares para aprovação de leis com o intuito de facilitar a entrada de imigrantes europeus e proibir a vinda de “indivíduos da cor preta”.

A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com rara exceção) acolhe-o, estima-o e aceita-o no seu meio. Como nos asseguram os etnólogos e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do ‘elemento superior’. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui (VIANNA apud PNUD, 2005, p. 34).

No início do período da segunda República (1930), durante o desenvolvimento do projeto nacional, o novo governo começou a investir no apagamento do discurso racista no país. É quando, segundo Luciana Jaccoud (2008, p.50) “emerge um pensamento radical que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no Brasil (...)”, expondo sobremaneira a busca idolatrada pelo clareamento da pele na sociedade e sua classificação como pardo, moreno, mulato, moreno escuro, moreno claro, menos preto. Surge assim o mito de democracia racial.

É assim que foi se moldando no país uma noção de superioridade branca, como explica Liv Sovik (2009). Por meio do discurso foram se constituindo as identidades raciais brasileiras, tendo como pano de fundo o antigo entendimento de progresso, baseado na mestiçagem, e a tentativa de eliminar a presença negra no Brasil. E para firmar esse discurso, uma das principais estratégias utilizadas foi a produção de imagens.

Ou seja, o fato de o poder econômico e político ser quase homogeneamente branco e, ao mesmo tempo, os meios de comunicação veicularem representações da convivência racial demonstram que o imaginário da pureza branca, associado a regimes de segregação, não é o único a corresponder a uma sociedade com uma classe dominante branca: um conjunto multifacetado de imagens e discursos sobre a mistura também pode preservar seu poder (SOVIK, 2009, p. 37).

Dessa forma, foi se estabelecendo ao longo dos séculos um complexo sistema cultural simbólico, chamado pelos estudiosos de “branquitude”. De acordo com Liv Sovik (2009, p. 50), a branquitude é:

(...) atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato do nariz e tipo de cabelo. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do estatuto social. Brancos brasileiros são brancos nas relações sociais cotidianas; é na prática – é a prática que conta – que são brancos. A branquitude é um ideal estético herdado do passado e faz parte do teatro de fantasias da cultura de entretenimento.

Com isso, a autora indica que a miscigenação brasileira não é um indicativo da vitória sobre o racismo “porque aqui ninguém é totalmente branco”, mas, sim, um projeto de

dominação. Isto porque a branquitude encontra valor é na hierarquização e desvalorização do que significa ser negro no Brasil, ainda que não se fale abertamente sobre raça. Enquanto mundialmente o significado de ser branco está relacionado à origem europeia (pertencer a etnia europeia), no Brasil, ser branco é uma questão de imagem e de comportamento, é como assumir um papel de autoridade, que permite ao indivíduo mobilidade social e facilidades de todo tipo.

Ser branco, neste país arco-íris, é uma espécie de aval, um sinal de que se tem dinheiro, mesmo quando não existem outros sinais, é andar com fiador imaginário a tiracolo (...) é não se sentir constrangido em estabelecimentos comerciais (SOVIK, 2009, p. 38).

O pesquisador Lourenço Cardoso (2010) corrobora essa afirmação argumentando que os brasileiros, quando nascem e são classificadas como brancos, já passam a usufruir de muitos privilégios e um legado simbólico de referências positivas: “inteligente, belo, culto, civilizado, capitalista, comunista, democrático, etc. A concepção estética e subjetiva da branquitude é dessa maneira dignificada, o que faz com que a ideia de superioridade se constitua como um dos seus traços característicos” (CARDOSO, 2010, p. 623).

Analisando estas pesquisas, fica mais fácil entender que mesmo que o conceito de raça não exista do ponto de vista biológico e científico, ele existe como uma construção social e é utilizado para hierarquizar grupos distintos. A branquitude é um atributo da raça branca e se utiliza de diversos artifícios para reforçar a ideia de sua superioridade e, por isso, autorização para dominar e submeter os demais ao seu poderio e status. É uma forma de manter o seu status, o seu regime de privilégios, e de impedir os demais de usufruírem dos mesmos direitos e sociabilidades. E para isso, precisou se converter em discurso, em uma espécie de narrativa que, repetida por diversos ângulos e em diferentes meios de comunicação, estabelecem um aprendizado sobre o que é bom e ruim, o que é belo e o que é feio, o que é seguro e o que é perigoso, e assim por diante. E os meios de comunicação oficiais, como os jornais, foram e ainda são aliados dessa construção de discursos sociais.

Nas palavras de Liv Sovik (2009, p. 36):

A branquitude não é genética, mas uma questão de imagem: mais um motivo pelo qual é um problema que se coloca na cultura dos meios de comunicação. Como pensar o fato de que os brancos e os mestiços mais brancos estão em evidência desproporcional nos meios de comunicação, mas que esse fato não parece criar constrangimentos? Como pensar, pois, a hegemonia do branco como ideal estético?

Entendendo esse conceito de branquitude como um sistema simbólico que associa o ser branco com imagens e discursos de superioridade, pretendemos investigar se e como esse conceito aparece nas narrativas jornalísticas do O Globo. A forma como as histórias são

contadas nos jornais apresentam os brancos como superiores e os negros como inferiores? Teria esse conceito alguma relação com as notícias sobre a implantação das UPPs e o projeto de pacificação das favelas cariocas?

Para responder a essas questões, busquei estudos sobre como são construídas as narrativas do crime e do medo nos jornais. Encontrei uma ampla pesquisa desenvolvida por Teresa Caldeira (2011) sobre a cidade de São Paulo, a construção de muros e a relação com a fala do crime. A autora discorre sobre como o crescimento da cidade acabou sendo aliado a um, também, crescimento do crime violento na cidade. Ela realizou entrevistas com moradores e demonstra como as narrativas de crime são construídas e passam a influenciar a opinião pública sobre a temática da segurança.

Caldeira (2011, p.27) argumenta que o estilo de vida das pessoas mudou por causa do medo e dos crimes, e da forma como essa narrativa caiu no debate popular e se tornou tema frequente. “A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. Quando se conta um caso, muito provavelmente vários outros se seguem; e é raro um comentário ficar sem resposta”. Para ela, as pessoas nunca se cansam de repetir e contar a mesma história como se isso fosse as ajudar a lidar melhor com a experiência traumatizante da violência. No entanto, essa repetição das histórias de violência “só serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas. Assim, a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada” (CALDEIRA, 2011, p. 27).

Vera Malaguti Batista (2010) indica que essa fala do medo também é resultado de um movimento de divulgação sistemática de certo imaginário da segregação racial e das tecnologias norte-americanas. Ela explica que a cultura de chamar de gueto lugares periféricos povoados por pessoas negras importada dos Estados Unidos, dos jornais aos programas de TV, produziu um tipo de culto policial e prisional embaçando e impondo limites na discussão sobre crimes e penitenciárias. Nas palavras da autora (BATISTA, 2010, p. 4):

Esses limites propiciaram o que chamo de “adesão subjetiva à barbárie”, que produz a escalada do Estado policial em todas as suas facetas sombrias: números astronômicos de execuções policiais disfarçadas de atos de resistência, uso da prisão preventiva como rotina, aumento das teias de vigilância e de invasões à privacidade, escárnio das garantias e da defesa como se fossem embaraços antiéticos à busca da segurança pública. [...] é a punição que dará conta da conflitividade social, é a pena que moraliza o capitalismo. Para cada colarinho branco algemado no espetáculo das polícias, milhares de jovens pobres jogados nas horrendas prisões brasileiras. O importante é a fé na purificação pelo castigo, o grande ordenador social dos dias de hoje.

Essa experiência diferente da punição de acordo com a classe também foi tratada na pesquisa de Caldeira (2011). A autora explica que as experiências de violência são diferentes dependendo da classe social dos indivíduos. Em bairros de classe média e alta são mais comuns crimes contra a propriedade, como furto, roubos e invasão às residências, e ainda existe um medo de sequestros. Já nas periferias os crimes são contra as pessoas, geralmente assassinatos. Mas ainda que essas vivências sejam diferentes, a preocupação com a segurança e com o sentido que darão às experiências violentas são iguais.

Caldeira (2011) indica que esse sentido é construído simbolicamente na fala do crime quando as pessoas elaboram a imagem do criminoso, criando uma categoria de pensamento que organiza, generaliza e simplifica a experiência. Essa categorização do criminoso é baseada em diferenças entre o bem e o mal, apresentando essa figura como vinda de lugares marginais, poluídos e contaminados. Nas palavras da autora:

O discurso categorizante é importante porque é a linguagem da maioria dos conflitos políticos sobre a questão do crime e assim dá forma a políticas públicas. Ele também serve de referência a atos individuais de proteção e à interação social. Entretanto, o nível categorizante é insuficiente para dar conta das experiências, e quando as categorias vão contra as experiências, os discursos se tornam contraditórios e ambíguos (CALDEIRA, 2011, p.79).

Segundo Caldeira (2011), nessas categorias, crime e criminosos são geralmente ligados a lugares como favelas e regiões periféricas, considerados os espaços da criminalidade. Essa categorização do lugar parte do pressuposto de que as habitações não são apropriadas (casas subdivididas, terras invadidas, espaço pouco adequado, etc.). O problema que dá origem a esse pensamento é a crítica ao tipo de construção que se tem nas favelas, “as residências são construídas em terra obtida ilegalmente, e considera-se que seus residentes não se coadunam a classificação de cidadãos: eles vivem num terreno usurpado, não pagam impostos municipais, não tem um endereço oficial e não proprietários” (CALDEIRA, 2011, p.79).

Esse pensamento guarda a concepção de que casas em favelas e em periferias são sujas e fontes de poluição, e assim, sendo excluídos do que se considera adequado e cidadão, esses espaços acabam simbolicamente sendo identificados como lugares de crime, impróprios e perigosos. Consequentemente, seus moradores recebem a mesma associação e uma lista de preconceitos imensa. Segundo a autora, diz-se que são intrusos, com famílias desestruturadas, filhos de mães solteiras, crianças mal educadas, que falam palavrão, que são sem-vergonha, drogados, etc. Ou seja, características que ferem o que se considera adequado e que, por isso, são associados a criminosos. “o que pertence ao crime é tudo o que a sociedade considera

impróprio. (...) resultam da clara oposição entre o que é ruim e o que é bom” (CALDEIRA, 2011, p.80).

Batista (2010) também apontou essa tendência em sua pesquisa, indicando que, inclusive, as universidades cumpriram papel fundamental na consolidação desse estigma das periferias e favelas como lugares de ilegalidade, inadequação aos esquemas capitalistas, e merecedores do tratamento baseado na tortura e no extermínio.

Nas Ciências Sociais do Rio de Janeiro pululam teses, livros, consultorias, pesquisas para ajudar a consolidar a assimilação da favela como “locus” do mal: das famílias desestruturadas às cruzadas contra o narcotráfico, das teses bélicas da ocupação do território pelo crime organizado aos projetos de boas polícias, bons presídios, ilusões confortáveis que em nada afetam a consolidação do fascismo social em que chegamos, com cerca de 1.500 mortos oficialmente, por ano, pela polícia do Rio de Janeiro (BATISTA, 2010, p. 3).

Coimbra (2001) indica em sua pesquisa que a mídia tem papel fundamental para que o assunto “criminalidade” ocupe um lugar de destaque na atenção do público. Para ela, a produção massiva de conteúdos sobre “imagem da criminalidade”, “insegurança urbana”, “medo do crime” e do “estereótipo do criminoso” colaboram para desviar a atenção da opinião pública dos problemas que realmente originam a criminalidade como a distribuição da riqueza nacional e a marginalidade. “Tais produções, sem dúvida, têm servido para contribuir e tornar mais aceitáveis a desigualdade social, a pobreza e a miséria em que vivem enormes contingentes de nossa população. Justifica-se, assim, o velho ditado “quem nasceu para delinquente acaba onde merece” (COIMBRA, 2001, p. 59).

Diante disso é possível perceber como é complicado para os moradores dessas localidades se desassociarem da imagem e da fala do crime. Como a autora bem explica, a “aparência não é tudo, mas às vezes é tudo em que alguém pode se basear”. As pessoas se baseiam em categorias simbólicas para julgar. Essa situação prejudica especialmente os mais pobres, porque acabam tendo que criar explicações para se diferenciarem dessas categorias, gerando interpretações ambíguas que mais reforçam os estereótipos contra eles mesmos do que o contrário. Por exemplo, afirmando constantemente que são “pessoas honestas e trabalhadoras” numa tentativa hercúlea de se distanciarem do estereótipo criminoso, pois essa comparação do pobre e favelado com bandido também é utilizada pela polícia e geralmente termina em morte.

O crime é também uma questão do mal, e suas explicações também tem haver com autoridade e construções culturais destinadas a domesticar as forças do mal. É importante investigar essas concepções sobre controle da difusão do mal porque os paulistanos as usam para atacar os direitos humanos, para apoiar abusos da polícia, justiceiros e esquadrões de morte, e para justificar a pena de morte (...) o mal é algo associado à natureza humana, algo a que qualquer um é vulnerável. No entanto, como os pobres são vistos como os mais próximos da natureza e da necessidade e

mais distantes da razão e do comportamento racional que as outras pessoas, e como estão fisicamente mais próximos dos espaços do crime, conseqüentemente, são tidos também como outro grupo que corre o risco de ser infectado pelo mal (CALDEIRA, 2011, p.90).

Caldeira (2011, p.89) demonstra ainda que nos bairros mais ricos, a imagem do criminoso não é descrita com detalhes porque os moradores não têm medo de serem confundidos com criminosos. “Seus discursos sobre criminosos raramente deixam o campo do genérico e essa distância social segura lhes permite até mesmo uma certa proximidade simbólica: alguém que é um criminoso pode não coincidir com o estereótipo do criminoso; pode até estar bem-vestido.

Essa diferenciação da autora, apesar de destacar apenas a questão da localização física (bairros mais ricos x favelas e periferias), também pode ser analisada do ponto de vista da branquitude. Como vimos, esse sistema simbólico que coloca brancos em lugar de superioridade, associando-os com atributos imagéticos e discursivos positivos, deixa para a população não branca os atributos negativos. Um recente estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) aponta que as regiões periféricas do Rio de Janeiro são consideradas mais violentas e concentram a maioria da população afrodescendente. Além disso, cerca de 79% das pessoas com mais chances de sofrer homicídio no Rio de Janeiro são negras.

A perpetuação de estereótipos sobre o papel do negro na sociedade muitas vezes o associa a indivíduos perigosos ou criminosos. Trata-se de um processo de reificação, em que o indivíduo pela sua cor de pele termina sendo percebido como desprovido de sua identidade e subjetividade individual e termina sendo confundido como “algo”, com características intrínsecas ditadas pelos estereótipos de “perigoso” e “ameaçador”. Em última instância é um processo de desumanização que faz aumentar a probabilidade de vitimização destes indivíduos (IPEA, 2017, p. 30).

Nesta mesma pesquisa, o IPEA (2017) também apresentou resultados que indicam as razões por trás dessa categorização dos negros como criminosos, e uma das principais é a cobertura da mídia. O estudo revela que o problema não é só a estigmatização das pessoas negras e moradoras de favelas, mas a forma como os jornais selecionam o que é notícia:

Um segundo mecanismo que pode associar diretamente o racismo à maior letalidade de negros se relaciona à cobertura da mídia em relação às mortes de negros e brancos. Enquanto a morte do negro (e pobre) muitas vezes nem é mais notícia, ou quando é, acaba estigmatizando a imagem da vítima como “criminoso”, “traficante” ou “vagabundo”, a despeito de investigação ou qualquer condenação judicial que a pessoa tenha sofrido; a morte do branco (e de classe média) é repetida e problematizada indefinidamente pelos jornais. Tendo em vista que o processo de persecução criminal, que se inicia com a investigação, é fortemente influenciado pela repercussão midiática, então enquanto a morte de brancos implica numa maior chance de responsabilização e punição do autor, os inquéritos sobre a morte de um cidadão negro e pobre terminam sendo enterrados na vala comum dos casos não solucionados. Certamente, tal fenômeno é percebido por potenciais agressores, o que

de alguma forma contribuirá para moldar a tomada de decisão dos mesmos (IPEA, 2017, p.17).

Mais uma vez, se analisarmos esses dados do ponto de vista da branquitude, podemos perceber que essa forma de dar visibilidade e maior importância à vida das pessoas brancas e optar por não noticiar quando são vidas negras, ainda é uma forma de hierarquizar e manter o status da superioridade branca. Em contrapartida, o negro é desumanizado desde o início da nossa colonização até os dias atuais, despersonalizado e transformado em coisa que poderia ser comercializada ou descartada. O conceito de raça, hoje, serve apenas para a continuação deste propósito de (des)reconhecimento do negro enquanto pertencente a mesma raça que o branco: a raça humana.

Batista (2010) conta que na década de 1830 havia casas de quilombo e casa de angu famosas por serem organizadas por escravos libertos que davam acolhimento e passagem para escravos que fugiam para quilombos rurais e outros esconderijos. Por causa disso, o primeiro lugar que a polícia se dirigia em suas investigações e prisões, tidos como lugares de desertores, vagabundos e ladrões. Para os descendentes da elite colonizadora, esse lugar causava medo, era perigoso e desordeiro, receavam que essas camadas populares se politizassem e passassem a disputar o direito à cidade. Para os escravos libertos eram casas de acolhimento, onde poderiam reconstruir seus laços de comunidade e ancestralidade.

No entanto, a autora reforça que o Estado impôs uma doutrina penal severa a fim controlar o caos “africano” e “desordeiro”, e a polícia costumava agredir violentamente suspeitos negros na rua a fim de dar exemplo aos demais. “No Rio de Janeiro da época (1810 a 1821), 80% dos julgados eram escravos, 95% nascidos na África, 19% ex-escravos e somente 1% livres” (BATISTA, 2010, p. 8). Esse imaginário dos lugares de população mais pobre e negra como centros de caos e violência perdura até os dias de hoje, perpetuados pelas narrativas contadas ao longo das gerações, “permanecendo na memória coletiva: esconder, exterminar o selvagem que tão densamente nos habita” (BATISTA, 2010, p.9).

A pesquisa histórica de Vera Batista (2010) e a contemporânea de Caldeira (2011) revelam que o mesmo sistema de fabricação do negro como criminoso e das favelas e periferias como lugares de medo, violência, caos e ilegalidade do período escravagista se mantém dois séculos depois com os mesmos personagens. A dúvida é como essa narrativa que colocou no imaginário coletivo e na opinião pública esse entendimento se propaga até os dias atuais?

Nosso intuito é verificar como o jornal O Globo, um dos jornais mais antigos e pertencentes ao maior conglomerado de comunicação do país, se posiciona nesse sistema. Seu

conteúdo expressa valores de branquitude, ou seja, de superioridade branca, ou buscam uma democracia racial? No próximo capítulo, portanto, pretendemos começar a investigar como o jornal O Globo aparece nessa “atuação da mídia” que influencia a opinião pública. Para isso, partiremos de uma análise da história do jornal O Globo, sua linha editorial e orientações da redação aos jornalistas; seguindo para um breve histórico das UPPs e da cobertura do jornal sobre o tema.

## 2 O JORNAL O GLOBO E A NARRATIVA DAS UPPS

### 2.1 O jornal O Globo

O jornal O Globo foi publicado pela primeira vez em 29 de julho de 1925 pelo jornalista Irineu Marinho. 25 dias depois, Irineu faleceu e o jornal acabou sendo dirigido por Eurycles de Mattos, sendo sucedido pelo filho de Irineu, Roberto Marinho, em 1931. Com o passar dos anos, Roberto Marinho foi aumentando a rede de veículos de comunicação do grupo Globo com a aquisição de canais na rádio, televisão, gráficas e outros, tornando-se um dos maiores grupos de comunicação do país. Mesmo com a tentativa de diferenciar-se dos demais, adotando uma postura mais informativa do que opinativa, o jornal O Globo esteve envolvido em polêmicas ligadas a política várias vezes de lá pra cá.

A começar pela própria biografia de seu fundador, Irineu Marinho, que atuou em vários jornais brasileiros até fundar seu próprio jornal intitulado “A noite”, em 1911, no Rio de Janeiro. De acordo com Maria Alice R. Carvalho (2013), o jornal foi inovador na época por ser a primeira iniciativa jornalística que não dependia do dinheiro investido pelo Estado. Por meio de sociedade com outros empresários e jornalistas, e visando manter a publicação com patrocínios, o jornal começou com uma tiragem de 5 mil exemplares e chegou a bater recorde de vendas em 1924 com um total de 154.150 exemplares.

Segundo Carvalho (2013) essa autonomia do periódico permitiu que o jornalista publicasse uma série de reportagens críticas ao governo, e ele acabou sendo preso de julho a novembro de 1922, na Ilha das Cobras, acusado de participar do movimento tenentista. Esse movimento<sup>2</sup> foi puxado por militares de baixa patente que estavam insatisfeitos com a Primeira República, protagonizando confrontos armados.

No entanto, Carvalho (2013) relata que o jornalista sofreu um golpe dos acionistas do jornal enquanto viajava com a família pela Europa, o que gerou uma crise que resultou na saída de Irineu do periódico.

Célebre pelas enquetes que comandara em A Noite, Irineu resolveu lançar uma campanha pública para que os leitores se pronunciassem acerca do nome que deveria tomar o novo jornal. Correio da Noite foi o mais votado. Como o título não estava disponível, foi escolhido O Globo, segundo colocado no concurso. Sua primeira rotativa foi alugada de Leônidas de Rezende, um dos proprietários, juntamente com Maurício de Lacerda, do jornal A Nação, ambos escondidos, por aquela época, fugindo ao cerco do presidente Artur Bernardes (CARVALHO, 2013, p. 180)

---

<sup>2</sup> Leia mais sobre o Tenentismo em: DORIA, Pedro. **Tenentes: A guerra civil brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

A pesquisadora também conta que Irineu tinha saúde debilitada, já havia passado por uma cirurgia nos rins e poucos dias após o lançamento do O Globo, ele sofreu um infarto que resultou em sua morte. Irineu era casado com uma descendente de italianos, Francisca Pisani (conhecida como Dona Chica), com quem teve cinco filhos: Roberto, Heloísa, Ricardo, Hilda e Helena Marinho. Roberto se recusou a assumir a direção do jornal após o falecimento do pai, ficando como secretário até 1931, quando enfim aceitou o posto.

Carvalho (2013) reflete sobre como o jornal O Globo poderia ter se consolidado sob a direção de Irineu, que tinha uma postura intelectual mais crítica ao governo e aos modelos de gestão empresarial vigentes. Porém, assim como ele foi tido como “empresário ingênuo” quando foi traído por seus sócios no jornal A Noite, ela acredita que ele também esbarraria nos limites que o jornal conheceu logo a frente, com a ascensão de Getúlio Vargas e a nova forma de intervenção do Estado nos negócios.

O Brasil, de fato, havia mudado, enquanto mudava o jornalismo brasileiro. As aventuras de empresários e seus negócios de risco, aquilo que caracterizou o “americanismo à brasileira” nas primeiras décadas republicanas, não encontrara solução institucional adequada, e o Estado se avultava como tutor de uma sociedade que, sozinha, não conhecera a ordem e a prosperidade. Getúlio Vargas já se pusera no horizonte das alternativas modernizadoras do país. E, com ele, o interesse nacional será orquestrado pelo Estado, e não pela sociedade e suas agências de opinião (CARVALHO, 2013, p. 227).

A partir da direção de Roberto Marinho, o jornal continuou envolvido em questões políticas assumindo posicionamentos contraditórios ao que pregavam em seu editorial, como quando publicaram reportagens contra o governo de Getúlio Vargas, que tinha caráter mais populista, e quando apoiaram o golpe militar de 1964 que instaurou no país anos de terror, perseguição política, tortura e assassinato de militantes contrários, alguns dos quais se encontram desaparecidos<sup>3</sup> até os dias atuais.

Coimbra (2001) destaca que a Rede Globo, em 1997, já era parte de um grupo restrito com os sete maiores impérios de mídia, lado a lado com a Televisa (México), Viacom, ABC, Disney e Warner (EUA), por exemplo. “Tinha oficialmente sob sua tutela 1 jornal, 5 revistas, 1 rádio com 20 emissoras, 1 canal de TV transmitido por 86 emissoras nacionais, 4 canais internacionais para a Inglaterra, Estados Unidos, Portugal e Brasil, 1 empresa de vídeo, 1 editora, 1 gráfica e 3 gravadoras de disco” (COIMBRA, 2001, p.35).

---

<sup>3</sup> Memorial da Ditadura Militar, disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial-mortos-e-desaparecidos/>, acesso em 29 nov 2020.

No site<sup>4</sup> destinado a arquivar a memória do grupo Globo, é possível encontrar uma seção destinada a justificar os Erros e Acusações Falsas publicadas pelo jornal. Por exemplo, para negar que tenham feito oposição ativa ao governo de Getúlio Vargas, contribuindo para seu suicídio.

Opor-se a um político não pode ser confundido com conspirar a fim de desestabilizá-lo e tirá-lo do poder. A linha editorial do GLOBO sempre foi pelo cumprimento da Constituição, quando havia alguma em vigor, ou pela institucionalização do regime, por meio de uma constituinte, em momentos revolucionários, como em 1930 e 1945 (Portal O GLOBO, Seção Memória).

E também para assumir e justificar um erro apontado até hoje pelos críticos ao jornal, o apoio ao golpe de 64 que instaurou a Ditadura Militar no Brasil. “A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares (...) A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma” (O GLOBO, Seção Memória).

Segundo os princípios editoriais divulgados pelo jornal O Globo em seu site, o veículo tem como propósito fazer um jornalismo que produza um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Destacam que o veículo deve sempre buscar alcançar o maior nível de isenção possível, seguindo critérios definidos pela linha editorial, tal como:

Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerar convenientes (O GLOBO, Princípios Editoriais).

No entanto, apesar de declararem publicamente esse posicionamento, os registros históricos de suas reportagens como os casos citados acima revelam uma prática diferente. O jornal não só desprezava os ângulos que não tinha a ver com seu posicionamento político, como criava extensas séries de reportagens para convencer a opinião pública de seu ponto de vista, numa tentativa de ganhar apoio político para seus próprios interesses.

Além disso, eles também ressaltam o posicionamento político do Grupo Globo reforçando que o veículo repudia todas as formas de preconceito, é independente de governos, de grupos econômicos e “é entusiasta do Brasil, de sua diversidade, de sua cultura e de seu povo, tema principal de seus veículos. Isso em nenhuma hipótese abrirá espaço para a xenofobia ou desdém em relação a outros povos e culturas” (O Globo, Princípios Editoriais).

---

<sup>4</sup> Portal Memória O Globo, disponível em <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/>, acesso em 20 set 2020.

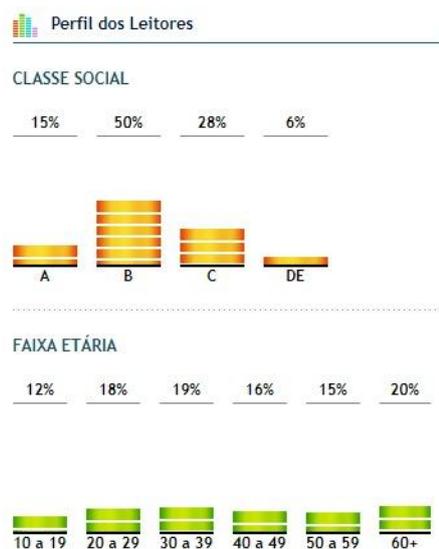
Mas esse posicionamento também é questionável e já foi apontado como incoerente por diversos estudiosos da comunicação, como é o caso do pesquisador Pedro Pereira (2017, p. 176) que constatou, analisando as publicações, que o jornal contribui “decisivamente para a utilização de medidas punitivas, repressivas, autoritárias e discricionárias, como o encarceramento em massa, a tortura e a morte de jovens negros e pobres, o cerceamento do direito de ir e vir e as remoções de moradores de favelas da cidade do RJ”.

No manual de orientação sobre sua linha editorial, o jornal não deixa claro qual é o perfil do público que mais consome seu material de informação, e se apresenta como um veículo de massa que não deve adaptar suas pautas e linguagem a um público-alvo específico:

o menos culto dos homens é capaz de decidir o que é melhor para si, escolhe visando à qualidade e entende tudo o que lhe é relatado de forma competente. Essa convicção deve ser levada em conta especialmente pelos veículos de massa que produzem informação para pessoas de todos os níveis de instrução (O Globo, Princípios Editoriais).

No entanto, é possível encontrar esse perfil no portal Infoglobo, destinado a vender espaços comerciais nos veículos de comunicação do Grupo Globo. De acordo com as informações divulgadas, o jornal possui mais de 1 milhão de leitores e mais de 286 mil exemplares vendidos diariamente, chegando a mais de 350 mil exemplares vendidos aos domingos. “O jornal preferido dos formadores de opinião. Com colunistas renomados, o noticiário cobre os fatos mais importantes de maneira clara e objetiva” (INFOGLOBO, 2020).

Figura 4 - Perfil dos leitores do jornal O Globo (parte I)



Fonte: INFOGLOBO, 2020.

De acordo com os dados, a maioria do público consumidor do jornal é composta por pessoas de classe média e alta, com ensino superior. Mas é também muito relevante a quantidade de leitores com idade entre 10 e 19 anos, período de formação escolar. O fato de o jornal também destacar que é o preferido entre os formadores de opinião é algo importante para se destacar, pois neste estudo estamos investigando justamente como se dá esse tipo de influência na formação da opinião pública.

Figura 5 - Perfil dos leitores do jornal O Globo (parte II)



Fonte: INFOGLOBO, 2020.

Conhecer a Linha Editorial e o perfil do público consumidor do jornal é importante para entender quais assuntos se tornam notícias e quais são descartados, por exemplo, e a forma como esses temas são tratados na redação. Ao analisarmos os dados relacionados aos comentários dos leitores sobre as UPPs, por exemplo, encontraremos comentários que expressem essa diversidade no perfil?

O Manual de Redação do Jornal O Globo também é um importante documento que podemos consultar para checar essas informações, pois é o documento que orienta o fazer dos

jornalistas profissionais que trabalham no veículo. O capítulo cinco do Manual é destinado às questões éticas, que orientam o jornalista sobre como proceder em caso de dúvidas na hora de escrever sobre este ou aquele tema.

Todo jornalista, do repórter ao editor, seleciona e dá pesos diferentes aos elementos de informação que passam por suas mãos. Isso é inevitável – pois não há outra maneira de trabalhar – e representa o exercício de considerável poder: o de decidir como determinado aspecto da realidade será apresentado à opinião pública (GARCIA, 2001, p. 112).

Como queremos analisar a cobertura do jornal O Globo no caso das implantações de Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, procurei as orientações da redação sobre o tratamento às notícias que envolvem crimes e violência na cidade, por exemplo. Há uma diretriz bem clara sobre o “respeito à pessoa” determinando que:

Vale para o jornal o princípio de que todas as pessoas são inocentes até condenação passada em julgado. Até então, há suspeitos, acusados, indiciados, denunciados, réus. Exceções: os presos em flagrante, os incriminados por tal volume e qualidade de provas que eliminem qualquer sombra de dúvida, os que confessam espontaneamente sua culpa (GARCIA, 2001, p.114).

Mas mesmo com essa orientação, vimos na introdução a reportagem sobre o confronto entre policiais e “traficantes” que exibia uma foto dos corpos de pessoas inocentes. Ainda que no texto os familiares ouvidos afirmassem que os adolescentes mortos não tinham envolvimento com tráfico e foram vítimas da ação truculenta da polícia, toda a construção simbólica da publicação (desde as palavras em destaque no título, à fotografia, e ao comentário do leitor em destaque), os três assassinados figuraram como traficantes executados pela polícia em confronto armado. Esse “respeito à pessoa” e cuidado para não publicar uma condenação a um inocente não foi levado em consideração.

Outra orientação interessante é quanto ao tratamento de pessoas ligadas a grupos ou instituições, pois na fala de senso comum, às vezes, parece que pessoas de favelas são sempre tratadas como traficantes ou bandidos, haja vista o movimento de estudiosos moradores desses territórios para ressignificar o termo “favelado”, usando-o em contextos positivos numa tentativa de dissociar do significado pejorativo construído ao longo do tempo.

Patricia Birman (2008), por exemplo, discute a utilização do termo “comunidade” por parte de instituições governamentais e também da mídia numa tentativa de fazer oposição ao negativismo vinculado à palavra “favela”. Ela argumenta que essa nomeação faz parte dos processos de identificação propostos por grupos que têm o poder para definir a identidade dos outros.

No caso da imprensa, Birman (2008) aponta que mesmo utilizando o termo comunidade para assuntos em que precisa negociar com o público da favela, captando sua boa vontade e audiência, basta que aconteça um único caso contrário para que se utilize novamente e reitere o conceito negativo de toda a população da favela. “O termo comunidade em seus usos eufemísticos não é capaz de impedir a associação da pessoa com os traços negativos provenientes dessa identificação; somente indica a suspensão destes pelo uso momentâneo de aspas que podem ser retiradas quando for preciso” (BIRMAN, 2008, p. 107).

No manual diz-se que é importante diferenciar, pois policiais não são a polícia e “pessoas falam por si mesmas, salvo quando dispõem de representação incontestável” (GARCIA, 2001, p.115). O manual também orienta a não publicar manifestações de preconceito, só fazendo quando for o caso de denunciar essas manifestações. Mas do que adianta essa orientação do manual, se na prática, não é o que acontece?

Conhecer estes princípios que regem a forma de fazer jornalismo do jornal O Globo, objeto dessa pesquisa, é uma forma de ter mais elementos que ajudem a avaliar o tipo de cobertura que o veículo realizou sobre o tema das UPPs e como foram construídas as narrativas em torno do tema. As pesquisas apresentadas até aqui já indicam uma cobertura tendenciosa do jornal, que colabora para o preconceito em torno das favelas e seus moradores. Nesse trabalho, também queremos investigar se esta cobertura indica mais uma forma de branquitude (esse sistema de dominação e superioridade branca) por meio das narrativas jornalísticas.

## 2.2 A pacificação das favelas

Para entender como a cidade do Rio de Janeiro chegou à crise de medo da violência e a necessidade de políticas públicas de segurança que visavam à intervenção militar nos territórios conhecidos como favelas, é importante lembrar o contexto histórico que possibilitou o surgimento desses territórios e suas caracterizações nas narrativas oficiais do Estado.

No fim do século XIX e início do século XX, surgem as favelas cariocas, e já nascem sendo consideradas espaço anti-higiênico, insalubre, onde se encontram os pobres perigosos expulsos dos cortiços no processo de saneamento da cidade pela política higienista implantada pelo então prefeito, o engenheiro Pereira Passos, que tinha como um de seus objetivos a consolidação da “divisão espacial para a cidade do Rio de Janeiro: o centro para os negócios, os bairros próximos ao centro, especialmente aqueles situados próximo a orla marítima, na

zona Sul, para as classes médias e altas, e finalmente os subúrbios para as classes populares” (GONÇALVES, 2013, p. 53).

As áreas já surgem como um “problema” a ser encarado pelo Estado, que tenta por anos erradicá-la da paisagem da cidade com políticas de remoção e controle, sem nenhum projeto ou intenção de levar acesso à cidadania e aos direitos básicos para essa população. Os moradores das favelas foram estigmatizados por um longo processo histórico marcado pelo descaso do Estado, na qual a informalidade, pobreza, desordem, insalubridade, marginalidade se tornam apenas alguns adjetivos usados para se referirem ao espaço físico e as populações que ali residem.

Rafael Gonçalves (2013, p. 232) destacou que as políticas de remoção das favelas por serem consideradas representações geográficas negativas na cidade eram apoiadas por três artigos:

1- o artigo 349 do Código de Obras de 1937, que determinava que a Municipalidade devesse erradicar as favelas e construir, em substituição às habitações de tipo mínimo; 2 – o artigo 6º da Lei das Favelas (Lei nº 2875, de 19 de setembro de 1956), que aceitava os reassentamentos, desde que houvessem sido construídas habitações populares para os favelados, e, finalmente 3 – o artigo 66 da Constituição do Estado da Guanabara, que preconizava a criação de bairros operários, isentos de impostos, com vistas a erradicar as favelas consideradas irrecuperáveis.

Tal situação embasa o discurso sanitarista das remoções e favorece a afirmação de que esses lugares são marginais devido a suas formas de construção e as precárias condições de suas habitações. Os projetos políticos direcionados para as favelas tinham como objetivo conter sua expansão e erradicá-la da cena urbana da cidade, se possível. Essa situação colaborou para o crescimento desordenado desses espaços e para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de práticas ilícitas.

Gonçalves (2013) ressalta que, em meados dos anos 1970, houve uma mudança no modo de operação da criminalidade urbana com a generalização do tráfico de drogas, em especial, da cocaína, elevando o comércio de drogas de um mercado a varejo para um lucrativo e organizado negócio, em que os traficantes expandiram suas influências e dominação. Percebe-se que o narcotráfico se utilizou do “vazio político existente no interior das favelas, desempenhando o papel de árbitros, policiais, patrões e benfeitores, os traficantes foram ganhando, paulatinamente, o apoio da população local” (GONÇALVES, 2013, p.315).

De acordo com Márcia Leite (2008), nos anos 1980 o novo perfil do tráfico de drogas no Rio de Janeiro consolidou ainda mais essa realidade, quando cartéis internacionais de vendas de cocaína em grande escala se associaram ao tráfico carioca. “O tráfico de drogas se

tornou um negócio oligopolizado, que movimentava bilhões de dólares e envolve sofisticados circuitos de comercialização no atacado e de lavagem de dinheiro, além de se articular ao tráfico de armas” (LEITE, 2012, p. 116).

A pesquisadora indica que esse ponto de ruptura foi marcado por confrontos entre bandos rivais que disputavam os pontos de venda e entre eles e a polícia, criando cenários de guerra e de enfrentamentos com armas pesadas. Dessa forma, as quadrilhas do tráfico foram criando estratégias para controlar cada vez mais o acesso aos territórios que se tornaram o ponto final de distribuição dessas drogas, as favelas e áreas periféricas, onde o controle do Estado era menor.

Segundo Menezes (2015, p. 6), “a histórica segregação espacial das favelas favoreceu que essa ponta do tráfico internacional, relacionada ao comércio de drogas a varejo, tivesse um de seus principais canais concentrados nesses territórios de pobreza”, tornando essas áreas ideais para abrigar o alicerce do crime e a comercialização dessas drogas ilícitas.

A ruptura de padrões da criminalidade, que a cocaína com a internacionalização do seu comércio e as facções com sua disposição para o uso da força na coordenação de suas ações, trouxe para as favelas a emergência de uma “sociabilidade violenta” e encontrou na ineficiência das instituições estatais nas áreas urbanas pobres, um combustível fundamental para o aumento da violência urbana (KANT DE LIMA, MISSE E MIRANDA, 2000, p.50).

Luiz Antônio Machado da Silva (2010, p.4) chama de “sociabilidade violenta” um jeito de viver que não é muito explicado pelos modelos de pensamento disponíveis. “Nela, a força física, com ou sem instrumentos e tecnologias que a potencializam, deixa de ser um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir, para se transformar em um princípio de coordenação (um regime de ação) das práticas”.

Para o autor, os traficantes que lideram as ‘bocas’, geralmente localizadas nos “territórios da pobreza” são, tipicamente, o que ele chama de “portadores da sociabilidade violenta”. Ele considera que essa sociabilidade violenta nos territórios da pobreza é o que gera condições críticas de vida para os moradores da área. “As camadas abastadas dispõem de mais recursos (materiais e simbólicos) para autoisolar-se, além de já viverem em regiões física e socialmente mais afastadas dos ‘portadores’ da ‘sociabilidade violenta’” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 4).

Machado da Silva (2010) também ressalta que no período de redemocratização (após a ditadura militar) e com o advento da globalização mundial, as pessoas começaram a questionar a capacidade dos Estados nacionais intervirem de forma eficaz para resolver os problemas sociais:

Esse pano de fundo ajuda a explicar a simplificação e o reducionismo de uma linguagem que restringe o tratamento dos problemas (no caso, a manutenção da ordem pública) a uma guerra contra atividades que perturbam o prosseguimento rotineiro da vida social. E que atribui a culpa a um segmento – os moradores dos territórios da pobreza e, mais especificamente, os favelados -, o qual, a partir de sua criminalização, torna-se o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço. Em decorrência, convergem para os aparelhos policiais demandas de recomposição de uma ordem social tida como ameaçada. Cresce o clamor por uma ação “dura” – isto é, ilegal -, de modo que a única possibilidade de evitar a contaminação moral de todo o sistema, preservando os aspectos institucionalizados do conflito social, é deixar a “dureza” da repressão ao arbítrio da polícia. (...) O dispositivo fundamental que faz a mediação entre estes opostos é a delegação, por parte de grandes parcelas da sociedade, para que as corporações policiais tomem decisões, segundo critérios próprios, sobre a extensão do uso da força e a definição dos inimigos a combater, reais ou imaginários (MACHADO DA SILVA, 2010, p.8).

Márcia P. Leite (2012) acredita que com os crescentes episódios de violência retratados pela Imprensa, tais como arrastões, assaltos, tiroteios, sequestros, balas perdidas, rebeliões em presídios e etc., o Rio de Janeiro passou a ser representado como uma cidade em estado de guerra, gerando medo e insegurança na população que se sentia ameaçada em sua integridade física e patrimonial. Para a pesquisadora, essa tensão social vista como uma guerra permite que seja acionado todo um sistema simbólico que coloca em lados opostos os grupos e define como inimigo o que se deseja combater, admitindo-se excepcionalmente medidas extremas de extermínio para garantir a vitória. O pedido por ordenamento público se origina, então, dos dois polos identificados numa guerra:

De um lado, os cidadãos – identificados como trabalhadores, eleitores e contribuintes e, nesta qualidade, pessoas de bem, honradas, para quem a segurança é condição primordial para viver, produzir, consumir; e de outro, os inimigos representados na pela favela – categoria que não distingue moradores e criminosos. De fato, o uso da metonímia corresponde a uma aproximação dos dois segmentos, atribuindo aos primeiros ora a condição de reféns, ora a de cúmplices dos segundos, cujo “lado” teriam escolhido ao optarem pelo campo da ilegalidade (moradias em terrenos invadidos, sem pagar impostos e serviços públicos, inserção marginal no mercado de trabalho, etc. (LEITE, 2012, p. 379).

Calcado em políticas de militarização, na tentativa de retomar o controle dos espaços dominados por “forças paralelas” (traficantes e milícias), o Estado fez inúmeras incursões nesses locais utilizando-se da “metáfora da guerra” com políticas de segurança pública baseada no confronto direto aos inimigos da ordem. Inclusive, com a utilização das forças armadas (Operação Rio 1994/1995<sup>5</sup>) que, sempre com a valiosa ajuda da mídia, obteve o apoio exacerbado da sociedade, pois, talvez a maioria, acreditasse que somente a intervenção direta do exército garantiria a ordem urbana.

De acordo com Coimbra (2001), desde a ditadura militar as Forças Armadas, como o

---

<sup>5</sup>A Operação Rio foi resultado de um acordo entre as Forças Armadas e o governo do Estado do Rio de Janeiro para atuarem em conjunto com as polícias estaduais em uma política de segurança que visava combater o tráfico de drogas, etc. (COIMBRA, 2001, p.11).

Exército Brasileiro, são convocadas para auxiliar no combate aos perigosos. No Rio de Janeiro, de maneira específica, os perigosos passaram a ser os narcotraficantes infiltrados nas favelas e periferias, como vimos anteriormente. Porém, ela aponta que na metade dos anos 80 a responsabilidade pelo policiamento nas ruas públicas se torna exclusividade das Polícias Civil e Militar.

Ainda assim, por meio dos meios de comunicação de massa, as elites cariocas manifestam seu desejo de pedir ajuda às Forças Armadas, a organização que teria competência suficiente para lidar com a violência extrema. Intervenção federal que, de fato, aconteceu em alguns momentos, como na ocasião do evento internacional ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) realizada na capital fluminense.

Coimbra (2001, p. 143) destaca outro evento em que esse apoio das Forças Armadas aconteceu com o apoio, inclusive, das classes populares: A Operação Rio. E esse apoio se deveu, na opinião da autora, a cobertura dos jornais de circulação nacional que publicavam diariamente notícias sobre o nível insuportável de violência na cidade, destacando repetidamente casos de sequestro, chacinas (como Candelária e Vigário Geral), corrupção e participação de policiais em grupos de extermínio.

Os jornais pesquisados mostram, ao longo de todo o ano de 1994, em suas manchetes e notícias, a perda da autoridade do governo estadual para lidar com os "bandidos" e "marginais". Os traficantes, segundo tais notícias, dominam a cidade e o Exército, ã revelia do Executivo do estado, já faz algumas incursões em locais perigosos. [...] Atuando de forma espetacular, sensacionalista e teatral, a mídia - por intermédio de diferentes "falas autorizadas", de suas manchetes e editoriais - informa (ou forma?) a opinião pública que: [...] O Estado se ausenta e o crime domina à vontade"" ou "O Rio é há décadas a mais corrupta das cidades brasileiras"". Tramas que vão sendo tecidas no sentido de ética e politicamente desqualificar e desautorizar o Executivo estadual, sugerindo abertamente a necessidade de uma intervenção federal. [...] Crescem, gradativamente, junto à opinião pública o medo, o pânico e como efeito os argumentos para que o "exército (que) diz estar pronto para agir" "" ocupe as "zonas perigosas" do Rio. Comerciantes, empresários e entidades pedem, ainda no mês de julho, ao governo federal "um basta à violência no Rio" (COIMBRA, 2001, p.147)

Mauro Amoroso (2019) desenvolveu uma pesquisa sobre a atuação da PMERJ (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) a partir do processo de redemocratização do país e faz apontamentos que também ajudam a entender como a atuação da polícia passou a ser violenta nas favelas, nesse período a partir da década de 80.

Ele entrevistou um subtenente da PMERJ que refletiu sobre a existência de diferença na formação policial para atuação em áreas urbanizadas da cidade e outras menos urbanizadas, como é o caso das periferias. O subtenente relatou que não tinha diferença

porque outras áreas da cidade sequer eram estudadas durante o período da formação, “a polícia era voltada para a cidade do Rio de Janeiro, os problemas da cidade, dos morros, dos confrontos, as matérias eram voltadas para isso” (AMOROSO, 2019, p. 140).

Amoroso (2019) indica que, dessa forma, a formação dos policiais estabelece um jeito de enxergar e utilizar o espaço urbano, estabelecendo rotas, maneiras de lidar com a população em certas áreas e construindo um sistema simbólico de significados que será apropriado pelos futuros PMs. Além disso, o pesquisador identificou na fala de outro entrevistado, um sargento, que a formação militar dos policiais os direciona para a construção de um inimigo a ser combatido pelas tropas, uma vez que eles são ensinados a agir como guerreiros. No entanto, essa figura do inimigo muda de acordo com o contexto histórico e político do período investigado, sendo que, como aponta Amoroso (2019), nos últimos anos é a figura do traficante que figura como central.

O autor argumenta que, nas palavras do próprio sargento entrevistado, é possível analisar que o traficante não é o principal inimigo dessa questão. Isto porque o tráfico de drogas envolve uma cadeia produtiva bem complexa que passa pela distribuição ao consumo dos entorpecentes, pela compra e tráfico de armas e outras fases. Mas como decidir quem é o culpado pela violência?

Para Amoroso (2019, p. 144), “a grande imprensa e setores do governo ligado à segurança pública usam a ‘metáfora da guerra’ para significar as favelas como polo irradiador da violência que afeta a sociedade, além de construir representações negativas sobre seus moradores”, o que, por sua vez, os coloca em prejuízo de uma série de direitos e ainda com sua integridade física comprometida.

Assim, com o intuito de “pacificar” ou “civilizar” os moradores dessas áreas, a militarização das periferias pobres, em conjunto com tais planos sociais, torna-se mais uma forma de controle das populações consideradas marginalizadas pelo Estado (ZIBECHI, 2015).

É esta complexidade de acontecimentos que, a meu ver, envolve o conceito de margem nas periferias e favelas da cidade do Rio de Janeiro. O que gera a seguinte reflexão: o que são essas margens? E como elas podem ser porosas e maleáveis? Precisamos pensar as margens e/ou as periferias além do simples modelo espacial, onde as periferias são áreas que estão longe do Centro.

Veena Das e Deborah Poole (2008) apresentam alguns conceitos para pensarmos as margens. No primeiro, as margens são periferias onde estão contidas as pessoas consideradas insuficientemente socializadas no âmbito da lei. As pesquisadoras analisam os meios que o

Estado utiliza para tentar “gerenciar” ou “pacificar” essas populações “fora da lei”, tanto pela força como pela conversão.

Na segunda perspectiva as autoras propõem o conceito de margem em torno das questões de legibilidade e ilegibilidade, ou seja, o Estado determina o que é legível e de claro entendimento e o que é ilegível. Partindo do conhecimento de que o mundo da escrita domina o Estado moderno, as autoras admitem que a “lãs prácticas de relevamiento documental y estadístico del estado están al servicio de la consolidación del control estatal sobre los sujetos, las poblaciones, los territorios y las vidas” (VEENA DAS e DEBORAH POOLE, 2008, p. 25). Segundo essa perspectiva, o Estado também demarca a margem através desse controle documental.

Uma terceira abordagem foca no poder soberano do Estado agindo sobre corpos e não somente nos territórios, ou seja, a margem como espaço entre corpos. Onde o direito a própria vida é colocado em dúvida e o Estado dita as características físicas dos corpos matáveis e dos que tem direito a vida. No que dialoga com a temática trabalhada, nesta terceira concepção de margem, a autora Juliana Farias (2007) defende que uma das formas do Estado exercer seu poder é por meio do intrincado processo pelos quais as populações são transformadas em corpos “matáveis”.

Estamos diante de formas de se exercer o poder (e aqui está incluído também o poder de matar) em níveis variados, através de caminhos capilares, compondo o complexo dos micropoderes que participam do processo de transformação dos moradores de favelas em uma população matável (FARIAS, 2007, p. 155).

Esta última nos chama a atenção por se referir aos conceitos de Giorgio Agamben (2007). Nessa obra, o filósofo descreve sobre a figura de um homem (sagrado) que, sem acesso aos direitos fundamentais, é lançado às margens da sociedade. O indivíduo marginalizado pode ter a sua pena facilmente agravada, alcançando punições extremas como a morte. Essa teoria que legitima a morte em circunstâncias específicas, tem ampla discussão nas obras de Agamben (2007). Em sua exemplificação sobre a significação do termo *homo sacer*, o autor revela as contradições existentes nesse conceito.

Demonstrando a ambiguidade desta definição, tal representação “[...] enquanto sanciona a sacralidade de uma pessoa, autoriza (ou, mais precisamente, torna impunível) sua morte” (AGAMBEN, 2007, p. 77). Essa contradição torna-se ainda mais complexa e intensificada ao pensarmos na questão dos corpos que carregam em si as marcas da exclusão, segundo Veena Das ao desenvolver a sua terceira concepção no que diz respeito às margens e suas demarcações.

Tais reflexões pontuam a banalidade de uma vida “matável por estar fora do direito, e por isso mesmo ela não pode ser condenada juridicamente. Está exposta à vulnerabilidade da violência por ser desprovida de qualquer direito, sendo que tal vulnerabilidade se deriva de um ato de direito que a excluiu” (RUIZ, 2011, p. 1). Assim, a essência da sacralidade, referida por Agamben, apresenta uma figura impositiva e soberana, afirmando o processo de manutenção do controle social. Segundo o filósofo Castor Ruiz (2011),

A vontade soberana, que tem o poder de decretar a exceção, continua sendo constitutiva da ordem moderna, inclusive do Estado de direito. Tal prerrogativa coloca a vida humana, todas as vidas humanas, sobre a potencial ameaça da exceção. Isso quer dizer que, se por qualquer circunstância, uma pessoa ou um grupo populacional representasse uma ameaça, real ou suposta, para a ordem, eles poderão sofrer a suspensão parcial ou total dos direitos para melhor controle de suas vidas. A política da exceção jurídica foi e continua sendo amplamente utilizada pelo direito para controlar os grupos sociais perigosos para a ordem. A questão é quem tem o poder de decidir quem é perigoso e porque é perigoso. Quem tem poder de decidir a periculosidade de uma vida para a ordem é a vontade soberana. Já que qualquer um pode ser perigoso para a decisão soberana, por qualquer motivo por ela determinado, todos os seres humanos têm sobre si a possibilidade de que lhes seja decretada a exceção, e como tal reduzidos à condição de homo sacer (RUIZ, 2011, p. 3).

Nesse sentido, inúmeras são as formas de demarcação das margens. O direito à voz é também uma forma eficaz de afirmar. A frase “Posso me identificar?” constantemente utilizada por moradores das favelas do Rio de Janeiro quando são abordados por policiais, desnuda a sociedade desigual e hierárquica, que alguns dizem ser amena, quando contrastada com a frase utilizada pelas pessoas que são abordadas por esses mesmos policiais no “asfalto”: “Você sabe com quem está falando?”. As pessoas as quais o direito de se identificar é negado são previamente criminalizadas devido a todos os estigmas já mencionados, portanto, não têm poder de reivindicação, pois suas demandas e suas vozes também são desqualificadas (FARIAS, 2007).

Assim, a representação do Rio de Janeiro como uma cidade vivendo a “metáfora da guerra” serve de justificativa para o Estado, baseado no antigo plano de segurança nacional, treinar a polícia militar para a guerra e colocar em prática a “Operação Rio”, que foi a ocupação das áreas fluminenses consideradas perigosas – principalmente favelas – pelas forças armadas, policiais militares e civis do RJ, com a justificativa de acabar com a violência e o narcotráfico no estado. Abarcou o período de 1994 a maio de 1995. A Operação Rio “resultou numa quase intervenção das forças armadas, notadamente, o Exército quando se permitiu que essas organizações assumissem, de certo modo, o papel das polícias estaduais ao ocupar as favelas, cuidar das repressões aos traficantes e de operações de policiamento de ruas” (KANT, MISSE E MIRANDA, 2000, p. 57).

Diante desse quadro, no início do século XXI, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso anuncia o plano nacional de segurança que,

Tem como objetivo aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileira por meio de propostas que integram políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão (KANT, MISSE E MIRANDA, 2000, p. 58).

Após várias tentativas frustradas de controle e retomada das favelas cariocas, com políticas de segurança pública baseadas no confronto direto com os “inimigos” da ordem, inclusive, com a criação pelo então secretário de segurança General Nilton Cerqueira no governo Marcelo Alencar (1995-1999) da “premiação por bravura” para policiais que matassem supostos bandidos em confronto, a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, nos anos 2000, elabora um projeto baseado nos princípios da polícia de proximidade. Essa forma de polícia de proximidade já foi experimentada nos anos de 1999 e 2000 com o programa Mutirão pela Paz, uma forma de policiamento comunitário, e com o Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE), porém, as ações não foram continuadas (BURGO et al., 2011, p.53-54).

Em 2007, um novo secretário de segurança do estado assumiu o cargo, José Mariano Beltrame, e foi com ele que se iniciou uma nova proposta de policiamento nos moldes de proximidade com a população: as UPPs- Unidades de Polícia Pacificadora. Segundo o próprio Secretário em texto divulgado no site da secretaria na época:

A ideia é simples. Recuperar para o estado, territórios empobrecidos e dominados por grupos criminosos armados. Tais grupos, na disputa de espaços com seus rivais, entraram numa corrida armamentista nas últimas décadas, uma disputa particular na qual fuzil reina absoluto. (...) Decidimos então por em prática uma nova ferramenta para acabar com os confrontos (BELTRAME, 2007).

Joysi Moraes, Sandra R. H. Mariano e Andréa Marinho de Souza Franco (2015) realizaram um estudo sobre a história das UPPs a partir de uma entrevista com Beltrame e identificaram que o projeto de criação das unidades de policiamento ainda estava na fase de concepção da ideia quando teve de passar imediatamente à ação:

Eu vi uma oportunidade porque conhecia a realidade Morro Santa Marta. Em dezembro de 2008, tinha tido uma operação policial grande ali e o resultado foi que o Dona Marta ficou meio acéfalo. As lideranças do crime foram presas e seu principal líder foi morto no conflito com a polícia. Então, eu disse para o meu pessoal: “é agora ou nunca. Vamos aproveitar a oportunidade ou, então, vai aparecer outro para assumir o papel de líder da comunidade”. Fomos para o Morro Santa Marta, entramos lá e conseguimos ocupar uma antiga creche que era da Prefeitura e o tráfico não deixava a comunidade usar. Mas era aquela coisa: nós não tínhamos policiais novos pra botar lá, policiais preparados com uma política de proximidade. Foram os policiais do Batalhão, selecionados pelo Comandante. Foi uma coisa improvisada e o improvisado deu certo. Os índices de criminalidade lá dentro

diminuíram. Eu estou há mais de quatro anos no Morro Santa Marta, sem nenhum homicídio (...) assim começou a UPP: a milícia chefiada pelo Nick sequestrou um repórter lá no Morro Santa Marta. Prendemos o Nick, a favela ficou acéfala. Vamos pra lá. O pessoal perguntou: “de que jeito?”. Só respondi “vamos pra lá. Não vamos perder tempo”. E o nosso projetinho aqui saindo. Nosso plano ainda tava saindo. A gente ainda tava pensando como botar isso no papel, mas vimos que era a hora de ocupar o Morro Santa Marta, era o momento, a gente não podia perder aquela oportunidade. Aí, a gente entrou e levou o Batalhão de Bangu. O Batalhão ficou uns 30 dias. A gente começou a trabalhar lá mesmo sem estrutura (Beltrame, SSP/RJ citado em MORAES et al, 2015, p.507).

O governador Sérgio Cabral afirma que o policiamento no Santa Marta serviria de experiência para expansão do projeto para outras comunidades. O que realmente aconteceu, como podemos verificar no gráfico com o número de Unidades de Polícia instaladas no Estado. Em 2014 foram instaladas as últimas duas.

Beltrame afirmou para as pesquisadoras Moraes et al (2015) que no início das implantações, o Estado do Rio de Janeiro não deu apoio à ação porque não sabiam se daria certo, e ele se viu contando apenas com os policiais do batalhão que foram designados para atuar no Morro Dona Marta com ações de cunho ainda assistencialistas. No entanto, à medida que o governo viu as ações darem resultado positivo e ter boa repercussão na mídia e na população local, passou a investir e cobrar a instalação de novas UPPs pela Secretaria de Segurança Pública. A ideia de pacificação nas favelas começou a ganhar força e repercussão midiática, e o, até então, posto de policiamento comunitário, foi batizado com o nome que virou sua marca reconhecida.

No começo, colocar o nome UPP foi uma briga. Colocar a palavra “pacificação” foi um grande problema porque ia parecer que o Rio estava em guerra. Daí eu disse: gente, se vocês não se convencerem que estas ilhas de violência fazem parte do estado do Rio de Janeiro, nós não vamos resolver isso. Nós estamos em guerra, sim. Primeiro é preciso reconhecer isso. Não é para agir como se aquelas áreas não fossem o Rio de Janeiro. Aquela é uma área que é de guerra e é o Rio de Janeiro. Isso, vocês (governador e demais secretários do Estado do Rio de Janeiro, em reunião) têm que assimilar e têm que tratar isso como guerra. Só reconhecendo o que está acontecendo, reconhecendo que há uma guerra no Rio de Janeiro que vamos poder começar a tratar do problema. O ponto número 1 é entender e tomar consciência da situação. O Estado também tinha que reconhecer que a polícia tem problemas, que tem este monte de vícios por causa da guerra, porque ela foi treinada pra fazer a guerra e não para prestar serviço (BELTRAME, SSP/RJ citado em MORAES et al, 2015, p.506-507).

Beltrame também contou às pesquisadoras que com o avanço do projeto percebeu que teria que lidar com outro grande problema, o fato de ter que colocar na favela uma polícia que deveria atuar baseada em valores de proximidade e pacificação, mas que era ensinado na academia a fazer guerra. E, por isso, começou a reformar o currículo da Polícia Militar para oferecer um treinamento especial aos oficiais que trabalhariam nas UPPs, buscando apoio em universidades e nas lideranças das comunidades em que as unidades estavam sediadas.

Moraes et al. (2015, p.514) ressalta que após o sucesso da experiência no morro Dona Marta, o governo: “formalizou as Unidades de Polícia Pacificadora com o Decreto nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009. Em junho de 2014, já eram 38 UPPs com mais de 1,5 milhão de pessoas beneficiadas diretamente, em 264 territórios retomados pelo estado com 9.543 policiais com treinamento de polícia de proximidade”.

### 2.3 Histórico das instalações das UPPs

Figura 6 - Quantidade de UPPs instaladas no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: OLERJ, 2019.

Um levantamento feito pela agência de fact-checking LUPA (2018), após uma década das instalações de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro indicou que foram inauguradas um total de 38 unidades, sendo 37 entre 2008 e 2014 pelo governador Sérgio Cabral e 1, em 2014, pelo vice Luiz Fernando Pezão. O repórter Leandro Resende (2018) que assina a reportagem destaca que depois desse período o projeto parou e não aconteceram mais instalações, e em 2018 foi decretada a Intervenção Federal no setor de segurança pública do estado, ocasionando a extinção de algumas unidades e a mudança de outras para destacamento de companhias e incorporações a batalhões próximos.

A instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, inicialmente, foi apoiada por diversos especialistas em segurança pública do Estado. Como, por exemplo, a coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Cândido Mendes, Silvia Ramos. A cientista social chegou a integrar a equipe de coordenação do programa UPP

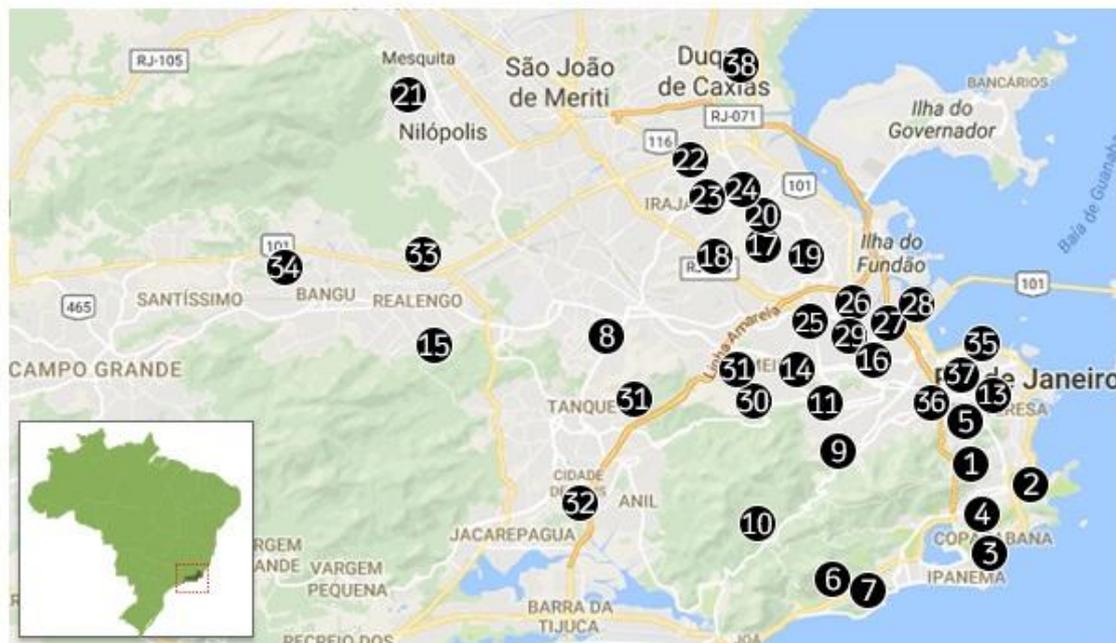
Social, que tinha como objetivo promover ações sociais nos locais em que as UPPs estavam instaladas.

Porém, em 2015, Ramos voltou atrás em sua avaliação positiva e decretou a falência do projeto afirmando que a política de pacificação estava em risco. Em entrevista à Agência Brasil, a coordenadora do Cesec declarou:

Em 2012, chegamos aos índices mais baixos e, a partir daí, houve a volta de várias coisas, como os tiroteios dentro das favelas que já estavam com UPPs e [a adoção pelos policiais das UPPs] das piores práticas dos batalhões convencionais da PM nos últimos 30 anos. A gente passou a ver essas práticas ocorrendo dentro das próprias UPPs. A gente está hoje num momento muito delicado, do ponto de vista da reputação e das expectativas que a política das UPPs criou que foi a melhor possível desde 2012. A gente vive um momento de reversão negativa. Tem vindo à tona vários episódios: mortes de crianças inocentes por policiais de UPPs, atos de corrupção, flagrantes forjados, autos de resistência [nomenclatura usada pela polícia para justificar mortes em confronto com policiais]. Essas coisas estão vindo à tona, como se fosse a ponta do iceberg de um movimento de recuo da política de proximidade. E isso é muito grave (RAMOS, 2015<sup>6</sup>).

Figura 7 - Mapa das UPPs no Estado do Rio de Janeiro

## Favelas com UPPs no Rio



Fonte: OLERJ, 2019.

<sup>6</sup> Entrevista publicada no portal Cesec, disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/entrevista/silvia-ramos-a-vitor-abdala-upp-esta-contaminada-pelas-piores-praticas-da-pm-diz-especialista/>, acesso em 12 dez 2020

Figura 8 - Lista de favelas com UPP

### Zona sul

---

- 1 Santa Marta
- 2 Babilônia e Chapéu Mangueira
- 3 Pavão-Pavãozinho e Cantagalo
- 4 Tabajaras e Cabritos
- 5 Escondidinho e Prazeres
- 6 Rocinha
- 7 Vidigal
- 8 Cerro-Corá

### Zona norte

---

- 9 Borel
- 10 Formiga
- 11 Andaraí
- 12 Salgueiro
- 13 Turano
- 14 São João, Matriz e Quietos
- 15 Macacos
- 16 Mangueira
- 17 Nova Brasília
- 18 Fazendinha
- 19 Adeus e Baiana
- 20 Alemão
- 21 Chatuba
- 22 Fé e Sereno
- 23 Parque Proletário
- 24 Vila Cruzeiro

- 25 Jacarezinho
- 26 Manguinhos
- 27 Barreira do Vasco e Tuiuti
- 28 Caju
- 29 Arará e Mandela
- 30 Lins
- 31 Camarista Méier

### Zona oeste

---

- 32 Cidade de Deus
- 33 Batan
- 34 Vila Kennedy

### Centro

---

- 35 Providência
- 36 Coroa, Fallet e Fogueteiro
- 37 São Carlos

### Baixada Fluminense

---

- 38 Complexo da Mangueirinha

Fonte:UPP

Fonte: OLERJ, 2019.

Como vimos nos gráficos anteriores, as primeiras UPPs foram instaladas nas favelas localizadas na região próxima ao centro e zona sul carioca, aos poucos se expandindo para outras regiões periféricas. O maior número de instalações ocorreu entre 2012 e 2013, com um total de 18 Unidades de Polícia Pacificadora instaladas. Esse período coincide com a preparação do governo do Estado para sediar dois grandes eventos mundiais, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Burgos et al (2011) indicam que a ascensão do projeto de polícia pacificadora foi consolidada devido ao apoio da opinião pública, conquistada pelas repetidas reportagens da

grande imprensa por seu destaque e projeção às UPPs mesmo antes de se ter qualquer comprovação positiva de seus resultados.

Os pesquisadores apontaram os megaeventos citados como primordiais para conquistar também o apoio de empresários ligados ao setor imobiliário e ao setor de turismo à UPP. Burgos et al (2011) acreditam que eles perceberam na adesão ao projeto político da UPP uma oportunidade para retomar o controle sobre o território das favelas, com a expulsão de grupos armados, e aumentar os lucros durante a Copa e as Olimpíadas.

As favelas localizadas no que convencionou chamar de cinturão olímpico, que inclui toda a Zona Sul e partes das Zonas Norte e Oeste da cidade, têm despertado especial interesse, seja por sua importância para a logística de eventos como a Copa e as Olimpíadas, seja por seu apelo para o mercado imobiliário (BURGOS et al, 2011, p.55).

Burgos et al (2011) ouviu moradores de favelas com e sem UPP nesse período inicial das instalações e chegaram à conclusão de que, sob a ótica dos moradores das favelas, o projeto de pacificação pode ser apresentado pela mídia como resposta à necessidade de pacificar o território favelado, mas para eles, as práticas em andamento indicam é uma atitude de reformulação dos agentes da segurança pública: uma “pacificação da polícia”.

Os pesquisadores indicaram uma certa desconfiança dos moradores com relação à efetividade da UPP, pois estão acostumados a uma polícia violenta que desrespeita seus direitos e liberdade constantemente e historicamente. Os entrevistados receavam que essa postura fosse passageira, durando apenas o tempo dos megaeventos e da grande visibilidade internacional do Rio de Janeiro. Mas apesar disso, alimentam certa esperança de que com uma nova postura, a polícia ganhe a confiança dos moradores dessas áreas criminalizadas pelo poder público e pela imprensa e inicie um processo de reforma da PMERJ.

Com a UPP, o debate sobre a reforma da polícia pode estar ganhando um novo e poderoso aliado, os moradores das favelas e periferias da metrópole. Vítimas preferenciais da “velha polícia”, percebem a oportunidade que o tempo-espço da experiência da UPP abre para a afirmação da sua cidadania. Caso se consiga transformar essa percepção em opinião organizada, poderá ocorrer uma fratura no modelo ora vigente, que ainda parece baseado no consenso tácito de que o controle social dos pobres urbanos deve operar sob a linguagem do arbítrio e da violência aberta, e não sob a linguagem dos direitos (BURGOS et al, 2011, p.92).

Como já se sabe, essa pacificação da polícia não foi o que aconteceu. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2016) divulgou um dossiê sobre situações de violação dos direitos humanos, incluindo segurança pública, durante as ações de preparação para esses megaeventos. No dossiê, os dados indicam que até 2011 não houve registros de mortes de moradores provocadas por policiais das unidades pacificadoras,

situação que se modificou após o primeiro registro em UPP de auto de resistência na favela do Pavão-Pavãozinho.

O Comitê (2016) relata que uma sucessão de fatos colaborou para uma postura mais violenta da polícia e menos pacificadora. A começar pela criação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, em 2011, somada a elaboração de novas leis como a Portaria Normativa 3461, do Ministério da Defesa, e as leis antiterrorismo.

Segundo a SESGE, o investimento total do governo na área de segurança é de R\$ 1,170 bilhão – e dentro deste valor, foi realizada uma compra de 2.691 kits com armas de balas de borracha e munição para distribuir a policiais para combater protestos na Copa2014. A partir de um modelo de gestão urbana orientado pela lógica bélica, ações e intervenções governamentais demarcam a continuidade do genocídio da população negra que ocorre nas periferias e favelas, a criminalização da pobreza e, mais recentemente, a repressão policial diante das grandes manifestações (DA COPA, 2016, p. 50).

Os dados do dossiê (2016, p.51) também indicam que ocorreram chacinas e operações de limpeza nas regiões ocupadas por UPPs e ações de repressão violentas às manifestações dos moradores. Incluindo utilização de armas letais e acionamento de unidades de polícia que não são parte do conjunto de “pacificação”, como o BOPE (Batalhão de Operações Especiais), o Batalhão de Policiamento de Choque, Batalhão de Ações com Cães, entre outros.

Leonarda Musumeci (2017), autora do último relatório da rodada de pesquisas do Cesec sobre as UPPs, analisou o impacto da instalação das UPPs na visão dos moradores e ressalta que o marco inicial com a diminuição dos tiroteios e boom midiático que ajudou a vender o programa como solução para o problema da violência no Rio, nublaram por muito tempo as contradições que condenaram o programa ao fracasso.

Um exemplo desse apoio midiático ao projeto das UPPs pode ser analisado no estudo de Kleber Mendonça (2018, p. 95), em que o estudioso ressalta a cobertura realizada pela TV Globo das incursões da polícia nas favelas sua reocupação. De acordo com o autor, utilizando a vinheta “Rio contra o crime”, a TV Globo promoveu uma série de reportagens ao longo do mês de novembro de 2010 assumindo o posicionamento de “parceira da resposta das autoridades aos criminosos”, incluindo a transmissão ao vivo da ocupação na favela do Alemão com as cenas conhecidas de criminosos fugindo e o hasteamento da bandeira na estação do teleférico.

(...) a legitimação discursiva das ações repressivas implementadas sem o questionamento de sua efetividade factual como solução do problema, bem como silenciam-se as consequências, para seus habitantes, da veiculação de um sentimento único da cidade e de suas diferentes localidades apenas a partir de tais perspectivas. No momento em que pareciam emergir tantas imagens e vozes da comunidade nos telejornais, percebe-se, coincidentemente, que só ganham destaque aquelas cujas

declarações se afinam com o tom ufanista adotado pela cobertura jornalística (MENDONÇA, 2018, p. 93-94).

Essa cobertura estratégica tinha clara posição de apoio à nova política de segurança do estado a fim de mobilizar a opinião pública a favor das UPPs. A Globo acionou vozes de especialistas, como o ex-capitão do BOPE, Rodrigo Pimentel, que ficou famoso após o sucesso do filme “Tropa de Elite” (2007). De acordo com Mendonça (2018, p. 96), a cobertura foi baseada em três linhas:

- a) A produção de evidências discursivas de que vivíamos em período de exceção, como uma guerra, que demandava resposta à altura das autoridades;
- b) A produção de “consensos sociais” que garantissem às autoridades a possibilidade do uso da força. O principal aspecto, reiterado à exaustão, nesta frente, foi o “bombardeio” de declarações de apoio da população às ações, bem como o clamor público por medidas enérgicas. Neste caso, nota-se o uso, com destaque, das vozes oriundas das comunidades;
- c) O silenciamento e a não-legitimação das vozes discordantes (de acadêmicos ou da comunidade) e das interpretações-outras dos fatos (como os motivos que explicassem a fuga dos bandidos ou o excesso de arbitrariedade dos policiais e soldados depois da ocupação).

Musumeci (2017) destaca que o slogan da pacificação proposto pelas autoridades se provou contraditório com o tempo, apenas ajudando a reforçar uma imagem negativa dos moradores de favela como seres selvagens e incivilizados. Nas palavras da autora:

O próprio slogan “pacificação” escolhido para designá-lo mal disfarçava dois pressupostos que, com o tempo, se mostrariam corrosivos: primeiro, a implícita preservação do viés bélico na segurança pública, contradizendo o “novo paradigma” de policiamento que se pretendia inaugurar; segundo, a visão das populações de favelas, não como atores e interlocutores das políticas públicas a elas dirigidas, mas como objeto de ação tutelar e “civilizatória” por parte do Estado, à semelhança da “pacificação” de tribos nativas pelo indigenismo tradicional (cf. Oliveira 2014). O emprego recorrente do termo permitia, ademais, concentrar a avaliação de sucesso da iniciativa no controle de territórios, na redução da violência letal e na diminuição dos tiroteios, deixando em segundo plano o propósito igualmente importante de reforma institucional da polícia, sem o qual, como ficaria demonstrado com o tempo, o primeiro objetivo não se sustentaria (MUSUMECI, 2017, p. 6).

Musumeci (2017) destaca que a popularização das UPPs começou a entrar em declínio e perder apoio da opinião pública quando veio à tona o desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza, na Rocinha, em julho de 2013. Uma reportagem da própria TV Globo<sup>7</sup> relata o caso em que o pedreiro foi considerado suspeito de tráfico pelos policiais, levado para a sede da UPP e então torturado e assassinado cruelmente. No entanto, até hoje o corpo de Amarildo não foi encontrado.

---

<sup>7</sup> Reportagem da TV Globo sobre o caso Amarildo, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/13/justica-arquiva-investigacao-contra-pms-suspeitos-de-ocultarem-o-corpo-de-amarildo-na-rocinha.ghtml>, acesso em 10 dez 2020.

A autora também apresenta dados da pesquisa com os moradores analisando se as promessas feitas pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro estavam, de fato, sendo cumpridas. O primeiro ponto identificado por Musumeci (2017) indica que a polícia que deveria ser de “proximidade”, na prática, nunca esteve mais distante.

Figura 9 -Avaliação da UPP por moradores - Proximidade

**Nos últimos 12 meses, teve contato direto com policiais da UPP nas seguintes situações? (%)**



Fonte: MUSUMECI, 2017, p. 24.

Os moradores também avaliaram a participação dos policiais na solução de problemas nas áreas de UPPs; e avaliaram se a UPP é um projeto de segurança que deveria ser mantido ou não em sua comunidade. O resultado é apresentado nas figuras abaixo:

Figura 10 - Avaliação da UPP por moradores - Solução de problemas

**Nos últimos 12 meses, soube de casos em que policiais solucionaram esses problemas? (%)**



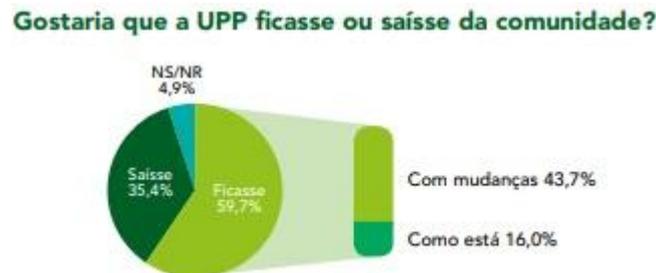
Fonte: MUSUMECI, 2017, p. 25.

Figura 11 - Avaliação da UPP por moradores - Fracassou?



Fonte: MUSUMECI, 2017, p. 44.

Figura 12 - Avaliação da UPP por moradores - Sim ou não?



Fonte: MUSUMECI, 2017, p. 44

A pesquisadora indica que os moradores acusam certa invisibilidade dos policiais da UPP em suas localidades, uma vez que a maioria se mostra indiferente à presença dos PMs e não sabe avaliar o que mudou ou piorou desde a implantação do programa.

Isso contrasta fortemente com o alarde da mídia e da propaganda oficial em torno da chamada “pacificação”, sugerindo uma comunicação direcionada muito mais para fora das favelas, para seduzir, tranquilizar e beneficiar outros grupos, do que para informar, conquistar e envolver os moradores e policiais diretamente afetados. A ideia majoritária de que a UPP foi apenas uma “maquiagem”, segundo os moradores, ou um “projeto eleitoral”, segundo os policiais ouvidos nos levantamentos anteriores do CESeC, parece ecoar a suspeita de que a iniciativa tinha outros propósitos que não aqueles explicitamente apreçados (MUSUMECI, 2017, p. 51).

Enfim, podemos perceber que as UPPs viveram duas fases que têm como marco o desaparecimento do pedreiro Amarildo, que desencadeou uma série de protestos dos moradores e pressão de vários setores da sociedade por respostas, além de fazer vir à tona outros episódios de abusos como os já indicados ao longo desta pesquisa. Tanto na fase de glória como na fase da decadência do programa, a imprensa ocupou papel central na produção

da opinião pública. Agora, nos interessa investigar como se deu a participação do jornal O Globo nessa cobertura.

#### 2.4 A cobertura do jornal O Globo sobre as UPPs

Como explicitado no início deste trabalho, o jornal O Globo publicou a primeira matéria sobre a instalação da UPP (ainda com o nome de Posto de Polícia Comunitária) em 19 de dezembro de 2008 e, a partir daí até setembro de 2018, somaram-se 7.639 publicações sobre o tema. Também vimos na fala de Beltrame que o projeto ainda estava em fase de concepção quando, por um acaso do destino o morro Dona Marta ficou sem liderança do tráfico e a Secretaria de Segurança aproveitou a situação para entrar na favela e começar a testar sua ideia de polícia de proximidade. Mesmo sendo ainda um projeto em experiência, a mídia começou a visibilizar a ação e, logo, a implantação de novas UPPs começou a ser solicitada pelo governo apoiado na boa repercussão do assunto.

Essa cobertura da imprensa, como no caso do jornal O Globo, é vista por estudiosos como peça-chave para o fortalecimento da narrativa de pacificação do território de guerra utilizado pelo Estado para consolidar o projeto, como revela Mendonça (2018, p. 101):

(...) o episódio das pacificações provocou, na arena midiática, um reordenamento das vozes autorizadas a falar publicamente pelas comunidades. Nos três meses seguintes à operação de 2010, os telespectadores eram bombardeados por reportagens e ações de intervenção social e cultural voltados à inclusão, no repertório discursivo da cidade, do território recém conquistado pelo Estado.

O apoio da grande mídia, que não pode ser entendido como um reflexo entre “espontâneo” do êxito e visibilidade do programa, mas, antes, como peça-chave de sua própria montagem. Prova evidente disso é que desde o início, logo após a ocupação da primeira favela, a grande imprensa já conferia à UPP uma enorme projeção, desproporcional ao seu alcance naquele momento. Esse fator se mostraria de fundamental importância para sedimentar, em curto espaço de tempo e, na verdade, com muito pouco debate entre os atores da vida organizada da cidade, um forte apoio da opinião pública que vai encorajar as autoridades a tomarem a experiência pontual do Santa Marta como novo programa de segurança pública (BURGOS et al, 2011, p.55).

Diante dessas reflexões, observou-se que a cobertura do jornal O Globo sobre as UPPs trouxe para a agenda de discussão pública ora a narrativa da pacificação das favelas, ora a narrativa do extermínio de criminosos nas favelas. Um primeiro dado que podemos analisar é

a quantidade de vezes que o tema UPP foi manchete na Primeira Capa do jornal no período de 2009 a 2018:

Tabela 1 - Manchetes jornal O Globo

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE MANCHETES NA PRIMEIRA PÁGINA</b>
2009	28
2010	88
2011	73
2012	29
2013	20
2014	115
2015	60
2016	17
2017	10
2018	NENHUMA

Fonte: A autora, 2019.

Na primeira página de um jornal aparecem as notícias de maior destaque da edição do dia, conhecidas como manchete, e chama a atenção como esse número era relativamente alto nos anos de implantação das UPPs, chegando ao ápice em 2014. Nesse ano, foram instaladas as duas últimas unidades de polícia pacificadora e o assunto chegou a ocupar 31,5% do espaço das primeiras páginas durante todo o ano. A partir de 2015, esse número de inserções diminuiu e chegou a zero em 2018, ano em que a discussão política sobre segurança pública e violência foram mais evidentes devido à disputa eleitoral com a escolha do novo presidente do país e novo governador para o estado do Rio de Janeiro.

Os pesquisadores Burgos et al (2011) também revelaram dados de uma pesquisa realizada pelo CESEC – UCAM que indica que na opinião dos policiais que trabalhavam nas UPPs, a mídia apresentava o projeto melhor do que eles mesmos acreditavam que era. Sendo assim, interessa compreender quais os critérios utilizados pelo jornal O Globo para destinar tanto espaço para o assunto em suas publicações.

Outro aspecto sobre a cobertura do jornal O Globo no caso das UPPs foi evidenciado pelo pesquisador Pedro Barreto Pereira (2017), relacionado ao processo de construção das representações sociais: o medo branco. Esse seria o medo antigo das elites, ainda da época da

escravidão no Brasil, de uma revolta dos escravos contra a classe senhorial. Escravos e senhores foram se transformando com o passar dos anos e ganhando outras nomenclaturas de acordo com cada época, mas o conflito entre brancos e pretos continua até hoje. Mesmos personagens, mas como nomes diferentes, entra em cena a fala do “cidadão de bem” e do “bandido”, “ou aquele sujeito matável, cujo crime está inscrito de maneira indelével em sua alma” (PEREIRA, 2017, p.20).

Já vimos anteriormente com Caldeira (2011) que a narrativa do medo acaba por disseminar ainda mais preconceitos contra moradores de áreas como as favelas. Pereira (2017) corrobora essa afirmação com sua pesquisa, indicando que para que o medo seja utilizado como motor para o controle da população é preciso que esteja ancorado em discursos sólidos. “O acúmulo de notícias, no decorrer de décadas, sobre violência urbana consolida na população o sentimento de que se vive em uma sociedade insegura e nas autoridades governamentais, a importância de realizar uma agenda em que a lei e a ordem sejam prioridades” (PEREIRA, 2017, p. 31).

Para comprovar sua hipótese, Pereira (2017) analisou 90 reportagens sobre as UPPs publicadas pelo jornal O Globo no ano de 2010 e percebeu que, destas, 38% mostravam as favelas como territórios sitiados e 29% como origem da violência, o que criava um quadro predominante de violência e criminalidade sempre que o assunto era favela. Além disso, ele também analisou as narrativas em 376 matérias (reportagens, notas, artigos sobre oito favelas ocupadas por UPPs) publicadas no jornal e também em suplementos de bairro e revista do O globo no período de janeiro de 2014 a agosto de 2016.

O resultado que encontrou indica que 80,5% delas conduzia os leitores para relatos de conflito e criminalidade ligadas às UPPs, reforçando a interpretação para a necessidade de ordem e lei nas favelas. Pereira (2017, p.159) também analisou as vozes contidas nessas matérias, ou seja, de quem eram as falas mais recorrentes nessas matérias (considerando vozes ligadas ao Estado, moradores, estudiosos, etc) e descobriu que 60% eram falas estatais que apresentavam as UPPs como benéficas para os moradores e parte de uma política já consolidada de segurança pública.

O jornal O Globo é um ator importante para a sua legitimação e também para as consequências desta, no sentido de que justifica, para o seu grande público, os efeitos adversos resultantes da política implementada, de que reivindica ainda mais repressão contra a população pobre, negra e marginalizada e de que privilegia declarações dos atores sociais do Estado. Deste modo, o periódico contribui decisivamente para a utilização de medidas punitivas, repressivas, autoritárias e discricionárias, como o encarceramento em massa, a tortura e a morte de jovens negros e pobres, o cerceamento do direito de ir e vir e as remoções de moradores das

favelas da cidade do Rio de Janeiro, ainda que publicamente se posicione de maneira contrária a algumas dessas práticas (PEREIRA, 2017, p. 176).

A pesquisa de Pereira (2017) é bem reveladora sobre como a cobertura do jornal O Globo oferece um discurso sobre as favelas que direciona a opinião pública para concordarem com políticas de segurança de controle e extermínio nas favelas cariocas. No entanto, é mais voltada para o aspecto da produção das notícias em si. Meu interesse é aprofundar mais sobre a recepção dessas notícias, ou seja, como essas matérias influenciam a formação de opinião pública por meio da análise dos comentários dos leitores publicados no jornal.

As manchetes da Primeira Página e os comentários dos leitores sobre as UPPs revelam o sistema da branquitude informando e formando a opinião pública? Analisando as manchetes na Capa do jornal e os comentários sobre esses textos publicados posteriormente, é possível perceber se houve um aprendizado sobre esse tema similar ao que acontece nos processos educativos formais? No próximo capítulo, investigaremos mais detalhadamente esses aspectos.

### 3 OPINIÃO OU LEITORES QUE CONCORDAM COM O JORNAL?

Adequando a metodologia de análise de conteúdo proposta por Recuero (2018) aos objetivos desta pesquisa, analisaremos os dados encontrados nas Primeiras Capas e nos comentários dos leitores das edições do ano 2014, cujo conteúdo possuía a palavra-chave UPP. Assim, temos uma divisão em 4 passos: 1) Análise de frequência; 2) Classificação; 3) Análise de coocorrência; e 4) Análise da produção de sentidos.

No primeiro passo, separamos as unidades de análise dentro dos dados escolhidos. São duas (02) unidades macros: Negro e Branco; e as unidades menores: Inteligente; Violento; Vulnerável; Bandido; Criminoso; Traficante; Pobre; Vagabundo; Ameaçador; Perigoso; Paz, Assassino; Tranquilo; Ladrão; Feio; Beleza; Bonito; Mal; Bem; Rico; Civilizado; Belo; Capitalista; Comunista; Democrático; Sociável. A ideia é utilizar essas unidades, que são um conjunto de adjetivos substantivos e verbos, para verificar todas as vezes que elas aparecem próximas às palavras “branco” e “negro”. Vale lembrar que levaremos em consideração palavras similares.

Em seguida, passamos para a Análise de Frequência, em que iremos verificar quais dessas palavras e suas variantes aparecem com mais frequência no material pesquisado. As palavras mais repetidas entrarão na próxima fase e as demais serão descartadas. A quantidade total de matérias e comentários de leitores é a base para medirmos qual será a frequência relevante.

Na fase da classificação, as palavras selecionadas anteriormente serão classificadas de acordo com os estímulos que despertam em seus receptores. Queremos entender que tipo de sentimentos esses dados, aparecendo juntos das palavras Branco ou Negro, geram nas pessoas. Buscamos identificar os seguintes sentimentos: Medo – Segurança; Repulsa – Empatia; Raiva – Calma; Tumultuado - Tranquilo.

O próximo passo é o momento de analisar a coocorrência das unidades menores e macros. Analisando a quantidade, frequência e o tipo de sentimento provocado quando aparecem próximas, é possível identificar o conceito apresentado e aprendido pela repetição? Buscamos verificar se essa coocorrência indica a “manutenção da branquitude” ou a “democracia racial”. Para começar, apresentamos as manchetes da primeira capa e os comentários dos leitores selecionados por conterem a palavra-chave: UPP.

### 3.1 Análise de Frequência, Classificação dos Termos e Análise de Coocorrências

Conforme Raquel Recuero (2014) sugere, também realizamos um primeiro levantamento de dados. Buscamos os termos que mais se repetiam e a quantidade de vezes com que apareceram nas Primeiras Páginas e na página de Opinião - Comentários dos leitores, próximos ao termo UPP.

Para avaliar a frequência desses termos e classificá-los em conceitos mais abrangentes, decidimos separar a frequência dos termos de acordo com o local do jornal em que foram publicados: Título e bigode da manchete (bigode é o termo usado pelos jornalistas para identificar o subtítulo, que aparece logo abaixo do título da matéria); Texto da manchete ou comentários dos leitores. Isto porque um termo que aparece com frequência nos comentários dos leitores tem uma força de sentido; mas um termo que aparece na primeira página e no texto, tem uma força maior devido à sua posição de destaque na leitura; e um termo que aparece na primeira página no título ou bigode tem ainda mais força de visibilidade e produção de sentido, uma vez que ganha ainda mais destaque na publicação.

Foram encontradas 41 manchetes publicadas na Primeira Página do jornal O Globo, no ano de 2014, cuja palavra-chave UPP aparecia ou no título e bigode, ou no texto. Já na seção Opinião dos Leitores, foram encontrados mais de 100 comentários publicados com a palavra-chave UPP. Assim, selecionamos em cada uma dessas publicações as palavras que mais se repetiam, anotando a frequência com que apareceram próximas ao termo UPP, e classificando as que tinham significado similar em uma única palavra com conceito abrangente.

### 3.2 Bandidos, polícia, crime e pacificação

Vamos aos dados:

Tabela 2 - PRIMEIRA PÁGINA: TÍTULO E BIGODE

TERMOS	FREQUÊNCIA	CONCEITO
Complexo do Alemão	9 vezes	FAVELA 26 vezes
Complexo da Maré	6 vezes	
Comunidade	3 vezes	
Favelas	8 vezes	
Ataques	7 vezes	

Ocupação	4 vezes	CONFRONTOS 21 vezes
Re-ocupação	2 vezes	
Cercados	3 vezes	
Reação	5 vezes	
Crime	5 vezes	CRIME 5 vezes
Exército	4 vezes	FORÇAS MILITARES 40 vezes
Ocupação	4 vezes	
Re ocupação	2 vezes	
Polícia Federal	2 vezes	
Policiais	20 vezes	
Tropas	2 vezes	
Comandante	3 vezes	
Força Nacional	3 vezes	
Feridos	3 vezes	VÍTIMAS 15 vezes
Mortos	12 vezes	
Pacificação	8 vezes	PACIFICAÇÃO 8 vezes
Tráfico	8 vezes	BANDIDOS 14 vezes
Bandidos	2 vezes	
Presos	4 vezes	

Fonte: A autora, 2019.

Nestas 41 manchetes, selecionamos as palavras que foram mais frequentes e, na tabela acima, apresentamos como as classificamos em conceitos mais abrangentes com o mesmo sentido. Assim, encontramos os seguintes conceitos: Favela, Confrontos, Crime, Forças Militares, Vítimas, Pacificação e Bandidos.

Podemos separar esses conceitos também classificando-os como Sujeitos, Contexto e Localidade. Isto porque queremos descobrir se nesse conteúdo aparece uma história completa com um sujeito que promove uma ação em um determinado contexto e localidade, a fim de

identificar se há alguma correlação com o fato do sujeito da ação ser branco ou negro. O resultado é o seguinte:

Tabela 3 - Conceitos

SUJEITOS	CONTEXTO	LOCALIDADE
Bandidos	Confrontos	Favela
Forças Militares	Crime	
Vítimas	Pacificação	

Fonte: A autora, 2019.

Analisando a coocorrência desses conceitos, ou seja, a quantidade de vezes em que esses conceitos apareceram próximos à palavra UPP, podemos inferir que nas 41 manchetes do jornal O Globo selecionadas cria-se uma Matriz Conceitual (como apresentamos na tabela acima) que permite extrair sentidos.

A partir dessa matriz, construímos um mapa gráfico em que é possível visualizar melhor os conceitos de acordo com o número de vezes em que ocorreram e perceber a relação de sentidos que a proximidade de uns com os outros estabelece. Assim, temos:

>> Toda vez que a palavra UPP aparece no título ou bigode da matéria na Primeira página, temos o seguinte mapa cognitivo:

Figura 13–Mapa cognitivo–Título ou bigode



Fonte: A autora, 2020.

Olhando para essa nuvem de palavras, o que fica mais visível? O que chama mais atenção? Que sentidos podemos extrair dessa imagem? Vejamos algumas manchetes que

foram estampadas na capa do jornal O Globo, no ano de 2014, e cujos Títulos e Bigodes foram dados para o levantamento realizado nessa pesquisa:

Figura 14 – Capa 4/02/2014



## ATAQUES A UPPS

# Polícia reage e monta megaofensiva contra crime

### Prisões e apreensões de armas e drogas acontecem em 12 regiões por tempo indeterminado

No domingo à noite, criminosos atacaram sede e mataram policial de UPP no Complexo do Alemão. Beltrame disse que "a sociedade foi atacada pelas costas" de forma covarde e criticou instituições que não fazem sua parte

Após criminosos atirarem contra a sede de uma UPP no Complexo do Alemão e matarem um soldado, força-tarefa de vários departamentos das polícias Civil e Militar fez operações em 12 regiões onde atuação criminosa suspeita dos ataques.

"Não vamos recuar", disse o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, informando que as operações vão continuar por tempo indeterminado. Para ele, os ataques a UPPs são resposta à perda de poder e dinheiro. **PÁGINAS 8 e 9**

#### Brasília tem 12 homicídios em 48h

Doze pessoas foram assassinadas no fim de semana no Distrito Federal enquanto a PM fazia operação tartaruga, suspensa ontem. Só em janeiro foram 78 homicídios. **PÁGINA 7**

#### Filho e neta de Alckmin escapam

O carro com o filho e a neta do governador de São Paulo foi cercado por bandidos anteontem à noite. Seguranças trocaram tiros com os bandidos, que fugiram. **PÁGINA 7**

Fonte: O GLOBO, 04 fev.2014.

Nessa manchete, por exemplo, é possível notar as palavras que se destacam no título e bigode (polícia, crime, Complexo do Alemão, criminosos) e o destaque para uma reação das forças armadas nesse território criminoso, a fim de livrar a sociedade dos ataques traiçoeiros. Não entrou em nossa análise de conteúdo, mas é impossível não notar também que, na mesma

página, uma notícia anterior traz fotografias de dois homens negros: um “suspeito de um assalto foi espancado e preso a um poste” pelo pescoço, por ser possível assaltante de bairro nobre do Rio de Janeiro. O outro, também SUSPEITO de roubo foi amarrado por cordas.

Depois da intensa pesquisa de como as notícias são escolhidas, já é possível compreender que a disposição dos elementos nas páginas são milimetricamente pensados para não passarem despercebidas pelos leitores. As imagens e títulos são escolhidos para receberem maior destaque na percepção dos leitores e para alcançar também aqueles que simplesmente dão uma olhadinha no jornal, que não tem a intenção de ler as matérias na íntegra. Estes, ainda que não leiam a matéria dentro dos cadernos integralmente, são alcançados pelo forte conjunto de imagens que o jornal estampa, sobretudo a primeira capa.

Por isso tudo, não podemos desprezar a forte construção de sentido desta primeira capa em destaque. As imagens dos homens negros acorrentados acima do título “Polícia reage e monta mega ofensiva contra crime” permitem a construção de um mapa cognitivo: aqueles homens são criminosos (e não suspeitos) e merecem ser punidos exemplarmente, pois a sociedade não tolera mais ser atacada por esses bandidos. Então, já passou da hora da polícia se mobilizar numa “MEGA ofensiva” contra esses criminosos. Será que é por acaso que esses dois homens são negros? Se eles fossem brancos, essas imagens seriam escolhidas pelos redatores para ocuparem esta parte do jornal? Qual formação de opinião esta informação provoca em seus leitores? Uma imagem em destaque ao lado desses títulos é envolvida de signos que, pouco ou pouquíssimo, permitem qualquer tipo sentimento de empatia aos homens.

Figura 15 - Capa 05/02/2014



Rastro de sangue. Policiais patrulham local do tiroteio no Morro do Juruamento

## Seis suspeitos de ataque a UPP são mortos em tiroteio com PMs

Seis suspeitos de pertencer à quadrilha que atacou uma UPP no Alemão no domingo foram mortos, ontem, em troca de tiros com a PM no Morro do Juruamento, na Zona Norte. Na operação foram apreendidos quatro fuzis e duas pistolas. Segundo a PM, as vítimas foram levadas vivas ao hospital. Mas moradores dizem que os suspeitos foram mortos no local. **PÁGINA 10**

## No Flamengo, grupo de jovens é detido

Três dias após um suposto assalto à média da Zona Sul foram tresce

Fonte: O GLOBO, 05 fev. 2014.

Nesta capa, além das palavras em destaque, chama a atenção que a matéria relacionada à UPP traz uma imagem de policiais reunidos numa viela na favela do Alemão com uma trilha de sangue dos SUSPEITOS escorrendo pelo chão e, no próximo título, o assunto também é

crime, só que em um território nobre, no bairro do Flamengo. Diferente da notícia anterior, nesta, o adjetivo escolhido para nomear os sujeitos envolvidos na ação é “jovens” e não “suspeitos”, e a chamada indica que os “jovens” são presos em vez de mortos.

Figura 16 - Capa 08/03/2014



**Dor e vazio.** Policiais e familiares no enterro do PM Rodrigo de Souza Paes Lima, de 33 anos, morto a tiros de fuzil por bandidos no Alemão

## **Bandidos matam PMs para atacar pacificação**

Dois PMs que trabalham em comunidades pacificadas morreram anteontem à noite após troca de tiros com criminosos. Desde o início das UPPs, em 2008, já são dez PMs as-

sassinados — sendo que todas as mortes ocorreram de dois anos para cá. Especialistas veem uma reação do crime organizado à pacificação e tentativa de enfraquecer o

programa de implantação das UPPs. E lamentam que a morte de policiais não sensibilize a opinião pública. **PÁGINAS 10 e 11** • editorial “Em defesa dos policiais e das UPPs”

Fonte: O GLOBO, 08 mar 2014.

As palavras “bandidos, crimes, polícia e pacificação” continuam sendo o destaque do título, no entanto, agora sua composição também traz mais um sentido. Além de colocar a favela do Alemão mais uma vez como cenário de confronto e morte, apresenta os bandidos como resistentes à pacificação. Qual é o contrário de pacífico? Bravo, furioso, brigão, agitado, pavio curto, entre outros. Quando se diz que uma população precisa ser pacificada, parte-se do pressuposto de que são o contrário. E se resistem à pacificação, são alçados praticamente à posição de selvagens, não humanos, não civilizados.

Figura 17 - Capa 09/03/2014

REAÇÃO AO TRÁFICO

# Beltrame: Forças Armadas podem voltar ao Alemão

**Secretário de Segurança não descarta reocupação com 500 ou 600 homens**

Para ele, não podem morrer mais policiais. Desde 2008, foram 10 em comunidades pacificadas

O secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, afirmou ontem que não está descartada uma reocupação do Complexo do Alemão com 500 ou 600 homens e apoio das Forças Armadas e da Po-

lícia Federal. "Temos portas abertas em todas as instituições", disse. Para ele, não podem morrer mais policiais como vem ocorrendo. Ontem foi sepultado o décimo PM morto em áreas com UPPs. **PÁGINA 14**

#### ARTIGOS

**VIVIANE MOSÉ.** Desvalorizar a polícia é um retrocesso. **PÁGINA 14**

**ALBA ZALUAR.** Na eleição, deveria se discutir a melhoria da UPP. **PÁGINA 14**

Vejamos outros exemplos de capas:

Fonte: O GLOBO, 9 mar 2014.

Uma das palavras mais repetidas nos títulos, Forças Armadas, aparece de novo em destaque reforçando a idéia de que existe um território não civilizado que está resistindo à pacificação. Por isso, o Estado precisa novamente intervir e enviar sua força de polícia com até 600 homens para uma reocupação.

Figura 18 - Capa 11/03/2014

EM DEFESA DA PACIFICAÇÃO

# Estado reage ao tráfico e instala a 38ª UPP

**Comunidade com cerca de 100 mil pessoas é disputada por quadrilhas**

Ocupação da Vila Kennedy será feita na quinta-feira por PMs do Bope e do Choque

Em meio a uma onda de ataques a Unidades de Polícia Pacificadora, tropas do Bope e do Batalhão de Choque da Polícia Militar vão ocupar na quinta-feira a comunidade de Vila Kennedy, na Zona Oeste do Rio, para a instalação da 38ª UPP. A

comunidade, onde vivem cerca de 100 mil pessoas, é aterrorizada por quadrilhas que disputam os pontos de venda de drogas. Em outra frente, 250 policiais civis subiram o Morro do Alemão e prenderam oito suspeitos de participar do bando

que, desde o começo deste ano, matou três PMs da UPP local. Na madrugada de domingo, um policial de folga foi executado em Caxias ao ser reconhecido durante assalto. Dezesesseis PMs já foram mortos em 2014 no Estado do Rio. **PÁGINA 11**

Fonte: O GLOBO, 11 mar. 2014.

Nessa manchete, temos um destaque para “em defesa da pacificação”, e percebe-se que o conteúdo é uma tentativa de justificar as ações políticas de segurança em prol de uma situação de paz. Interessante que no meio do confronto, estão 100 mil pessoas “disputadas” por quadrilhas, que também serão disputadas pela polícia numa nova ocupação. Qual o papel atribuído a essas pessoas disputadas ora pelo tráfico ora pela polícia que pretende as pacificar?

Figura 19 - Capa 12/03/2014

ATAQUE À PACIFICAÇÃO

# Policiais de UPP são cercados e agredidos na Rocinha

**Vídeo mostra bando destruindo carro da PM com tijolos e pá de lixo**

<p>No Alemão, protesto fecha avenida com caminhão-tanque contra prisão de suspeitos</p>	<p>Imagens de câmeras de monitoramento da UPP revelaram nova estratégia do crime contra a pacificação na Rocinha. O vídeo, exibido ontem pelo "Jornal Nacional" da Rede Globo, mostra um grupo desarmado cercan-</p>	<p>do e agredindo dois policiais que tinham apreendido armas e drogas. Um dos PMs é chutado, e o carro tem os vidros quebrados. Para o delegado Gabriel Ferrando, o tráfico tenta, assim, atrapalhar o processo de pacifi-</p>
		<p>cação. Quatro dos agressores foram identificados. Ontem foi preso bandido que, em fevereiro, comandou ataque à UPP. No Alemão, protesto fechou avenida contra a prisão de suspeitos de crime. <b>PÁGINA 10</b></p>

Fonte: O GLOBO, 12 mar. 2014.

Vejamos, se na matéria anterior uma ação de ocupação da favela com 600 policiais por parte do Estado é tida como ação “em defesa da pacificação”; nesta manchete, uma ação de moradores contra a presença da polícia na região de sua moradia é tida como “ataque à pacificação”. Sabemos que existem inúmeros relatos de moradores das favelas do Rio de Janeiro sobre a ocupação e ação violenta da polícia, com invasão às suas casas sem autorização judicial, agressões e assassinatos de suspeitos que na verdade eram pessoas inocentes, dentre outros que podem ser encontrados em vários documentos como pesquisas expostas no capítulo anterior deste trabalho e relatórios como o da ONG Redes da Maré<sup>8</sup>. Mesmo assim, a ação registrada de agressão dos moradores contra os policiais em protesto

<sup>8</sup> Relatório Redes da Maré, disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/livros/Relatorio-Sobre-Seguranca-Publica-e-Dilemas-da-UPP.pdf>, acesso em 20 de janeiro de 2021.

contra a política de pacificação do Estado é apresentada como ataque contra a paz, e as ações da polícia permanecem como ações em defesa da paz. Qual a diferença?

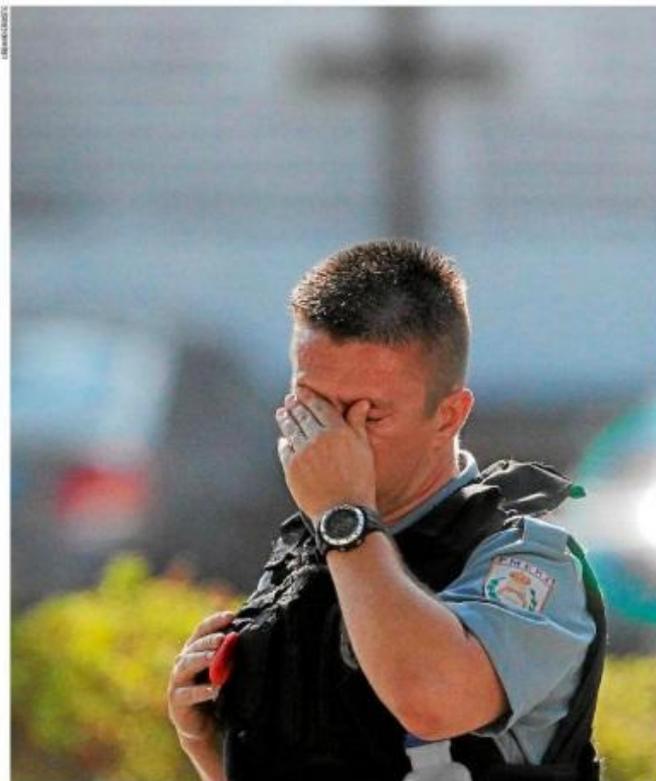
Na visão do jornal, analisando apenas o título e bigode dessas manchetes de 2014, fica bem claro que ainda que existam milhares de relatos dos moradores das favelas demonstrando sua contrariedade às ações violentas da polícia em sua “pacificação”, o relato de uma ação isolada de agressão de moradores contra policiais tem mais força e relevância. O que justifica a escolha para a capa do jornal, pois colabora com as várias versões da “história única” que tem sido apresentada pelo O Globo - a necessidade de “pacificar” esses incivilizados.

Figura 20 - Capa 15/03/2014

REFORÇO NA PACIFICAÇÃO

# Polícia caça assassinos e ocupa Alemão com o Bope

## Após morte de policial, mais uma UPP é anunciada



**Despedida.** Policial se emociona no sepultamento do colega Leidson Acácio Alves, subcomandante de UPP morto em ataque do tráfico.

Tropa de elite da PM começa a treinar hoje efetivo que atua no complexo de favelas

O Bope, tropa de elite da PM, vai instalar uma unidade no Complexo do Alemão e treinar policiais da UPP daquela comunidade e da Rocinha. A novidade faz parte de um pacote de ações anunciadas pelo secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, após a morte de mais um PM em ataque de traficantes. Na noite de quinta-feira, o subcomandante da UPP da Vila Cruzeiro foi assassinado em troca de tiros com criminosos, que estão sendo procurados. A polícia fará operações em áreas ainda dominadas pela facção que comanda os ataques, e uma nova UPP, a 39ª do estado, será instalada até maio. **PÁGINAS 10 e 11**

SONHO DESFEITO

### De morador de rua a subchefe de UPP

Décimo primeiro policial de UPP assassinado pelo tráfico desde o início do programa, o subcomandante Leidson Acácio, de 27 anos, foi morador de rua e vendedor de balas. Apaixonado pela PM, sonhava ingressar no Bope. **PÁGINA 10**

ZUENIR VENTURA

QUEM MANDA NOS MORROS? Setores da sociedade se preocupam com o futuro das UPPs. **PÁGINA 22**

Fonte: O GLOBO, 15 mar.2014.

Nesta capa, continuamos percebendo as mesmas palavras (polícia, bandidos, crime, favelas, pacificação) e, mais uma vez, a ação da polícia dentro da favela como reforço da “pacificação”. Quero chamar a atenção para uma palavra no título: “caça”. Polícia caça assassinos no Alemão com o BOPE. A palavra caça é usada como um sentido figurado do real sentido tradicionalmente utilizado, como referência ao ato de caçar (perseguir, aprisionar e matar animais silvestres). O BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) da polícia militar do Rio de Janeiro é conhecida nacionalmente por ser acionada para operações especiais com seu carro blindado apelidado de “caveirão”, ou seja, é chamada quando as tropas militares perdem o controle sobre determinada situação e eles entram para “resolver” o problema, como bem destaca a figura da caveira humana, eles são chamados para perseguir e matar.

É nesse contexto que o Jornal O Globo apresenta mais um anúncio de instalação de UPP: a polícia pacificadora que agora recebe o reforço de tropas, já em treinamento, do BOPE, para dar continuidade à ação de “pacificação” de favelas no Rio de Janeiro. A tropa da caveira, da caça, entra pra disputar o território e os milhares de pessoas que moram lá, como o mesmo jornal já destacou anteriormente.

A meu ver, esse é o grande problema dessas palavras utilizadas repetidamente com destaque em torno do tema UPP: a criação e o reforço de representações de personagens que são caracterizados sempre da mesma maneira. Stuart Hall (2016) exemplifica como funciona um sistema de representação dentro de um contexto cultural. Nas palavras do autor:

No cerne do processo de significação na cultura surgem, então, dois “sistemas de representação” relacionados. O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas – pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas, etc. – E o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos ou organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos. A relação entre “coisas”, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de “representação” (HALL, 2016, p. 38).

Para o autor, grupos de pessoas que pertencem ao mesmo sistema cultural, de certa forma, compartilham do mesmo mapa conceitual, ou seja, conseguem extrair significados similares para os mesmos conceitos e signos porque entendem o mesmo código de linguagem. “A linguagem é um dos “meios” através do qual pensamentos, ideias, e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos” (HALL, 2016, p. 18).

Dessa forma, voltando para a análise dos termos que selecionamos anteriormente no Mapa Cognitivo, é possível extrair significados que serão comuns a moradores do Rio de Janeiro, leitores do jornal O Globo e inseridos na cultura brasileira.

Entendendo que os sujeitos desse mapa são Bandidos, Vítimas e Forças Militares que a ação envolvida no contexto está ligada a Crime, Confrontos e Pacificação e a localidade em que se dá o acontecimento é a Favela, já podemos começar a extrair alguns sentidos, tais como: As favelas são lugares em que se encontram Forças militares, bandidos e vítimas em situação de confrontos, crimes e pacificação. As favelas abrigam pessoas que não são civilizadas, que são selvagens e precisam ser pacificadas pela força de segurança do Estado. As favelas são os locais em que moram os bandidos. As favelas são locais de crimes e são territórios dominados pelo tráfico. Os bandidos que moram na favela resistem à pacificação, cometem crimes e assassinatos, entram e confronto constantemente com a polícia. A polícia persegue, prende e mata para garantir a pacificação.

Em seguida, analisamos a frequência das palavras que apareceram no texto das notícias publicadas na Primeira Página.

Tabela 4 - PRIMEIRA PÁGINA: TEXTO

<b>TERMOS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>CONCEITO</b>
Agressores	2 vezes	<b>BANDIDOS</b> 52 vezes
Bandidos	8 vezes	
Criminosos	5 vezes	
Facção	3 vezes	
Milicianos	3 vezes	
Presos	4 vezes	
Quadrilhas	4 vezes	
Suspeitos	6 vezes	
Traficantes	17 vezes	
Complexo do Alemão	16 vezes	
Complexo da Maré	9 vezes	
Comunidade	11 vezes	

Favela	12 vezes	
Pavão-Pavãozinho	3 vezes	
Rocinha	4 vezes	
Vila Kennedy	4 vezes	
Ataques	14 vezes	CONFRONTOS 37 vezes
Confrontos	3 vezes	
Briga	2 vezes	
Operação	6 vezes	
Ocupação	12 vezes	
Baleados	4 vezes	VÍTIMAS 26 vezes
Feridos	2 vezes	
Mortos	20 vezes	
Armas	3 vezes	CRIME 31 vezes
Assassinato	4 vezes	
Crime	5 vezes	
Drogas	5 vezes	
Tiros	12 vezes	
Atirar	2 vezes	
Anthony Garotinho	3 vezes	ESTADO 16 vezes
Beltrame	3 vezes	
Governador	3 vezes	
Política	3 vezes	
Secretário	4 vezes	
Comandante	4 vezes	FORÇAS MILITARES 91 vezes
Exército	6 vezes	
Forças Armadas	10 vezes	
Marinha	4 vezes	
Militares	4 vezes	

Polícia	48 vezes	
Reforço	4 vezes	
Subcomandante	3 vezes	
Tropas Militares	8 vezes	
Pacificação	12 vezes	PACIFICAÇÃO 12 vezes
Segurança	9 vezes	SEGURANÇA 9 vezes

Fonte: A autora, 2019.

No texto das 41 manchetes, selecionamos as palavras que foram mais frequentes e, na tabela acima, apresentamos como as classificamos em conceitos mais abrangentes com o mesmo sentido. Assim, encontramos os mesmos conceitos vistos anteriormente- Bandidos, Favela, Confrontos, Vítimas, Crime, Forças Militares e Pacificação – e dois conceitos novos: Estado e Segurança.

Utilizando a mesma classificação anterior, também organizamos esses conceitos nas categorias Sujeitos, Contexto e Localidade. O resultado é o seguinte:

Tabela 5 - Conceitos II

<b>SUJEITOS</b>	<b>CONTEXTO</b>	<b>LOCALIDADE</b>
Bandidos	Confrontos	Favela
Forças Militares	Crime	
Vítimas	Pacificação	
Estado	Segurança	

Fonte: A autora, 2019.

Analisando a coocorrência desses conceitos, ou seja, a quantidade de vezes em que apareceram próximos à palavra UPP, construímos um mapa gráfico em que é possível uma melhor visualização de acordo com o número de vezes em que ocorreram. Dessa forma, é possível perceber a relação de sentidos que a proximidade de uns com os outros estabelece.

>> Toda vez que a palavra UPP aparece no texto da Primeira página, temos o seguinte mapa cognitivo:

Figura 21 - Mapa cognitivo - Texto

FAVELA ESTADO  
 CONFRONTOS  
 SEGURANÇA  
 FORÇAS  
 PACIFICAÇÃO CRIME  
 MILITARES  
 VÍTIMAS BANDIDOS

Fonte: A autora, 2020.

Olhando para essa nuvem de palavras, o que fica mais visível? O que chama mais atenção? Que sentidos podemos extrair dessa imagem? Vejamos mais alguns exemplos de textos publicados nas manchetes da capa do Jornal O Globo no ano de 2014:

Figura 22 - Capa 24/03/2014

EM DEFESA DAS UPPS

# Tropas devem ficar no Rio até a Copa

**Reação ao crime pode reunir  
Exército e Força Nacional**

Apoio do governo federal ao processo de pacificação será decidido hoje. Brigada do Exército está de prontidão para agir na Maré

Reunião hoje entre o governador Sérgio Cabral e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, decide como serão empregadas as forças federais no processo de pacificação das favelas cariocas. As comunidades devem receber tropas mistas, formadas por policiais da Força Nacional e militares do Exército, que só deixarão o Rio após o fim da Copa do Mundo, em julho. A Brigada de Infantaria Paraquedista está de prontidão para atuar nas favelas da Maré. **PÁGINA 6**

Texto da manchete:

Reunião hoje entre o governador Sérgio Cabral e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, decide como serão empregadas as forças federais no processo de pacificação das favelas cariocas. As comunidades devem receber tropas mistas, formadas por policiais da Força Nacional e militares do Exército, que só deixarão o Rio após o fim da Copa do Mundo, em julho. A Brigada de Infantaria Paraquedista está de prontidão para atuar nas favelas da Maré.

Fonte: O GLOBO, 2014h.

Uma das grandes preocupações expressas na imprensa durante o ano de 2014 foi a Copa do Mundo, que aconteceu no Brasil. O campeonato mundial de futebol atrairia milhões de pessoas para o estado do Rio de Janeiro, e uma das questões destacadas pelo Jornal O Globo foi a preocupação com a segurança dos turistas. Como vemos, o slogan “em defesa da pacificação” continua marcando as manchetes sobre as UPPs na capa do jornal, que agora apresenta como “defesa da pacificação” a permanência de tropas militares federais dentro das favelas, como no caso da favela da Maré. Não há, em nenhum momento, indicação de que a presença das tropas se dará em outras regiões do Rio, apenas nas “comunidades”. E, ao que o jornal apresenta, é como a solução para todos os problemas. Isso reforça nossa análise do conteúdo, pois as palavras em destaque no mapa cognitivo continuam aparecendo e mantendo a representação das favelas como lugar de crimes e bandidos e, portanto, como território marcado para receber a polícia e sua pacificação.

Figura 23 - Capa 22/03/2014

AMEAÇA À PACIFICAÇÃO

# Rio terá tropas federais para garantir UPPs

<p><b>Ordem dos ataques partiu de traficantes em presídios</b></p>	<p><b>Polícia investiga participação de líderes comunitários</b></p>	<p><b>Todos os PMs do Rio estão de plantão no fim de semana</b></p>
--	--	---



**Rescaldo.** Polícia utiliza guindaste para limpar terreno onde funcionava a UPP de Marquinhos após o local ser atacado com coquetéis molotov e os policiais serem alvos de traficantes

A presidente Dilma Rousseff e o governador Sérgio Cabral secretaram ontem o envio de tropas federais para reforçar as ações de combate aos ataques de organizações criminosas nas comunidades pacificadas do Rio. Não está certo ainda se as tropas serão do Exército ou da Força de Segurança Nacional, o que deve ser decidido em reunião na segunda-feira. Cabral disse que a polícia identificou que os ataques

configuram uma ação coordenada por traficantes em presídios e questionada por cúmplices nas favelas, tudo com o objetivo de desmoralizar as UPPs. Investigação da Polícia Civil identificou também que líderes comunitários dos complexos da Penha e do Alemão estão organizando protestos e ataques a PMs e UPPs em parceria com o tráfico, que se sente enfraquecido com a ocupação. **PÁGINAS 10 e 12**

### Um batalhão problemático

9º BPM, que já policiou 83 favelas e onde estavam lotados os PMs que arrastaram Cláudia Ferreira, tem fama de ser uma fábrica de truculência. **PÁGINA 17**

### Condenado coronel que mandou matar juíza Patrícia Acioli

Cláudio Luiz Oliveira foi condenado a 36 anos de prisão como mandante do assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 2011. Ela investigava crimes de PMs. **PÁGINA 16**

De novo, as palavras se repetem e a construção de sentido também, dessa vez ainda com um adendo: os líderes comunitários, supostas “pessoas de bem” e sem envolvimento com crime, são apresentadas como cúmplices de bandidos presos planejando ataques à polícia, às UPPs e mostrando, mais uma vez, a representação de moradores das favelas como incivilizados, selvagens, não pacíficos, bandidos.

Figura 24 - Capa 23/04/2014

DESAFIOS DA PACIFICAÇÃO

# Pânico em Copacabana

**Protesto por morte de jovem fecha principais ruas, comércio e estação do metrô**

Corpo de dançarino foi encontrado no pátio de uma creche do Pavão-Pavãozinho. Manifestação deixou grande parte da comunidade sem energia e terminou com um homem morto a tiro



**O medo se alastra.** Barricadas são queimadas na Rua Saint Roman, acesso ao Pavão-Pavãozinho. Vários focos de incêndio eram vistos na comunidade durante a violenta manifestação  
Fonte: O GLOBO, 23 abr. 2014.

O corpo do dançarino encontrado numa creche não é motivo de pânico para aquela área (favela) já “acostumada” a conviver com tráfico e violência, porém, uma manifestação da população é tratada com tiros pela PM e leva pânico à Copacabana. Apesar de um

manifestante ser morto com um tiro na cabeça e o corpo do dançarino estar na favela Pavão-Pavaozinho, quem fica em pânico é Copacabana. Repare que a informação sobre a morte do dançarino está abaixo do bigode e sem o nome dele. O problema central da informação é o pânico que a manifestação causou em Copacabana, área nobre do Rio de Janeiro, o resto do acontecimento não ocupa lugar relevante na matéria.

Figura 25 - Capa 25/03/2014

Com localização estratégica, entre duas das principais vias de acesso ao Rio – a Linha Vermelha e a Avenida Brasil – e próximo ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Complexo da Maré será ocupado por militares do Exército. Acertado ontem entre o governador Sérgio Cabral e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o desembarque das tropas militares no conjunto de 15 favelas, onde vivem quase 130 mil pessoas, deve ocorrer até 10 de abril. Cerca de 4 mil homens do Exército abrirão caminho para a implantação de UPPs na região considerada o maior entreposto de drogas do Rio, onde convivem facções rivais e grupos milicianos. A ocupação prosseguirá, pelo menos, até o fim da Copa.



**Aliança pela pacificação.** O governador Sérgio Cabral conversa com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na reunião que tratou da ocupação do Complexo da Maré por militares

Com localização estratégica, entre duas das principais vias de acesso ao Rio — a Linha Vermelha e a Avenida Brasil — e próximo ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Complexo da Maré será ocupado por militares do Exército. Acertado on-

tem entre o governador Sérgio Cabral e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o desembarque das tropas militares no conjunto de 15 favelas, onde vivem quase 130 mil pessoas, deve ocorrer até 10 de abril. Cerca de 4 mil homens do Exército

abrirão caminho para a implantação de UPPs na região considerada o maior entreposto de drogas do Rio, onde convivem facções rivais e grupos milicianos. A ocupação prosseguirá, pelo menos, até o fim da Copa. **PÁGINAS 6 a 11**

Fonte: O GLOBO, 25 mar. 2014.

O Estado, personagem que passa a se repetir nos textos das manchetes, aparece agora com mais um destaque: o poder para formar uma “aliança pela pacificação”, autorizando o

Exército a entrar nas casas dos moradores de favelas para revistar e efetuar prisões no Complexo da Maré. Prática esta que já vinha sendo apontada como ilegal pelos moradores e denunciada em seus protestos contra a pacificação, como já vimos.

Figura 26 - Capa 29/03/2014

## CERCO AO TRÁFICO

# Tomada da Maré começa amanhã com blindados

### Tanques da Marinha serão usados na ocupação de complexo de favelas

Presidente Dilma Rousseff assinou decreto que autoriza o emprego das Forças Armadas

Cerca de mil policiais das forças especiais estaduais e tanques blindados da Marinha iniciam amanhã a ocupação para a tomada das favelas do Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio. Ontem, militares da Mari-

nha fizeram o reconhecimento da área que receberá Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A presidente Dilma Rousseff assinou decreto que autoriza a participação das Forças Armadas no combate ao tráfico

de drogas. Por duas vezes o chefe da quadrilha na Maré escapou de operações para prendê-lo. A PF, que o capturou na última quarta-feira, suspeita que ele subornava policiais para se livrar do cerco. **PÁGINAS 12 e 14**

Fonte: O GLOBO, 29 mar, 2014.

Cerca de mil policiais das forças especiais estaduais e tanques blindados da Marinha iniciam amanhã a ocupação para a tomada das favelas do Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio. Ontem, militares da Marinha fizeram o reconhecimento da área que receberá Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A presidente Dilma Rouseff assinou decreto que autoriza a participação das Forças Armadas no combate ao tráfico de drogas. Por duas vezes o chefe da quadrilha na Maré escapou de operações para prendê-lo. A PF, que o capturou na última quarta-feira, suspeita que ele subornava policiais para se livrar do cerco.

Mais uma vez, os sujeitos desse mapa cognitivo são Bandidos, Vítimas, Forças Militares e Estado; a ação envolvida no contexto está ligada a Crime, Confrontos, Segurança e Pacificação; e a localidade em que se dá o acontecimento é a Favela. Analisando todas essas manchetes do jornal, as palavras que mais repetem e a forma como são apresentados sujeitos,

contexto e localidade, vamos percebendo que há uma nítida construção de sentido que informa a opinião de seus leitores sobre o assunto segurança pública e Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro.

### 3.3 “Os moradores do morro devem ser investigados para sua própria segurança”

Para entender se essa in-formação de opinião fica também nítida na expressão dos leitores, resolvemos analisar os comentários dos leitores sobre essas notícias que foram publicadas no jornal. Dessa forma, passamos, agora, para a análise de frequência dos termos nos Comentários dos Leitores:

Tabela 6 - COMENTÁRIOS DOS LEITORES

<b>TERMOS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>CONCEITO</b>
Acabar	16 vezes	AÇÃO 49 vezes
Ação	20 vezes	
Apoio	7 vezes	
Atos	6 vezes	
Áreas	17 vezes	FAVELA 141vezes
Alemão	5 vezes	
Complexo do Alemão	5 vezes	
Complexo da Maré	8 vezes	
Comunidades	42 vezes	
Favela	32 vezes	
Morro	19 vezes	
Rocinha	13 vezes	
Armados	22 vezes	CONFRONTOS 124 vezes
Ataques	26 vezes	
Atentados	3 vezes	
Atira	4 vezes	
Combatidos	7 vezes	
Confrontos	8 vezes	
Guerra	10 vezes	
Ocupação	27 vezes	

Tiros	17 vezes	
Assalto	23 vezes	
Assassinato	7 vezes	<b>CRIME</b> 104 vezes
Crime	27 vezes	
Drogas	8 vezes	
Mortes	39 vezes	
Autoridades	18 vezes	
Política	24 vezes	<b>ESTADO</b> 98 vezes
Agentes Públicos	2 vezes	
Estado	22 vezes	
Governo	32 vezes	
Bandidos	54 vezes	
Agressores	5 vezes	<b>BANDIDOS</b> 180 vezes
Bandos	3 vezes	
Marginais	30 vezes	
Milícia	10 vezes	
Criminosos	15 vezes	
Presos	22 vezes	
Traficantes	41 vezes	
Cidadãos	13 vezes	<b>POPULAÇÃO</b> 65 vezes
Cariocas	4 vezes	
Moradores	24 vezes	
População	24 vezes	
Cidade	24 vezes	<b>RIO DE JANEIRO</b> 84 vezes
Asfalto	6 vezes	
Bairros cariocas	5 vezes	
Copacabana	5 vezes	
Rio de Janeiro	44 vezes	
Direitos Humanos	13 vezes	<b>DIREITOS HUMANOS</b> 21 vezes
Educação	8 vezes	
Forças Armadas	24 vezes	<b>FORÇAS MILITARES</b> 186 vezes
Exército	5 vezes	
PM	29 vezes	

Polícia	128 vezes	
Insegurança	11 vezes	MEDO 32 vezes
Assustador	6 vezes	
Barbárie	4 vezes	
Caos	3 vezes	
Medo	8 vezes	
Manifestação	11 vezes	
Carros	5 vezes	
Incêndio	9 vezes	
Ônibus	13 vezes	
Pacificação	28 vezes	PACIFICAÇÃO 28 vezes
Paz	9 vezes	SEGURANÇA 50 vezes
Segurança	33 vezes	
Tranquilidade	8 vezes	
Violência	37 vezes	VIOLÊNCIA 37 vezes
Problemas	11 vezes	PROBLEMAS 54 vezes
Abandonados	2 vezes	
Absurdo	2 vezes	
Acobertados	2 vezes	
Até quando	4 vezes	
Bailes funk	6 vezes	
Barulho	4 vezes	
Despreparo	6 vezes	
Dominam	9 vezes	
Falta	8 vezes	

Fonte: A autora, 2019.

Nestes comentários, selecionamos as palavras que foram mais frequentes e, na tabela acima, apresentamos como as classificamos em conceitos mais abrangentes com o mesmo sentido. Assim, encontramos os seguintes conceitos: Ação, Favela, Confrontos, Crime, Estado, População, Rio de Janeiro, Direitos Humanos, Forças Militares, Medo, Manifestação, Segurança, Violência, Problemas, Pacificação e Bandidos.

Podemos separar esses conceitos também classificando-os como Sujeitos, Contexto e Localidade. O resultado é o seguinte:

Tabela 7 - Conceitos III

<b>SUJEITOS</b>	<b>CONTEXTO</b>	<b>LOCALIDADE</b>
Bandidos	Ação	Favela
Forças Militares	Confrontos	Rio de Janeiro
População	Crime	
Estado	Direitos Humanos	
	Medo	
	Manifestação	
	Segurança	
	Violência	
	Problemas	
	Pacificação	

Fonte: A autora, 2019.

A partir dessa matriz, também construímos um mapa gráfico para visualizar essas coocorrências e perceber a relação de sentidos que a proximidade de uns conceitos com os outros estabelece. Assim, temos:



Figura 28 – Comentário em 01/02/2014

► O povo brasileiro é sui generis, mesmo. Reclama da insegurança, mas quando a polícia atua há sempre críticas ao seu modo de agir. Os “do mal” atuam quebrando e esfolando e querem que os policiais ofereçam a eles flores e bombons.

**GERALDO DE PAULA E SILVA**

TERESÓPOLIS, RJ

Fonte: O GLOBO, 01 fev. 2014.

Os comentários dessa página reforçam a idéia de separação entre pessoas do bem e pessoas do mal, num posicionamento em que o leitor, nitidamente, defende a ação da polícia pacificadora nas favelas colocando lá as pessoas do mal a serem combatidas.

Figura 29 - Comentário em 04/02/2014

## UPP

► É urgente expressar nossa indignação contra a morte da policial atacada por bandidos armados de fuzis. Nossa polícia é desprestigiada e virou moda acusar policiais. Logo estarão dizendo que a culpa foi dela, quem sabe até por ordem e imposição de bandidos. Tenho a impressão de estar assistindo a uma desvalorização das UPPs, o melhor projeto de expulsão do tráfico das favelas cariocas. Precisamos dar ênfase e difundir o respeito aos bons policiais e nos chocar com a morte da policial assassinada para, minimamente, restaurar a autoestima da polícia.

**MARIA CECI RAMOS DO VALE**

RIO

Fonte: O GLOBO, 04 fev 2014.

Figura 30 - Comentário em 05/03/2014

## Paraíso

✦ Depois de 52 anos em Ipanema, estou em Botafogo. Adorando um bairro ainda possível de se viver. Graças a seus casarões tombados e à grande quantidade de verde nas ruas, o bairro não será destruído pela ganância política como foi Ipanema. Aqui, vemos pessoas tranquilas, sentadas em portais e em cadeiras nas calçadas. Incrível ver pássaros voando livremente. Aqui, tem a única UPP que realmente funciona, pois nunca mais vieram bagunçar o bairro, tão residencial.

**LIGIA RODRIGUES**

RIO

Fonte: O GLOBO, 5 mar. 2014.

Esse comentário chama a atenção porque, de forma explícita, mostra como os moradores do bairro Ipanema podem ser considerados pacíficos: são pessoas tranquilas, sentadas em portais, cadeiras e calçadas. E não apenas as pessoas são pacíficas, como o bairro é comparado ao Paraíso: verde nas ruas, pássaros voando livremente. E o cenário tem motivo pra existir: a UPP que realmente pacifica e atua nas favelas próximas impedem que os não pacíficos, incivilizados e bandidos venham, permaneçam no bairro tão residencial. Ou seja, a polícia os mantém no lugar que é destinado a eles: nas favelas, não no bairro tão residencial.

Figura 31 - Comentário em 10/03/2014

## Defesa das UPPs

✦ Nos últimos dois anos, dez militares da PM do Rio foram mortos em serviço nas UPPs por bandidos que continuam a dominar os morros. Em nenhuma situação, as entidades de direitos humanos, nem comissões da Assembleia e da Câmara de Vereadores, fizeram qualquer pronunciamento ou deram apoio às famílias enlutadas.

**EGBERTO R. SILVA FILHO**

NITERÓI, RJ

Fonte: O GLOBO, 10 mar. 2014.

Vimos anteriormente um esforço do jornal, em suas manchetes, em justificar a ação da polícia nas favelas com uma série de manchetes intituladas “em defesa das UPPs”. Agora, novamente vemos essa mesma expressão, porém, dando título ao comentário do leitor que se indigna com as mortes de 10 militares nos últimos 02 anos. Nem aqui e nem nas manchetes lidas anteriormente, o jornal cita quantas pessoas moradoras de favelas morreram por “balas perdidas” ou por serem suspeitos em confrontos com a polícia.

Figura 32 - Comentário em 12/03/2014

## UPPs e paz

► O projeto para a pacificação das favelas cariocas, ou muda a concepção original, ou está fadado ao insucesso. Invadir a comunidade, qualquer que seja o aparato bélico usado, numa demonstração de força descabida, permitindo que a marginalidade migre do local — e são mais de mil favelas para servirem de refúgio —, infernizando a vida dos moradores de outras áreas, significa empurrar o lixo para debaixo do tapete. Não se elimina ou reduz-se a criminalidade somente afugentando os criminosos, que acabam voltando à casa, como se assistiu na primeira incursão no Morro do Alemão, já que não há uma fiscalização permanente para inibir a audácia dos criminosos, servindo até para o seu crescimento. Enfim, ou o secretário de Segurança cria uma nova estratégia ou a paz se transformará numa utopia.

**SERGIO MARTINS VIANNA**  
RIO

Fonte: O GLOBO, 12 mar. 2014.

Nesse comentário, o leitor questiona o projeto de pacificação, pois acredita que ele permite que os criminosos fujam para outras áreas, fora do território ao qual pertencem. Além disso, compara essas pessoas com lixo, resíduos descartados que ao invés de serem eliminados de vez são apenas colocados embaixo do tapete.

Figura 33 - Comentário em 26/03/2014

► Existem muitas falhas que devem ser corrigidas em algumas ações da polícia, mas não concordo que eles estejam errados na maioria das vezes! Acho que deve ser feita uma investigação mais rígida, sem paternalismo. Sou a favor das UPPs, e acho que elas devem ter o apoio das forças federais! Os moradores das comunidades devem ser investigados, também, e até seus lares devem ser revistados, se for o caso, para sua própria segurança! O que não se pode é sempre criticar a polícia. Os maus policiais devem ser punidos e expulsos da corporação! Chega de demagogia, é isso que os comandantes do tráfico querem, e eles não representam a classe menos favorecida não! Precisamos é de paz, saúde, educação, segurança de fato e progresso para todo cidadão de bem!  
**JAIRO HENRIQUES BARBOSA**

Fonte: O GLOBO, 26 mar. 2014.

Seja nos comentários escolhidos para serem publicados em suas páginas, seja em artigo escrito por seus colunistas, seja nas matérias escritas pelos jornalistas, quando o assunto é UPP/favela todos concordam que moradores compactuam com bandidos e, por isso, deveriam ter suas casas invadidas e revistadas sem qualquer aviso prévio e muito menos um mandato. O fato de morar nas favelas já os qualifica como cúmplices de bandidos e suas vidas “(...) devem ser investigadas, também e até seus lares devem ser revistados (...) para sua própria segurança.”

Notamos também que o jornal repete leitores, como nos dois comentários abaixo publicados em datas distintas, mas escritos pelo mesmo leitor “Joel Almeida”. Ambos os comentários reforçam a ideia de que a favela é o lugar onde vivem criminosos e que a estratégia de pacificar o território não funciona, cobrando medidas mais efetivas do Estado para impedir a ação criminosa. Essa construção de sentido coloca novamente todos os moradores num mesmo padrão de representação e tudo que acarreta essa identidade.

Figura 34 - Comentário em 8/06/2014

## Ataques às UPPs

► Já se tornaram rotina os ataques às UPPs em favelas “pacificadas” do Rio sem que o governo adote uma medida efetiva para coibir tais ataques, mesmo sabendo que a quantidade de criminosos homiziados naqueles locais é assustadora. A permanência do tráfico em tais comunidades parece atender a inúmeros interesses, mas até quando as autoridades vão persistir com essa hipocrisia? Quantos policiais ainda morrerão?

**JOEL ALMEIDA**

RIO

Fonte: O GLOBO, 8 jun. 2014.

Figura 35 – Comentário em 9/10/2014

## Justiça

► Mais um PM ferido gravemente por traficantes em favela. E daí? Alguma rua foi fechada com barricadas ou algum ônibus foi incendiado por moradores? Eles foram para a rua pedir justiça? Algum político apareceu para cobrar providências das autoridades? É claro que a resposta para essas perguntas é negativa, pois o Estado permite que um número assustador de criminosos continue a viver nessas favelas supostamente pacificadas.

**JOEL ALMEIDA**

RIO

Fonte: O GLOBO, 9 out. 2014.

Figura 36 - Comentário em 21/08/2014

► Chega a ser cômico, apesar da gravidade da situação, o desfecho de mais uma noite de violência nas favelas do Lins, para no final ninguém ser preso... Por quê? Enquanto as autoridades de segurança não agirem nas favelas com rigor, vasculhando casa por casa e cadastrando todos os moradores, a situação só tende a piorar, pois, além de elas abrigarem um imenso contingente de criminosos, uma quantidade ainda maior lhes dá cobertura, escondendo armas, atirando pedras, fazendo protestos ou prestando falso testemunho.

**JOEL ALMEIDA**  
RIO

Fonte: O GLOBO, 21 ago 2014.

Também vemos que o jornal escolheu publicar uma série de comentários questionando a ação da UPP, trazendo a ideia de que a falha está em permitir que os bandidos saiam das favelas e passem a habitar a região nobre da cidade, onde moram os cidadãos que não precisam de pacificação. Essa é a realidade da maioria dos comentários publicados na sessão Opinião, e fica nítido que há a construção de um sentido de consenso geral nesses comentários sobre a localização do problema e do mal a ser combatido: as favelas do Rio de Janeiro e seus moradores. Vejamos alguns exemplos:

Figura 37 - Comentário em 4/12/2014

## UPPs

► Não consigo entender as UPPs. Foram feitas para acabar com a bandidagem nos morros, no entanto, o que vejo são facções disputando domínio em favelas ocupadas, tiroteios, repórteres sendo recebidos a tiros e centenas de policiais que nada podem fazer. Enquanto isso, aqui embaixo, a bandidagem aumenta. Tem alguma coisa errada.

**BENITO COHEN**  
RIO

Fonte: O GLOBO, 4 dez. 2014.

Figura 38 - Comentário em 7/05/2014

## Ataques às UPPs

► Os ataques às bases das UPPs nas comunidades do Rio deveriam ser tratadas com mais rigor. Não só ataques, mas tiroteios e falta de respeito aos policiais lá lotados. Quando esses fatos ocorressem, de imediato, deveriam atuar a Core, para investigações, e o Bope, para causar impacto e exteriorizar que quem manda agora no espaço é o governo. Acredito que essas ações de criminosos iriam ser pensadas, pois esses policiais deveriam lá permanecer por um bom período. Bandido não quer isso.

**CARLOS EDUARDO FONTES**

RIO

Fonte: O GLOBO, 7 maio 2014.

Figura 39 - Comentário em 10/02/2014

► O governador Sérgio Cabral declarou que os tiroteios da polícia com os marginais em comunidades pacificadas são uma demonstração de desespero por parte dos bandidos. Ora, quem anda em desespero é o chefe de família, trabalhador, que sai de casa para o batente e não sabe se vai voltar. Os marginais estão demonstrando que são ousados e não temem o aparato policial. Nos países onde a criminalidade é pequena, a principal arma do policial é a lei. O marginal sabe que, se condenado, vai apodrecer atrás das grades. A UPP melhora a vida nas comunidades, mas não acaba com a marginalidade. No Brasil, a lei só funciona para ladrão de galinha e 80% dos presos têm no currículo várias passagens pela polícia.

**UDILSON DARCI RAMOS**

TERESÓPOLIS, RJ

Fonte: O GLOBO, 10 fev. 2014.

Figura 40 - Comentário em 11/04/2014

## Violência

▶ Está muito difícil morar no Rio. Assaltos são noticiados todos os dias, numa escalada de violência que não dá mais para ficar calado. Somos reféns de uma política de segurança que está se mostrando ineficaz. Prioriza-se a instalação das UPPs em comunidades carentes, mobilizando efetivos enormes de policiais com o objetivo de combater o narcotráfico. Ocorre que o que estamos assistindo é ao deslocamento do tráfico para comunidades sem pacificação. Pacificar todas as comunidades pobres do estado parece missão impossível. Por conta disto, a violência está aumentando no asfalto. A bandidagem percebeu que, sem policiamento nas ruas, é mais fácil assaltar o cidadão desarmado que, por sobrevivência, entrega os seus pertences.

**RICARDO CHAGAS**

RIO

Fonte: O GLOBO, 11 abr.2014.

Figura 41 - Comentário em 12/05/2014

## UPPs

▶ O projeto das UPPs é importante na retomada dos territórios ocupados, mas ineficaz para reduzir a violência no estado. O que a acentua no Rio não é a droga, mas a quantidade de armas em poder dos bandidos. Durante as ocupações, apreende-se alguma droga e quase nenhuma arma. A ocupação anunciada permite que os marginais migrem e transfiram o armamento para outras regiões. Após a "pacificação", retomam as armas, fortificam-se em áreas estratégicas e recomeçam os ataques. O traficante é violento pelo armamento que tem.

**ARNALDO DOS SANTOS SILVA JUNIOR**

RIO

Fonte: O GLOBO, 12 maio 2014.

Figura 42 - Comentário em 13/03/2014

## Ataque à pacificação

► Por longo tempo, os governantes foram deixando que as favelas se formassem e se desenvolvessem, principalmente em morros cariocas. Raríssimos os que buscaram soluções efetivas, principalmente com a remoção para locais dignos. Quase nada feito nesse sentido. Do vácuo de poder, provocado pela ausência do Estado, aproveitaram-se os que andam à margem da sociedade e passaram a impor suas vontades pela força. Com o tempo, tornou-se imperioso o fim desse feudo da violência, e que o braço da lei alcançasse os criminosos. O projeto da UPP, agora questionado, foi a alternativa encontrada ao confronto direto, certamente com a perda de vidas, sobretudo de inocentes. Mas só dará certo se governantes deixarem de utilizá-lo como apelo eleitoral e passarem a valorizar a cidadania naquelas comunidades, com efetiva atuação dos serviços do Estado.

**PAULO FREDERICO SORIANO DOBBIN**

RIO

Fonte: O GLOBO, 13 mar. 2014.

Figura 43 – Comentário em 14/03/2014

► Diariamente, no Complexo do Alemão, policiais são atacados a tiros. Só este ano, mais de dez mortos. Enquanto isso, sociólogos e entidades de direitos humanos preocupados com a integridade física dos marginais. Fico imaginando todos protestando, caso um dos dois policiais atacados na Rocinha tivesse reagido e ferido algum daqueles marginais. Alguns põem a culpa nos policiais, classificados de "despreparados", mas em lugar algum do mundo se protege mais os marginais do que neste país. Gostaria de ver manifestações dos ativistas pelos direitos humanos nos enterros dos policiais mortos nessa batalha inglória contra o crime mais que organizado e acobertado.

**PAULO SERGIO ROCHA SERRA**

RIO

Fonte: O GLOBO, 14 mar. 2014.

Figura 44 - Comentário em 29/04/2014

## Direitos e limites

► Que a PM do Rio comete erros até indefensáveis é de conhecimento público. Daí aos moradores de comunidades saírem pelas ruas que não são das comunidades ateando fogo em ônibus, carros e cometendo outros vandalismos há uma grande diferença. E se todas as pessoas que se sentem prejudicadas por assaltos praticados por pivetes e traficantes que após os delitos fogem para as suas comunidades subirem as favelas e ateam fogo nos barracos?

**EDSON RODRIGUES DA SILVEIRA FILHO**

RIO

Fonte: O GLOBO, 29 abr. 2014.

Essa idéia de que o mal a ser exterminado tem endereço certo no Rio de Janeiro, as favelas (ou como chamam os leitores: comunidades), fica ainda mais evidente no último comentário sobre “Direitos e Limites”. O leitor desconsidera os motivos pelos quais os moradores estão protestando pela ação violenta da polícia, não há separação entre quem é morador que está sendo amedrontado e correndo risco de vida e entre quem de fato tem envolvimento com o crime. Se estiver protestando contra a polícia, é pivete, traficante ou bandido.

Esse sentido fica em destaque quando ele diz: “E se todas as pessoas que se sentem prejudicados por pivetes e traficantes que após os delitos fogem para as suas comunidades subirem as favelas e ateam fogo nos barracos?” O leitor deixa explícito que as pessoas prejudicadas pelos bandidos não estão nas favelas; que quem reclama da polícia deveria ficar retido a protestar dentro das favelas; e que uma retaliação contra esse tipo de vandalismo é botar fogo nos barracos das favelas. O próximo comentário também deixa em evidência esse consenso de que o crime é inteiramente uma questão das favelas:

Figura 45 - Comentário em 27/03/2014

## Pacificação

▶ A ocupação do Complexo da Maré não irá muito além do término da Copa, e, mesmo que vá, os marginais vão mudar de endereço. Se o ministro da Justiça e o governador do RJ colocarem uma tropa em cada comunidade do Rio eles vão se deslocar para outros municípios. O que precisa ser feito, ministro, é mudar o Código Penal. A lei tem que ser dura, o traficante de drogas e o de armas, quando presos e sentenciados, têm que ficar excluídos da sociedade. Se forem condenados a dez anos, durante este tempo não receberão visitas. É acabar com as regalias: prisão não é albergue. Quando os primeiros forem condenados desta maneira, os demais vão procurar um jeito melhor de viver na sociedade. Tropas federais e UPPs são apenas sedativos, não curam o mal.

**UDILSON DARCI RAMOS**  
TERESÓPOLIS, RJ

Fonte: O GLOBO, 27 mar. 2014.

Na análise desses comentários, encontramos apenas uma publicação que citava diretamente as palavras “branco” e “negro”. O leitor faz uma crítica a uma deputada por seu posicionamento que coloca em lugares opostos ricos e pobres, elite e povo, branco e negro. Para ele, essa separação é uma escolha partidária e política com a qual ele parece não concordar. Observe:

Figura 46 - Comentário em 10/02/2014

▶ Nesse bate-boca na Câmara, entre a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), sobre o caso do adolescente preso nu a um poste, claro que não se pode concordar com a reação e as sugestões do deputado. Mas é notório observar que a deputada escolhe a dedo os momentos de se manifestar e sempre seguindo o mantra do seu partido: das elites contra o povo, do rico contra o pobre e do branco contra o negro.  
**JOÃO PEDRO RODRIGUES**  
 RIO

Fonte: O GLOBO, 10 fev. 2014.

### 3.4 Com a palavra no Jornal O Globo, a senhora Branquitude

Agora, cabe nos perguntar, após ler todos esses comentários e palavras repetidas quando o assunto é UPP no Rio de Janeiro, é possível mesmo chegar à conclusão do leitor João Pedro Rodrigues de que não há divisão de classes e muito menos de raça, a não ser por um posicionamento político-partidário? Os comentários dos leitores publicados na sessão Opinião refletem apenas a opinião pública sem interferência ou manipulação dos editores do jornal O Globo? A linguagem jornalística expressa nos mapas cognitivos das manchetes, textos e comentários de leitores constrói significados que revelam atos de racismo ou branquitude?

De acordo com Hall (2016, p. 18):

a linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema representacional. Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos.

Olhando para esses mapas cognitivos, percebemos que as palavras Branco e Preto, termos macros definidos no início das nossas buscas, não aparecem. À primeira vista, então, é fácil fazer uma leitura que não indique nenhum tipo de preconceito racial ou superioridade branca. No entanto, com todas as informações e estudos que realizamos até aqui, é possível notar que o sentido produzido pelas reportagens do jornal O Globo na cobertura das

instalações das UPPs é, sim, o conceito de branquitude significando a superioridade da raça branca e a criminalização da população preta.

Todas as vezes em que a palavra UPP – Unidade de Polícia Pacificadora – aparece, estão ao lado um grupo de palavras de significação ruim, negativa e pejorativa: bandidos, crime, confronto, violência. Já comprovamos nos estudos apresentados no primeiro capítulo que as favelas são lugares habitados, majoritariamente, por pessoas negras (pretas e pardas). Então, quando o jornal coloca essas palavras ao lado de favela ele não está se referindo a um território qualquer. Está caracterizando repetidamente um território preto como área de guerra, de confrontos, de selvagens que precisam ser pacificados, que necessitam da intervenção das Forças Armadas, que representam problemas, crimes, violência. Um território em que acontecem crimes e sempre existem vítimas. Um território de bandidos. Um território de gente preta.

Associar características e adjetivos de inferiorização, criminalização e de significados negativos às pessoas pretas é uma estratégia de dominação branca: branquitude. Portanto, as narrativas construídas pelo jornal O Globo, em torno das instalações de Unidade de Polícia Pacificadora, são racistas e servem ao propósito da branquitude, essa senhora dona da casa grande que até hoje dita as regras do que se fala, como se fala e para quem se fala. Basta ver que os comentários dos leitores, num geral, criticando a ação pacificadora da polícia e pedindo ações militares mais energéticas colocam, de forma contundente, as pessoas que precisam ser protegidas de um lado da cidade (marcado por população branca e elitizada), e de outro as pessoas que não são “pacificáveis” e, por isso, precisam ser exterminadas (as pretas).

A escolha de palavras que aparecem no título das manchetes, no bigode e nos textos das primeiras páginas já é uma forma de prender a atenção do leitor e já constroem um sistema simbólico de interpretação. Mesmo que não seja dito com as palavras “branco e preto”, tinta preta no papel branco, que nas favelas e periferias moram gente incivilizada, perigosa, que não são civilizadas e que precisam ser expurgadas da cidade, a mensagem é transmitida por meio da frequência, da coocorrência e dos mapas cognitivos que são formados.

Os comentários dos leitores são escolhidos pelos editores do jornal, não são aleatórios e não são autopublicáveis. São decisões editoriais que selecionam essas e não as outras vozes. As vozes dos moradores de favelas não ganham destaque na construção das narrativas, e quando ganham, são colocadas apenas de forma a repetir a sequência de palavras bandido, criminosos, vítimas. Ainda que seja numa tentativa de negá-las.

O jornal O Globo pode não ter como princípio editorial explícito manter o status quo da branquitude, mas é o que ele informou em suas manchetes ao longo do ano de 2014 e por meio dos comentários de leitores que publicou. Assim, o jornal também forma a opinião pública nos ensinamentos da branquitude. Por meio do sentido produzido em seu conteúdo, ainda que não estabeleça e não tenha poder para definir como as pessoas irão interpretar e dar sentido à mensagem, o jornal amplia a visibilidade do tema branquitude e contribui para a manutenção do sistema racista que estrutura a sociedade quando escolhe não problematizar suas narrativas e permanece repetindo, com frequência, discursos inferiorizantes e criminalizadores. O Jornal O Globo in-forma a branquitude o tempo inteiro.

E o grande problema dessa in-formação sobre a branquitude é que ela mantém a construção de sentidos racistas que organizam a nossa vida em sociedade, os sentimentos que nutrimos diante dos personagens que nos são apresentados em suas histórias, culminando, por exemplo, em políticas de segurança pública que foquem exclusivamente numa “pacificação” de selvagens (pessoas pretas moradoras de favelas) com a implantação de UPPs, como vimos neste trabalho. Como afirma Hall (2016, p.22), “os sentidos também regulam e organizam nossas práticas e condutas: auxiliam no estabelecimento de normas e convenções segundo as quais a vida em sociedade é ordenada e administrada”.

Quando, por exemplo, escutamos um relato ou lê uma reportagem sobre um assalto violento ou alguma ocorrência de crimes e confrontos, nós, automaticamente, construímos a imagem do criminoso na mente. E essa imagem sempre permeia a de um homem negro, mal vestido, morador de áreas periféricas ou favelas da cidade. Eu custo a acreditar que alguém no Rio de Janeiro vai imaginar este criminoso sendo branco, de olhos e cabelos claros, trajando roupas formais e morador da zona sul do Rio de Janeiro; pois a relação entre o signo bandido e a imagem que ele desperta em nossa mente está fortemente carregada de sentidos construídos ao longo de gerações pelos meios de comunicação de massa. E desde o advento da televisão brasileira e dos jornais, as fotografias e imagens que representam a figura de um bandido são majoritariamente negras e faveladas. “O sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa, e muito menos na palavra. Somos nós quem fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável. O sentido é construído pelo sistema de representação” (HALL, 2016, p. 41).

E como comprovamos ao longo desta pesquisa, no caso específico da cobertura do jornal O Globo sobre as implantações de Unidades de Polícia Pacificadora, o sistema de representação da situação Bandido – Crimes – Polícia tem muito bem estabelecido quem são cada um desses personagens, de onde eles vêm e qual a cor da sua pele.

## CONCLUSÃO

Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. **Chimamanda Ngozi Adichie.**

Quando resolvi fazer um projeto de mestrado, para continuar minha busca por respostas e entendimento dessas complexas questões raciais que permeiam nossa sociedade, queria falar sobre a dor e a violência que o racismo causava e como esse sofrimento podia ser personificado na instituição e atuação da PMRJ.

Após ser aprovada, imaginei que a parte mais difícil tinha passado. Inocência minha. Mais do que ter um projeto aprovado, eu ainda precisava ser aceita naquele espaço – composto por maioria de pessoas negras - e custei a entender o porquê da resistência por parte das pessoas em me aceitar nos grupos. Foi apenas com o passar do tempo, das leituras, debates, sensibilidade e muita abertura para ouvir as críticas, que entendi. O problema não estava em mim, mas no que eu representava. Ninguém nunca falou explicitamente, mas fui entendendo que para eles eu nunca poderia falar da dor que o racismo causa, pois eu nunca tinha sentido esta dor. Por mais que eu tivesse empatia, pesquisasse, fosse para o campo, entrevistasse pessoas e até morasse em alguma favela, eu nunca conseguiria fazer uma análise com propriedade. Não que eu precise ser negra para falar sobre racismo, eu posso falar, mas eu necessitava passar pelo processo de descobrimento do meu lugar nesse contexto.

Sabemos que para fazer uma pesquisa científica não precisamos ter proximidade ou intimidade com o objeto, ao contrário, devemos manter uma distância que nos permita buscar isenção na análise. Entretanto, não é deste tipo de proximidade que eu precisava para pesquisar, era como se fosse uma autorização que o tom da minha pele naturalmente não me dava para permear por marcas tão aparentes e sensíveis. O engendramento da branquitude é complexo e eficaz, porém iniciei uma imersão na tentativa de desconstruir a normalização de crenças, regras, costumes, condutas, pensamentos que eram “naturais” em meu comportamento. Racializar minha identidade e conectá-la a uma prática social têm sido um descobrimento dolorido, mas ao mesmo tempo libertador. Porque identificar que faço parte de um grupo que historicamente é opressor mostrou-me que não basta reconhecer meus privilégios, preciso levar esse conhecimento para os outros brancos.

Então, meu projeto começou a percorrer outros caminhos, caminhos que começaram a fazer mais sentido para mim. No entanto, apenas na qualificação que encontrei de uma vez o rumo que me devolveria a paixão por minha pesquisa. Foi o momento em que encontrei meu lugar de fala (RIBEIRO, 2019) como pesquisadora e tive a apropriação necessária para

análise. Discutir o racismo pelo viés da branquitude, como esse lugar limita nossa escuta e nosso campo de visão. Este momento deu-se como um divisor de águas, não apenas para minha dissertação, mas para minha (re)construção pessoal diária. Hoje, sei que sou uma racista na busca constante pela desconstrução.

Por isso, escolhi Chimamanda Adichie para andar de mãos dadas comigo neste processo acadêmico e pessoal, pois o processo de rompimento com a versão “oficial” da história sobre nós mesmos é dolorido, denso, desafiador... Mas também é incrivelmente transformador e lindo, uma verdadeira metamorfose.

Como disse Nelson Mandela, “ninguém nasce racista, nos tornamos”. Essa frase exemplifica o poderoso e bem-sucedido projeto de sociedade da branquitude patriarcal a que somos submetidos – todos – diariamente. E se não aceitarmos/buscarmos o lindo e dolorido processo de metamorfose, vamos morrer lagartas solitárias em busca de asas que nunca vão nascer. Pois o despertar é individual, mais a permanente luta pela descolonização é coletiva. Voltando a frase de Mandela, fico a me questionar: por que eu me tornei racista se eu não nasci racista? E chego ao final deste trabalho investigativo com pelo menos uma certeza: os meios de comunicação contribuem para a manutenção desse sistema que informa e forma a opinião pública, de geração em geração, sobre o lugar que cabem pessoas negras e pessoas brancas. E esse lugar para a população negra tem sido desde o descobrimento do Brasil, um lugar de subalternidade, de negação de direitos, em que são tratados como massa homogeneia sem capacidade de subjetividade, o que torna mais eficiente a vinculação de um ato individual a todo um grupo étnico.

Vimos ao longo desta pesquisa, que a opinião pública é formada por meio do debate público sobre os temas recorrentes na vida em sociedade e também pautados pela mídia. Analisando as reportagens do Jornal O Globo sobre as instalações das UPPs nas favelas do Rio de Janeiro e os comentários dos leitores sobre o tema, notamos que o jornal não apenas cumpre seu papel de informar a população sobre os principais acontecimentos da cidade, mas também colabora para que circule e se mantenha na formação da opinião pública os princípios da branquitude, ou seja, autoriza as vozes da sociedade branca elitista que encontra um terreno fértil para incutir valores que associam pessoas negras a termos negativos, ruins e pejorativos e fortalecem uma ideia de superioridade branca, em que os negros são uma grande massa de indivíduos violentos.

Com isso, não quero dizer que o Jornal O Globo detém o poder central, sozinho, de transmitir e ensinar o racismo aos seus leitores, mas ele é um elemento importante, dentro do contexto dos veículos de comunicação de massa, que fazem circular nas esferas públicas

pensamentos e atitudes racistas. E muito colabora para ainda termos dúvidas tão arraigadas em nossos sentidos, entre elas: se somos uma sociedade racista ou não, se temos comportamentos que mantém e reforça a hegemonia branca ou não, se excluímos e tornamos invisível pessoas ao nosso redor por sua cor de pele.

A quem o jornal O Globo serve? Para qual grupo ou seguimento da nossa sociedade ele presta um bom serviço? Acredito ter conseguido responder essas e outras questões no decorrer da pesquisa. O discurso da imparcialidade desmoronou, tentar mantê-lo é como tentar ocultar algo podre que o cheiro da putrefação logo denuncia. A estratégia de invisibilização das práticas racistas acumula corpos negros ao longo de nossa história. A repetição do repertório oferecido pelo jornal reafirma as ficções que a raça branca mantém, e deste lugar confortável o sujeito branco permanece estruturando as condições para expressar sua história universal, sem nenhuma chance dos que leem tais histórias terem condições de descontextualizá-las para, então, despertar novos sentidos. O acontecimento sempre pode ser narrado de outra maneira, ganhar outro sentido. Entretanto, o itinerário percorrido pelo jornal garante o desaparecimento de narrativas que permitiriam o contraditório, que poderia revelar outras formas de enxergar o presente, o passado e o futuro.

Como nos ensina Walter Benjamin, é preciso “escovar a história a contrapelo”, essa tarefa é de extrema importância, pois garante que as narrativas e memórias dos oprimidos não sejam esquecidas. Eu diria que meu trabalho como pesquisadora/professora hoje é desnaturalizar a história dos vencedores, seja vasculhando as ruínas mais remotas deixadas por aqueles que não estão oficialmente autorizados a falar, ou nas páginas de um periódico da história recente com falas legalmente autorizadas. Quando olhamos com a lupa contra-hegemônica os mais variados aspectos da história ou do nosso cotidiano, identificamos falas, comportamentos, imagens, leis, artes, conteúdo didáticos, etc., que mesmo depois de 133 anos do fim da escravidão forçada de um povo permanecem apoiando o pensamento eurocêntrico de superioridade do patriarcado branco.

Acredito que este trabalho vai colaborar para futuras pesquisas nas mais diferentes áreas das ciências humanas, mas, sobretudo, desejo que ele contribua para profundas reflexões do que está errado nas instituições públicas e/ou privadas e suas estruturas, que também provoque auto-reflexões, que cada um possa questionar suas certezas como: não sou racista, não tenho privilégios, brancos e pretos são tratados de forma iguais em direitos e deveres. Porém, se o racismo estrutura nossa sociedade, então, é possível que em algum momento já tenhamos tido alguma postura racista, até mesmo na forma de pensar, mas se quer nos dávamos conta de nomear esta conduta como racista, tamanha a eficiência do sistema

estrutural da branquitude na normatização e normalização de tais atos. Então, deixo aqui um convite a questionarmos como esses problemas inseridos na sociedade sobrevivem e se reinventam na contemporaneidade. Nossas certezas nascem com a gente ou são aprendidas ao longo das nossas vidas?

A história tem sido utilizada para expropriar, demonizar e manter as certezas intactas. Entretanto, podemos utilizá-la para capacitar, empoderar, humanizar, re-significar, trazer desafios de compreender para além das certezas. Necessitamos de uma coexistência das histórias e não de uma história única.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma única história**. Tradução de Eri a Barbosa. Original disponível em: [http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html). s/d. Tradução disponível em: <http://www.google.pt/url>, 2009. Acesso em 20 mar 2018.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007).
- AMOROSO, Mauro. A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã. **Revista Cantareira**, n. 14, 2009.
- BATISTA, Vera Malaguti. Memória e medo na cidade do Rio de Janeiro. **O olho da história**, v. 14, 2010.
- BELTRAME. Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/midia,10/9/2007>, Acesso em: 20 mai 2019.
- BERLO, David. K. **O processo da Comunicação: introdução à teoria e à prática**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. Acervo Correio Braziliense 1808. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/correio\\_braziliense/correio\\_braziliense.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/correio_braziliense.htm), Acesso em: 20 set 2020.
- BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In SILVA, L.A.(org) **Vida sob cerco. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.106-7.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- BURGOS, M. B. et al. “O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas”. Desigualdade e Diversidade – **Revista de Ciências Sociais PUC/RJ**, 11, p. 49-97, 2011. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.pucrio.br/media/4artigo11.pdf>.
- CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2011.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial eo branco antiracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.
- CARVALHO, Maria Alice R. **Irineu Marinho: imprensa e cidade**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Paz Terra, 2017

CERVI, Emerson U. **Opinião Pública e Política no Brasil: o que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2006. p. 16-355

COIMBRA, Cecília M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor/intertexto, 2001.

COUTO, Maria Isabel MacDowell. **UPP e UPP social: narrativas sobre integração na cidade.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DA COPA, Comitê Popular. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro Junho 2014.** Rio de Janeiro, CPCORJ, 2016.

DA SILVA, Luiz Antonio Machado. “Violência Urbana”, Segurança Pública E Favelas - O Caso Do Rio De Janeiro Atual. **Caderno Crh**, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografias comparadas. **Cuadernos de antropología social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. **Teoria & sociedade**, v. 15, n. 2, p. 138-171, 2008.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. Código de ética dos jornalistas brasileiros. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf), Acesso em: 20 de set 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Organização e tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

GARCIA, Luis. **Manual de Redação e estilo O Globo.** 28 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

GONÇALVES, Rafael S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito.** Rio de Janeiro: Pallas editora PUC-Rio, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo. Editora Unespe, 1990.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio – apicuri, 2016.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; França, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

INFOGLOBO, Nossos produtos – Perfil de clientes. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosPesquisa.aspx>, Acesso em 20 set 2021.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência.** Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

JACCOUD, Luciana. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 69-99

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 45-124, 2000.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no. **Rev. bras. segur. pública**. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MENDONÇA, Kleber. **A “pacificação” dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Caravanas, 2018.

MENEZES, Palloma Valle. **Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas**. 2015, 467 f. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

MORAES, Joysi; MARIANO, Sandra RH; FRANCO, Andrea Marinho de Souza. Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro: uma história a partir das percepções e reflexões do gestor responsável por sua implantação. **Revista de administração pública**, v. 49, n. 2, p. 493-518, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: André Augusto P. Brandão (Org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. [S.l.: s.n.], 2004.

MUSUMECI, Leonarda. **UPP: Última chamada**. Visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

O GLOBO, Acervo Memória. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/>, acesso em 20 set 2021.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, Rio, 20 dez. 2008.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 4 fev. 2014.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 5 fev. 2014.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 8 mar. 2014.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 9 mar. 2014.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 11 mar. 2014.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 12 mar. 2014.

- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 15 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 22 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 23 abr. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 25 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 29 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 01 fev. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 04 fev. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 5 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 10 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 26 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 8 jun. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 9 out. 2014
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 21 ago. 2014
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 7 maio 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 10 fev. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 4 dez. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 11 abr. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 13 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 12 maio 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 14 mar. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 29 abr. 2014.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Globo, 27 mar. 2014.

OLERJ, Portal de notícias. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policia-pacificadora-upp>, Acesso em 16 nov. 2019.

PEREIRA, Pedro. **Narrativas de Lei e Ordem**: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, , 2017. Disponível em <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php>. Acesso em 12 de set. 2019.

POST, Fabiano. Moradores da Maré vão às ruas pedir paz, mas são recepcionados com bala e gás lacrimogêneo. **Global Voices**, [s.~l], 1 mar. 2015. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2015/03/01/moradores-da-mare-vao-as-ruas-pedir-paz-e-sao-recepcionados-com-bala-e-gas-lacrimogeneo/>, Acesso em: 20 nov. 2019.

RECUERO, Raquel. Estudando discursos em mídia social: uma proposta metodológica. **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**, p. 13. Brasília: IBPAD, 2018.

RESENDE, Leandro. UPP 10 anos depois: as promessas cumpridas e as que ficaram pelo caminho. **Folha de São Paulo**, Agência LUPA, Rio de Janeiro, 22 dez. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>, Acesso em: 25 nov. 2020.

RODRIGUES, Robson. Os dilemas da pacificação: Notícias de Guerra e Paz em uma "Cidade Maravilhosa". In: INSTITUTO IGARAPÉ. **Artigo Estratégico**: tornando as cidades brasileiras mais seguras: edição especial dos diálogos de segurança cidadã. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2014, p.68-90.

RUIZ, Castor. Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo-Rs, n. 371, p.1-6, 29 ago. 2011. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4044&secao=371](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&secao=371)>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. rev. e ampl. Porto (Portugal): Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 2006.

UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA. Disponível em: <[http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)> Acesso em: 20 jun. 2018.

SOVIK, Liv Rebecca. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela. com. Editora FGV, 2005.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. FGV Editora, 1998.

ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia**: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: Lavaca, 2008.